

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS**

**ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL – MODALIDADE ALDEIA DE CASAS-LARES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CURITIBA  
2015**

AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS

**ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL – MODALIDADE ALDEIA DE CASAS-LARES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do Departamento Acadêmico de Construção Civil – DACOC, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Orientador: Prof<sup>o</sup>. MSc. Armando Luis Yoshio Ito

CURITIBA

2015

---

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL – MODALIDADE ALDEIA DE CASAS-LARES**

Por  
**AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 07 de dezembro de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.



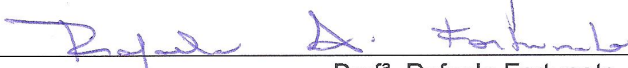
---

Prof. Marco Cezar Dudeque, Dr.  
UFPR



---

Prof. Heverson Akira Tamashiro, Dr.  
UTFPR



---

Profª. Rafaela Fortunato, Drª.  
UTFPR



---

Prof. Armando Luis Yoshio Ito, MSc. (Orientador)  
UTFPR

Aos meus pais Renato e Cláudia e às minhas irmãs  
Andressa e Maria Luisa.



## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me guiado e amparado em todos os caminhos que percorri, colocando ao meu lado pessoas que me acompanharam e de alguma forma me ajudaram a superar os obstáculos e me incentivaram a continuar esta jornada.

Obrigada aos que compartilharam comigo as alegrias e incertezas encontradas nesta etapa, que mais do que acreditarem nos meus objetivos, me encorajaram a confiar em cada um, fortalecendo os momentos felizes e amenizando as dificuldades. Pelos ensinamentos que me passaram e pelas boas lembranças inesquecíveis.

Aos familiares, amigos, professores, profissionais e colegas que se fizeram presentes, independente da condição, foram todos essenciais e são também responsáveis pelo resultado alcançado. Minha eterna gratidão a todos os que me disponibilizaram seu tempo, conhecimento, paciência e confiança para tornar este trabalho possível.

## RESUMO

DERBIS, S. L. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social – Modalidade Aldeia de casas-lares. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

O objetivo deste trabalho é analisar e levantar os aspectos históricos, sociais e físicos existentes, e a partir disso elaborar o projeto arquitetônico de uma Aldeia de casas lares na cidade de Curitiba, onde o espaço físico possa atender todas as necessidades do seu público, sendo também um fator colaborador na conexão dos menores abrigados com a sociedade. Busca-se criar uma estrutura funcional, cumprindo as definições elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social no documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes” (2009), que possa auxiliar no crescimento e aprendizado dos acolhidos e desfaça a barreira social existente entre a comunidade externa e o sistema de acolhimento institucional, visando promover a liberdade da vida comunitária com segurança e conforto. Baseado então no levantamento da condição do menor em regime de acolhimento institucional ao longo da história do Brasil, apontando as falhas existentes nos serviços de acolhimento no País, bem como trazendo referências nacionais e internacionais, propõe-se um projeto arquitetônico que com a mescla de fatores físicos e psicossociais irá atender a este público assim como a comunidade envolvida nos aspectos determinantes para aproximar as unidades de acolhimento de um padrão projetual e construtivo que garanta a integridade de todos os que tem parte na funcionalidade destas construções, em especial dos menores acolhidos .

Palavras-chave: Serviços de Acolhimento. Crianças e Adolescentes. Vulnerabilidade social. Comunidade. Aldeias de casas lares. Curitiba. Ganchinho.

## ABSTRACT

DERBIS, S. L. A. Foster care homes for children and adolescents in social vulnerability – Genre Children’s Village - Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

The aim of this study is to analyze and gather the historical, social and structural existing aspects, in order to elaborate an architectural design of a Children Village in the city of Curitiba, which may cater all the needs of their public, being also a collaborating factor to the connection between the society and the homeless children. The intention is to create a functional structure, complying with the definitions drawn up by the Ministry of Social Development in the “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes*” (2009), which can aid the growth and learning of sheltered children and undo the existing social restraint between the external community and the institutional care system, to promote the freedom of community life safely and comfortably. Then based on the survey of condition in children shelter system throughout the history of Brazil, pointing out the flaws in childcare services in the country and bringing national and international references, it is proposed an architectural design that with the mix of physical and psychosocial factors will cater to this audience as well as the community involved in key aspects for approaching the sheltering units to the architectural design and construction standards with the aim of ensure the integrity of all that those who have part in the functionality of these buildings, especially the children and adolescents in social vulnerability condition.

Keywords: Child foster care. Children and adolescents. Social vulnerability. Community. Children Village. Curitiba. Ganchinho.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Cilindro rotatório de madeira onde eram abandonados os recém-nascidos.....	22
Figura 02 – Gráfico Distribuição de casas-lares por Estado e Região em 2012-2013 .....	28
Figura 03 – Gráfico distribuição dos serviços de acolhimento familiar, por Estado e Região 2012 - 2013.....	29
Figura 04 – Gráfico Serviço de acolhimento na modalidade Família Acolhedora no Município de Curitiba 2011 a 2013.....	31
Figura 05 – Secagem do arroz sendo feita em uma rua na cidade de Bali .....	37
Figura 06 – Desenho da implantação geral de uma casa tradicional em Bali .....	38
Figura 07– Hall de acesso no interior de uma casa tradicional em Bali .....	38
Fonte: <a href="http://www.kashgar.com.au/articles/Balinese-House-Compounds-a-Microcosom-of-the-Universe">http://www.kashgar.com.au/articles/Balinese-House-Compounds-a-Microcosom-of-the-Universe</a> .....	38
Figura 08– Foto de satélite: implantação da Aldeia SOS de Manaus e a relação com o entorno. ....	42
Figura 09 – Planta de implantação da Aldeia Infantil SOS Manaus – Arquiteto Severiano Porto.....	43
Figura 10– Delimitação do espaço público e privado e da circulação principal na Aldeia Infantil SOS Manaus.....	44
Figura 11– Circulação central da Aldeia Infantil SOS Manaus com cobertura em palha. ....	45
Figura 12– Planta de nível das casas lares da Aldeia Infantil SOS Manaus .....	46
Figura 13– Circulação central da Aldeia Infantil SOS Manaus após a retirada da cobertura em palha. ....	47
Figura 14– Casas da SOS Children’s Village em primeiro plano e edificações do entorno no segundo plano.....	49
Figura 15– Planta de Implantação da SOS Children’s Village de Aqaba .....	50
Figura 16– Foto aérea da SOS Children’s Village com a marcação dos setores internos .....	51
Figura 17– Plantas, Elevações e Corte da casa lar da SOS Children’s Village, Aqaba .....	53

Figura 18– Parte do programa de necessidades proposto para a concepção da Aldeia ACRIDAS .....	55
Fonte: Arquivo ACRIDAS (1983).....	55
Figura 19– Proposta para o projeto arquitetônico das casas lares da ACRIDAS feitas para a fundação da instituição.....	56
Figura 20– Mapa esquemático da implantação e setorização da Aldeia ACRIDAS.	57
Figura 21– Uma das três primeiras casas lares a serem construídas na Aldeia ACRIDAS .....	59
Figura 22– Casa lar com o pavimento superior em madeira.....	59
Figura 23– Refeitório do berçário na Aldeia ACRIDAS .....	61
Figura 24– Localização de 29 unidades de serviço de acolhimento no Município de Curitiba e terreno proposto para o projeto.....	64
Figura 25– Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescente em casas-lares. Brasil 2013.....	66
Figura 26– Crianças e adolescentes atendidos em casas-lares, por faixa etária, Paraná, 2012 - 2013.....	69
Figura 27– Mapa: Relação entre evolução da ocupação em Curitiba e a localização dos serviços de acolhimento na cidade.....	71
Figura 28– Processo de ocupação do bairro ganchinho e localização do terreno ....	73
Figura 29 – Mapa de equipamentos de segurança e saúde próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba.....	75
Figura 30: Mapa de equipamentos de assistência social próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba.....	76
Figura 31 – Mapa de equipamentos comunitário próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba.....	76
Figura 32 – Mapa de equipamentos educacionais próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba.....	77
Figura 33 – Mapeamento das linhas do transporte público Municipal que atendem o bairro Ganchinho, Curitiba .....	78
Figura 34 – Mapa de usos e ocupação do solo no entorno do terreno escolhido .....	79
Figura 36 – Face Nordeste do terreno, Rua Maria Clara de Jesus .....	80
Figura 37 – Face Sudoeste do terreno, Rua Silvio Corazza.....	80
Figura 38 – Continuação da Rua Ipê Amarelo .....	81
Figura 39 – Desnível do terreno no sentido longitudinal .....	82

Figura 40 – Ciclovía paralela ao terreno na Rua Eduardo Pinto da Rocha .....	83
Figura 41 – Esquina das ruas Maria Clara de Jesus e Eduardo Pinto da Rocha .....	83
Figura 42 – Mapa de fluxos e aglomerações no entorno do terreno .....	84
Figura 43 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado. ....	88
Figura 44 – Relação gráfica de áreas entre os setores de ocupação de acordo com o programa de necessidades. ....	89
Figura 45 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado. ....	90
Figura 46 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado. ....	91
Figura 47 – Imagem do projeto- Continuação da Rua Ipê Amarelo no interior do terreno, limitadas no primeiro plano pelo Salão de Eventos e Biblioteca. ....	92
Figura 48 – Volume setorizado de duas casas lares sobrepostas em um único bloco. ....	93
Figura 48 – Planta térreo - SOS Children’s Village in Djibouti.....	94
Figura 49 – Imagem do projeto. Pátios privativos entres os blocos das casas lares com os acessos de serviço. ....	95
Figura 50 – Estudo do Skyline no entorno do terreno com a delimitação das águas dos telhados. ....	95
Figura 51 – Imagem do projeto – Acesso principal das casas lares, Rua Maria Clara de Jesus. ....	96

## LISTA DE SIGLAS

ACRIDAS	Associação Cristã de Assistência Social
CEI	Centro de Educação Integral
CMAE	Centro Municipal de Atendimento Especializado
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada Da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	Fundação de Assistência Social
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ONG	Organização não governamental
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
US	Unidade de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	15
1.2	PROBLEMAS E PREMISSAS .....	16
1.3	OBJETIVOS .....	17
1.3.1	Objetivo Geral .....	17
1.3.2	Objetivos específicos .....	17
1.4	JUSTIFICATIVAS .....	18
1.5	METODOLOGIA .....	19
<b>2</b>	<b>OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E O ACOLHIMENTO NA HISTÓRIA. ....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>A EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO ATÉ A CRIAÇÃO DO ESTATUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>22</b>
3.1	RODA DOS EXPOSTOS .....	22
3.2	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR (SAM) .....	24
3.3	FUNABEM - FEBEM.....	25
<b>4</b>	<b>OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E O CENÁRIO ATUAL.....</b>	<b>27</b>
4.1	MODALIDADES DE ACOLHIMENTO .....	30
4.1.1	ACOLHIMENTO FAMILIAR/ FAMÍLIA ACOLHEDORA .....	30
4.1.2	ABRIGO INSTITUCIONAL / CASA DE PASSAGEM.....	31
4.1.3	CASA LAR .....	33
4.1.4	ALDEIAS DE CASAS LARES.....	34
<b>5</b>	<b>A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO .....</b>	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>O USO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO.....</b>	<b>39</b>
<b>7</b>	<b>ESTUDOS DE CASO .....</b>	<b>40</b>
7.1	ALDEIA INFANTIL SOS MANAUS, AM - ARQUITETO SEVERIANO	



7.2	<b>SOS CHILDREN'S VILLAGE AQABA, JORDÂNIA - JAFAR TUKAN &amp; PARTNERS</b> .....	48
7.3	<b>ACRIDAS – ALDEIA BACACHERI, CURITIBA, PR</b> .....	55
8	<b>INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE</b> .....	62
8.1	<b>PÚBLICO</b> .....	65
8.2	<b>LOCALIZAÇÃO</b> .....	71
8.3	<b>TERRENO PROPOSTO</b> .....	74
8.3.1	<b>EQUIPAMENTOS URBANOS PRÓXIMOS</b> .....	74
8.3.2	<b>MOBILIDADE URBANA</b> .....	77
8.3.3	<b>USO E OCUPAÇÃO NO ENTORNO</b> .....	79
8.3.4	<b>ASPECTOS FÍSICOS DO LOTE</b> .....	80
8.3.5	<b>TRÁFEGO E FLUXOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA</b> .....	82
9	<b>DIRETRIZES PROJETUAIS</b> .....	84
9.1	<b>PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO</b> ..	87
10	<b>PROJETO ARQUITETÔNICO</b> .....	89
10.1	<b>OCUPAÇÃO</b> .....	90
10.2	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
10.3	<b>FORMA</b> .....	95
11	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98
	<b>APÊNDICE – PROJETO ARQUITETÔNICO</b> .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

Estamos diariamente indo de um lugar para outro buscando suprir as nossas necessidades particulares. Quando este lugar não existe, ele é imediatamente criado, ou quando ele está obsoleto, é recriado, para que a rotina de muitos cidadãos continue a diante e a cidade continue se desenvolvendo para eles. Mas afinal, quem são estes cidadãos? E quem são os criadores e recriadores do espaço? Segundo Lima *apud* Nascimento (2009), somos nós mesmos, adultos construindo para adultos, ocupando e desocupando espaços de acordo com os nossos ideais.

A busca constante por melhores condições de vida em casa, no trabalho, nas ruas, e a conseqüente conquista de territórios, títulos e honras, nos coloca em condições de vida específicas, onde nos acomodamos e projetamos um único meio de convivência e desenvolvimento pessoal. Esta singularidade social nos impede de ver e ir além, de ultrapassar certas barreiras que nos separam de outros espaços que também são nossos, e principalmente de outras pessoas que, reciprocamente, também pertencem a todos os espaços.

A relação restrita que o ser humano criou ao longo do tempo, no seu dia a dia com as grandes cidades e seus moradores, foi e ainda é causa e consequência da disparidade social cada vez mais evidente. O espaço referente à condição social de cada pessoa não só dentro da sociedade, mas fisicamente, dentro da cidade, raramente é percebido pelos passantes como a parte de um todo. A influência que o meu comportamento gera em um espaço o qual eu não pertencço, ou a influência que um espaço o qual não me pertence gera no meu comportamento é a relação central a ser tratada nesta pesquisa. Colocando as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, no ponto de encontro entre a comunidade, o espaço físico, e os conceitos arquitetônicos e urbanos, será buscado aqui encontrar os fatores que determinem a mudança do cenário atual de desconhecimento, preconceito e segregação destes menores que por diversas razões não podem estar sob a tutela da família de origem, ou sequer ter o contato com seus genitores.

Este trabalho irá, portanto levantar a condição do menor em regime de acolhimento institucional ao longo da história do Brasil, desde os tempos coloniais até os dias atuais. O objetivo inicial é compreender o processo evolutivo dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes que principalmente através da criação de

leis específicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), modificou consideravelmente a realidade deste público, mas que ainda não atingiu as escalas sociais necessárias para redefinir a imagem que a população em geral têm a respeito das instituições de acolhimento.

Mesmo com uma frequência significativa na cidade de Curitiba, os serviços de acolhimento de menores ainda encontram-se isolados do contexto urbano, suas funções raramente conseguem atingir e mobilizar a população externa para a realidade social das crianças e adolescentes que sofrem maus-tratos e acabam não podendo usufruir dos seus direitos no ambiente familiar. Ainda encontramos no senso-comum paradigmas a respeito destes abrigos e de seus moradores, que não condizem com o retrato dos serviços de acolhimento, muito menos com o verdadeiro objetivo que se busca atingir através das instituições atuais, mas que possivelmente persistem por consequência da provisoriedade em que são implantados, sem as características que atendam efetivamente toda a população, interna e externa.

Considerando o máximo de fatores que podem instituir um serviço de acolhimento de menores, esta monografia apresenta além do contexto histórico do tema no Brasil, as determinações das modalidades oficiais existentes atualmente no País, esclarecendo os parâmetros físicos e funcionais que devem seguir, e que portanto deverão ser integrados na composição do projeto arquitetônico da Aldeia de casas lares. São descritas aqui as características das estruturas físicas, das equipes de trabalho e dos públicos acolhidos em cada uma das seguintes modalidades: Família acolhedora, Abrigo e Casa de Passagem, Casa Lar e Aldeia de casas lares.

Na sequência traz-se a conceituação em relação a delimitação entre o espaço público e o privado, relacionando estas definições com as formas de utilizar e ocupar os espaços, e então a influência direta destes fatores na maneira com que a criança e o adolescente veem e sentem o espaço que a elas é destinado, ou o qual se apropriam. A partir disso torna-se mais fácil compreender o que acontece nos serviços de acolhimento atuais e na própria sociedade em geral a respeito da influência que um gera no outro, e principalmente nos menores acolhidos, que por vezes não tem seus ideais levados em conta no processo de formação dos espaços, por estes serem projetados e vistos por terceiros que não convivem com tal realidade.

Ainda com o objetivo de levantar a maior quantidade de fatores que caracterizam a funcionalidade de uma aldeia de casas lares, são apresentados aqui três estudos de casos em diferentes contextos e escalas, mas que foram projetados com o

mesmo objetivo de atender os menores acolhidos oferecendo maiores possibilidades de convivência com a comunidade externa, de desenvolvimento social e de crescimento pessoal com relativa autonomia e liberdade. São apresentados portanto uma Aldeia implantada no exterior e duas no Brasil, sendo uma delas em Curitiba, localidade da implantação do projeto arquitetônico de aldeia de casas lares proposto com esta pesquisa. As referências são: Aldeia Infantil SOS Manaus, no Norte do Brasil, *SOS Children's Village* em *Aqaba*, na Jordânia, e a Aldeia ACRIDAS no bairro Bacacheri em Curitiba, Paraná.

Através de uma análise feita sobre as unidades de acolhimento existentes em Curitiba e outras características do Município que interferem direta ou indiretamente na implantação de uma Aldeia de casas lares, é feita a interpretação da realidade onde chega-se inicialmente à região que poderá atender as necessidades do projeto, e num estudo mais detalhado da área, é escolhido o terreno para o desenvolvimento da proposta. São expostas em formato de mapas esquemáticos e fotografias, as características da região e do lote que enriquecerão o partido projetual garantindo a efetivação dos parâmetros apresentados em capítulos anteriores.

Por fim, com a união dos vários aspectos levantados na presente monografia que influenciam na implantação e no funcionamento dos serviços de acolhimento, especialmente os que dizem respeito as aldeias e casas lares, é iniciado o processo de criação arquitetônica com um programa de necessidades base. O objetivo da tabulação de ambientes, ocupações, áreas e usos é tornar as ideias principais do projeto, mais claras e visíveis ao expectador e portanto aptas a futuras modificações.

## **1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA**

Aldeia de Casas-Lar para crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade social.

Um complexo semelhante à uma comunidade residencial, que abrigue por tempo indeterminado o menores abandonados ou retirados do convívio familiar judicialmente, até que possam ser reencaminhados para seus lares de origem ou serem adotados.

A Casa-Lar é uma modalidade de acolhimento que funciona através do emprego de uma mãe social que trabalha em tempo integral na residência, com a função de atender os menores oferecendo a eles todo o amparo e dedicação necessá-

rios para que sintam-se em um ambiente familiar. Assim sendo, sua estrutura deve contar com os mesmos espaços e condições de uma residência, afastando-se do conceito institucional que delimita a liberdade e autonomia do seu público.

O complexo de uma Aldeia onde são construídas as casas lares, funciona como uma vila inserida no contexto urbano com acesso facilitado a comunidade. O território delimitado para este projeto deve ter relação direta e próxima ao local da origem do público, onde os costumes, a rotina e o ambiente urbano sejam fatores colaborativos para a inserção natural tanto dos profissionais, quanto das crianças e adolescentes acolhidos, no âmbito comunitário-social fora do sistema de acolhimento.

Para o sucesso no processo de acolhimento do menor e no seu retorno à comunidade, o projeto também inclui na sua estruturação os programas para a forma de gestão administrativa do espaço e para as atividades cotidianas e eventuais oferecidas no serviço de acolhimento. O espaço físico em geral irá, portanto, permitir ao público a liberdade de uma vida fora do sistema de acolhimento, com conforto e segurança, quebrando as travas criadas pelo preconceito da comunidade a respeito dos menores acolhidos, e pelo medo destes em se desenvolverem socialmente na comunidade tradicional.

## **1.2 PROBLEMAS E PREMISSAS**

Entre as diversas condições de serviços de acolhimento de crianças e adolescentes que podem ser encontrados no Brasil, é possível constatar uma série de fatores adversos que comprometem o desenvolvimento social e pessoal dos menores em regime de abrigo. Mas o que é mais constante em todas as modalidades que este serviço é oferecido, é a barreira existente entre a população acolhida e a comunidade externa, que dificulta a convivência social entre os dois públicos e acaba isolando ainda mais as crianças e adolescentes que foram retirados do meio familiar de origem.

A dificuldade em garantir aos menores em regime de acolhimento uma vida semelhante a que deveriam ter num recinto familiar e na comunidade, é também resultado da precariedade da estrutura dos espaços existentes destinados ao abrigo de crianças e adolescentes retirados da condição de risco. A ausência de modelos, padrões e normas para este tipo de construção é um dos fatores comprometedores

mais perceptíveis neste serviço social, já que os beneficiários não podem usufruir de espaços que possibilitem o desenvolvimento pessoal do senso de privacidade e de liberdade que encontramos em um lar confortável e seguro.

Na maioria dos casos o serviço de acolhimento de menores é oferecido em espaços, casas ou alojamentos, provisórios, edificações que foram construídas para outro tipo de uso mas acabaram por serem alugadas por órgãos públicos, prefeituras e fundações, com a finalidade de abrigar as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esta é a realidade constante neste tipo de serviço social em todo o Brasil, são raros os casos de Aldeias e respectivas Casas-lares projetadas e construídas devidamente para atender o público garantindo a efetividade dos seus direitos como cidadãos e dando a oportunidade para o desenvolvimento e a inclusão social.

### **1.3 OBJETIVOS**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Desenvolver o projeto de uma Aldeia de casas lares onde o espaço físico atenda todas as necessidades do público e seja um fator colaborador na conexão dos menores abrigados com a sociedade. Criar uma estrutura funcional padronizada para a instituição, cumprindo as definições elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social no documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes” (2009) , que auxilie no crescimento e aprendizado dos acolhidos e desfaça a barreira social existente entre a comunidade externa e o sistema de acolhimento institucional buscando promover a liberdade da vida comunitária com segurança e conforto.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Desenvolver o projeto arquitetônico de uma Aldeia de Casas Lares no bairro Ganchinho no Município de Curitiba, com a construção de 6 casas lares para abrigar até 36 crianças em todo o complexo;

- Anexar ao espaço de serviço social proposto, áreas públicas e semi-públicas para o uso da comunidade externa, que incentivem a convivência social entre o público acolhido e os demais cidadãos.
- Relacionar as características e necessidades do público com as propostas do projeto;
- Determinar uma estrutura física administrativa que defina a forma de gestão da instituição;
- Delimitar a dimensão e os usos da estrutura necessária para a implantação do projeto;
- Propor um formato arquitetônico de serviço de acolhimento que melhor atenda as crianças e adolescentes abrigados num parâmetro nacional que possa ser implantado em diversas regiões.

#### **1.4 JUSTIFICATIVAS**

Segundo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil (ASSIS E PIRES), publicado em 2013, em 2011 eram mais de 2.000 Serviços de Acolhimento Institucional que atendiam mais de 30.000 crianças e adolescentes retirados do convívio familiar no País. Apesar da quantidade cada vez maior de programas sociais, leis e projetos criados com a função de estruturar as famílias e mães que vivem às margens da sociedade, o número de menores que sofrem maus tratos, vivem sob más influências ou são abandonados, ainda precisa de grande atenção dos Serviços Sociais, pois mesmo com séculos de trabalhos em cima deste problema, não foi possível chegar em uma solução que o encerre completamente.

De acordo com a pesquisa realizada do Norte ao Sul para diagnosticar as condições dos Serviços de Acolhimento e das crianças e adolescentes beneficiados, relatados no Levantamento citado acima, as Instituições que entraram no estudo tinham grandes variações entre elas, que iam desde a estrutura física e administrativa, ao público beneficiado e os serviços que este recebia. Este é portanto o ponto que mais dificulta as ações gerais do governo ou da própria sociedade, que possam colaborar para o bom funcionamento do Serviço de Acolhimento, sendo relatado que em alguns casos os próprios funcionários não sabiam descrever a funcionalidade da instituição onde atendiam.

A ausência de um modelo eficiente para a estruturação das Instituições de Abrigo Transitório para menores, junto a demanda constante por esse serviço em todas as cidades, compromete o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, já que não podem receber um atendimento padronizado e contar com os mesmos benefícios em todos os lugares. Atualmente é possível encontrar, mesmo na cidade de Curitiba, variadas tipologias de unidades de acolhimento para menores, que funcionam em casas comuns alugadas, ou em grandes espaços institucionais, mas sem uma abordagem arquitetônica detalhada que de fato atenda seu público de acordo com suas necessidades, garantindo seus direitos como cidadãos, e principalmente incentivando a sua autonomia através da convivência comunitária e do crescimento social e pessoal.

## **1.5 METODOLOGIA**

O rico acervo bibliográfico brasileiro a respeito do histórico sobre o abandono de crianças no País e as formas que esse problema é encarado, sejam manuais, legislações ou pesquisas publicadas por órgãos dos Governos em todas as escalas, são materiais determinantes para a contextualização do tema e levantamento de dados. Assim como materiais de referência a respeito das residências familiares e da relação entre os moradores e seus usos, serão utilizados para a compreensão do funcionamento da casa no papel de Casa Lar.

Para além da pesquisa teórica, também serão feitas visitas informais às Aldeias de Casas Lares que permitirem o acesso diário com o acompanhamento de assistente social ou responsável pela instituição. A partir deste contato direto com o serviço de acolhimento, seus funcionários e beneficiários, será feita a análise dos casos observados e relatados em relação a todos os cidadãos que de alguma forma participam do processo de desintegração familiar por parte das crianças e adolescentes.

Não serão aplicados questionários formais para garantir a privacidade das instituições a serem analisadas, visto que tanto seus servidores quanto os beneficiados não podem ser expostos, já que a pesquisa trata de menores de idade que estão em situação de vulnerabilidade social. O mesmo acontece com as entrevistas formais, porém a investigação nesses casos será feita por meio de observação individual assistemática da realidade na qual o projeto será inserido.



## **2 OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E O ACOLHIMENTO NA HISTÓRIA.**

Durante o século XVIII, quando o Brasil começava a sofrer com o crescimento mais ligeiro da população urbana, os menores que viviam nas ruas, desprovidos do suporte familiar, passaram a ocupar cada vez mais a paisagem das cidades. Neste momento então restou para as organizações religiosas de cunho católico, darem atenção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foi nas cidades de Salvador, Recife, Rio de Janeiro ainda no século XVIII e São Paulo no século XIX, que as crianças começaram a ser acolhidas nas chamadas Rodas dos Expostos. (ASSIS; FARIAS, 2013)

Este tipo de acolhimento durou por quase dois séculos, até que começou a se questionar seu verdadeiro propósito já que foi revelada uma alta taxa de mortalidade entre as crianças acolhidas, pois as instituições ainda não ofereciam condições de vida saudável para os menores. Segundo Rizzini *apud* Assis (2013), o objetivo do acolhimento naquela época não era o de garantir uma vida digna as crianças e adolescentes, e sim proteger a moral das famílias que se prejudicaram com uniões ilícitas e evitar que os abandonados morressem nas ruas trazendo mais problemas para a sociedade.

Passado esse episódio é chegada a ocasião em que a sociedade começa a entender a filantropia como forma de resgatar os direitos de cidadãos dos menores expostos. O abandono se tornou fator preocupante e decisivo para o Estado que percebeu a necessidade de preservar a nova geração para garantir o desenvolvimento do País, protegendo a integridade moral e física das crianças e adolescentes até então desmoralizados. E apenas no século XX que os menores abandonados puderam ser considerados vítimas de pais incapazes, mesmo que ainda fossem vistos por muitos como um perigo para a população, neste momento os genitores passaram a ser os verdadeiros culpados.

Na década de 20 foi criado o primeiro Juízo de Menores do País que oficializava o atendimento aos menores que viviam nas ruas, encaminhando-os para as instituições que poderiam ser responsáveis ou a cuidados particulares. Decorrente do trabalho dos Juizados de Menores, surgiram no País outros sistemas e programas de institucionalização, entre eles o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) cri-

ado em 1941, e a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) criada em 1964, o primeiro subordinado ao Ministério Público e o segundo ligado aos governos Estaduais. Buscava-se com isso, regularizar a situação das crianças e adolescentes considerados em situação irregular, que por razões diversas não contavam com o apoio de uma estrutura familiar estável. (SILVA, 2004)

A partir da criação do Código de Menores na década de 70, a atuação sobre os direitos das crianças e adolescentes teve um avanço significativo, que em 1988 se refletiu na criação do art.227, do capítulo VII da Constituição Federal onde é definido que o desenvolvimento de todas as pessoas entre 0 e 18 anos é, em todos os aspectos, responsabilidade da família, da sociedade e do Estado simultaneamente.

“ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão ( CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).”

Em seguida foi enfim promulgada a Lei Federal n. 8.069 de 9 de setembro de 1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, criado para ser um instrumento mais abrangente e padronizado utilizado como meio de garantir a integridade física, psicológica e moral. Com a vigência do ECA , os menores passaram a ser tratados como prioridade na defesa dos direitos humanos, sem distinção. Por consequência, se tornou necessário reordenar os sistemas e as normativas de proteção às crianças e adolescentes existentes até então, que ainda tinham muita discrepância em relação a sociedade tradicional.

Embora a institucionalização das crianças e adolescentes em situação de risco ainda não siga todos os parâmetros instituídos pelo ECA, é buscado cada vez mais se aproximar da idealização do desenvolvimento da cidadania nesta população. Neste sentido, novas leis, órgãos responsáveis, programas e políticas em diferentes escalas e sobre diferentes aspectos, foram criados nos últimos 20 anos para que cada problema decorrente do abandono e do respectivo acolhimento institucional, seja tratado com especificidade e cuidados. Esta divisão por eixos menores facilita que ocorra uma relação de horizontalidade entre as ações que devem ser tomadas em cada caso, e a ordem geral, ao contrário do que acontecia nos anos anteriores ao ECA, quando tudo partia de ordens superiores vindas de um só eixo vertical.

### 3 A EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO ATÉ A CRIAÇÃO DO ESTABULADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### 3.1 RODA DOS EXPOSTOS

As Irmandades da Santa Casa da Misericórdia instituídas em Portugal no século XV, cumpriam o papel religioso caritativo de dar auxílio espiritual e físico a todos os que necessitassem, oferecendo os ensinamentos divinos e a assistência a saúde dos que as buscassem. Neste sentido também era obrigação destas instituições acolher as crianças enjeitadas para que fossem devidamente batizadas e catequisadas, o que na visão da igreja católica daria a elas a oportunidade de não cometerem pecados no futuro, e para as irmãs que davam esse auxílio era o cumprimento das suas tarefas pelo “amor de Deus e em nome da salvação da alma”. (ARANTES, 2010).

A forma criada para que as mães deixassem os bebês nesses locais sem precisarem se identificar foi o que deu nome a estas casas. Em um vão de uma parede externa que fazia divisa para a via pública, era encaixado um cilindro de madeira, oco e vazado em parte da face, este girava em torno do próprio eixo que era encaixado verticalmente no vão, e na sua base havia uma tábua de madeira na forma de roda, onde o recém-nascido era colocado através da abertura, para que então o cilindro fosse girado levando o abandonado para dentro da construção, como mostra a figura 01. Após este ritual, que geralmente acontecia durante a madrugada para que a mãe não fosse vista, a mesma tocava uma sineta que avisava à vigilante interna sobre a criança que tinha deixado ali, e então ia embora sem se identificar.



**Figura 01 – Cilindro rotatório de madeira onde eram abandonados os recém-nascidos.**

Fonte: [http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao\\_cotidiano/expostos.html](http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao_cotidiano/expostos.html)

Não demorou muito para que, com os efeitos da colonização Portuguesa, o Brasil também passasse a necessitar dos serviços que estas instituições exerciam, especialmente no que diz respeito ao acolhimento de crianças. Mesmo que o abandono de recém nascidos no Brasil nunca tenha tomado proporções tão alarmantes como aconteceu na Europa do século XIX, cada vez mais mulheres no País estavam abandonando seus filhos pelas ruas das cidades e vilarejos. Diante da impossibilidade de darem a eles condições seguras de vida, já que na maioria dos casos eram filhos de uniões ilegítimas, as mulheres deixavam os bebês expostos ao frio, ao contato com animais, as doenças e a fome, na esperança de que fossem adotados por outras famílias, mas com tamanha exposição era comum que não resistissem por muito tempo, logo tornando este um problema de escala pública. (TORRES, 2006)

Chegado o século XVIII, algumas das irmandades religiosas existentes do Brasil se viram na obrigação de acolher as crianças abandonadas, de modo a cumprir o dever cristão de batizá-las e encaminhá-las aos ensinamentos Bíblicos, como já acontecia na Europa. As primeiras Casas de Misericórdia a instalarem a Roda no País, foram as de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789), alcançando outros Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul no século seguinte.

Além do papel religioso, no Brasil as irmãs também davam o auxílio físico aos desamparados, neste caso os bebês recebiam das amas-de-leite o leite materno para inicialmente poderem constituir um corpo saudável. Posteriormente eram colocadas sob a guarda de uma “mãe criadeira” que era paga pela própria Casa de Misericórdia, para garantir da integridade do exposto até os completos sete anos dos meninos e oito anos das meninas, para então devolvê-lo à instituição.

As meninas que retornavam à Casa da Roda aos oito anos eram oferecidas às famílias que tinham interesse na adoção e se responsabilizavam financeiramente pelos seus cuidados até os 18 anos, e caso não fossem adotadas eram encaminhadas ao convento da própria instituição, já os meninos que não eram adotados pelas famílias, poderiam ser admitidos no Arsenal de Guerra. (“Regimento da Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia da Corte”, de 1840 *apud* ARANTES, 2010)

Apesar da intenção de garantir a vida dos abandonados com o trabalho das amas-de-leite em dar o leite materno para nutri-los, por vezes este serviço era insuficiente, já que na época esta era a única forma conhecida de alimentar recém nascidos, nem a mamadeira, assim como o leite em pó e pasteurizado existiam ainda.

Portanto, o grande número de óbitos não se dava por maus tratos ou descuido, mas além dos casos em que a criança era deixada já em estado muito doentio sem chances de sobreviver, muitos bebês também faleciam ao ingerirem outros alimentos, misturas e caldos incompatíveis com o organismo infantil ou que não cobriam os valores nutritivos necessários para garantir a saúde do corpo.

Segundo os Livros de Matrícula e de Batismo dos Expostos que podem ser encontrados nos arquivos da Santa Casa do Rio de Janeiro, além dos Relatórios do Ministério do Império e os processos do antigos Juizado de Menores, foram quase 50 mil crianças acolhidas entre os anos de 1738 e 1888 nas Rodas da Capital do Estado e das cidades de Campos e Cabo Frio. (ARANTES, 2010). Mas apesar da prática do abandono de crianças ter continuado ao longo da história do País, muitos fatores na evolução da sociedade brasileira contribuíram para que o número de crianças enjeitadas diminuísse. Como explica Orlandi (1985), muitos dos casos de abandono no período do colonialismo, vinham do relacionamento dos senhores com suas escravas, em que na maioria das vezes se negavam a dar cuidados às crianças que não poderiam dar lucros a eles.

Segundo Pilotti *et* Rizzini (1995), foi instituído em 1927 o fim do funcionamento das Rodas de Expostos, mas há histórico de que pelo menos na cidade do Rio de Janeiro os abandonados foram acolhidos até o ano de 1935. Neste período a realidade da sociedade já se diferenciava dos séculos anteriores, e a filantropia, aliada aos novos conhecimentos sociológicos e científicos começou a ganhar espaço nos meios públicos criando novas leis e novos meios de tratar os problemas da população crescente em todo o País.

### **3.2 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR (SAM)**

Chegada a década de 40, o Estado passou a ter mais autoridade sobre a população, e neste âmbito o Ministério da Justiça se tornou uma das ferramentas políticas usadas para reconhecer e tratar dos problemas sociais que comprometiam o desenvolvimento do País. Um dos órgãos criados dentro deste Ministério, foi o SAM – Serviço de Assistência ao Menor, que mesmo buscando atender os menores carentes e abandonados, se assemelhava a um sistema penitenciário por acolher também os menores infratores. (LORENZI, 2008)

A pretensão do SAM era oferecer dois serviços diferenciados, de acordo com a situação do menor, que seriam o internato, em regime reformatório de correção, ou o ensino de ofícios em escolas e patronatos agrícolas. Portanto o Serviço de Assistência ao Menor era o administrador e orientador do funcionamento destes dois tipos de instituição de acolhimento.

Segundo Jesus (2006), as instituições coordenadas pelo SAM tinham por objetivo, além de oferecer um espaço seguro e confortável para os menores que estavam sob a tutela do juizado, também garantir o apoio médico, psicológico, analisar e resolver as causas dos abandonos e das infrações cometidas pelos menores delinquentes, criando uma linha nacional de pesquisa e programas sociais baseados na realidade do País. Mas acabou se transformando apenas em um sistema generalizado de internamento prisional, sem propósitos de solucionar os problemas enfrentados pelos menores acolhidos, nem de prevenir que eles se intensificassem. Não havia interesse em atender as necessidades das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apenas buscava-se impedir o contato dela com a comunidade externa, tirando a liberdade de agir como cidadãos comuns inclusos na sociedade.

O SAM funcionou por duas décadas sendo reconhecido pela população como um caminho delineado para a corrupção dos menores, por apenas tornar público todos os problemas advindos do abandono e reuni-los tornando-os mais fortes e centralizados. Mas em 1964 quando o País estava sob o poder da Ditadura Militar, o governo, através da então criada FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, recolheu os menores, fossem eles abandonados, órfãos ou classificados judicialmente como infratores, em grandes internatos autônomos, que foram mantidos com recursos públicos e deveriam servir de maneira oposta ao SAM.

### **3.3 FUNABEM - FEBEM**

Dentro das condições que o País entrou na década de 60, no primeiro ano do Regime Militar, estabeleceu-se em caráter mais político e de planejamento nacional, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM. A diferença proposta em relação ao SAM, era a inclusão da família no processo de reconstituição da vida social da criança e do adolescente desprotegido, e sua relação direta com a comuni-

dade de origem, valorizando suas necessidades específicas que poderiam divergir entre cada região do País. (JESUS, 2006)

Segundo Saraiva apud Soares, ainda que a FUNABEM buscasse criar uma forma mais justa e coerente de dar assistência aos menores em situação de vulnerabilidade social, estes continuaram recebendo o mesmo tipo de tratamento, independente do que os levou ao sistema de acolhimento. Fossem abandonados, maltratados pela família ou infratores todos eram encaminhados à internação nas Fundações Estaduais do Bem- Estar do Menor, as ainda conhecidas FEBEM.

O afastamento dos menores da sociedade de onde provinham se dava principalmente em razão de bloquear o contato deles com suas raízes, afim de evitar manter na vida deles possíveis heranças de comportamentos e hábitos corrompidos advindos da vida comprometida que tinham. Para garantir este desligamento com o exterior, as FEBEM continham uma estrutura completa com todos os serviços necessários para atender o desenvolvimento dos menores, como saúde, educação e lazer, dando a eles uma vida completamente diferente da vida real dos que não passavam por necessidades na comunidade exterior à instituição.

Não demorou muito para que os próprios profissionais envolvidos no trabalho destes internatos analisassem mais profundamente a situação dos seus usuários e percebessem que este regime estava comprometendo ainda mais o futuro dos menores que eram esquecidos nessas instituições. Além das revoltas dos institucionalizados e dos movimentos sociais desencadeados pela população que exigia o fim do tratamento recriminatório dado a estes menores, os estudos que foram então levantados sobre esta situação, também apontaram que a demanda financeira necessária para manter os menores nesta condição era elevada e que poderia ser evitada ao governo se fossem propostas alternativas para o acolhimento das crianças e adolescentes vulneráveis.

Após as constatações feitas a respeito da situação das crianças e adolescentes desabrigados e a relação deles com a sociedade e o governo naquele momento crítico pelo qual o País passou, o Código de Menores de 1927 pôde enfim ser atualizado em 1979 para a realidade democrática que o País estava se adaptando. Estima-se que na época eram cerca de 30 milhões de crianças e adolescentes que viviam nas ruas do Brasil, este número significava aproximadamente a metade da população brasileira entre 0 e 17 anos. (PILOTTI; RIZZINI, 1995)

A mudança do Código de Menores em 1979 teve partido no reconhecimento de que as crianças e adolescentes em situação irregular eram apenas a continuação de um problema que vinha das incontáveis famílias que não podiam oferecer as mínimas condições de sobrevivência. Era aí que começava a desatenção do Estado e do restante da população para as patologias sociais que vinham a resultar nos regimes de internamento dos menores. Com essa constatação aumentou-se a força da luta pelos direitos da criança e do adolescente e a cobrança por uma nova política de defesa sobre eles que viesse a trata-los com a mesma importância do restante da população, mobilização esta que colaborou para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990 pela lei Federal nº 8.069, se sobrepondo enfim ao falho Código de Menores de 1979. (PAIVA, 2008)

#### **4 OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E O CENÁRIO ATUAL**

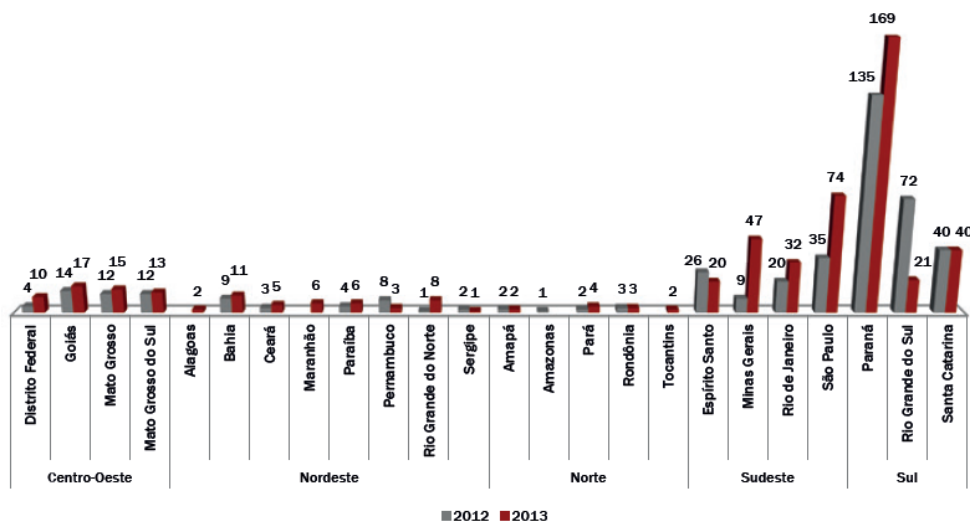
Segundo o Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento publicado em 2013 em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Brasil, em sua vastidão territorial e diversidade social, oferece diferentes estruturas de Sistemas de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes que podem ou não suprir as necessidades dos beneficiados e profissionais responsáveis. Um dos fatores constatados que leva a essa disparidade é o imprevisto no qual as Casas funcionam, sem compatibilidade para pessoas com deficiências ou mesmo quantidade de banheiros ou quartos menor que a necessária, além disso, a dificuldade em manter a manutenção do imóvel, seja por administração falha ou falta de recursos financeiros também é um problema que visivelmente compromete a delimitação de um padrão na estrutura desses serviços. Nestas condições, torna-se necessário exigir a atenção dos devidos órgãos governamentais responsáveis para criar meios de garantir que tanto os acolhidos quanto os acolhedores recebam o conforto e a segurança como base na estrutura do sistema, assim como deve acontecer nas residências familiares, para ambos poderem cumprir com dignidade seus papéis sociais na comunidade.

Para a caracterização de um sistema de acolhimento de crianças e adolescentes mais próximo do ideal, a liberdade e autonomia do seu público devem ser objetivos a serem alcançados no seu funcionamento. Estes dois conceitos implicam no trabalho de forma conjunta entre a gestão administrativa do órgão, os serviços e

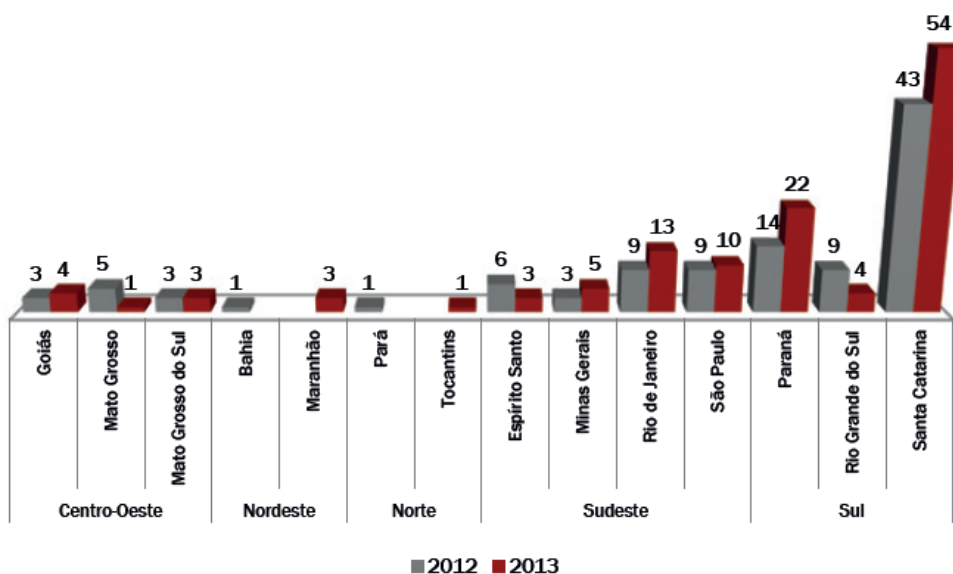


atividades que esta oferece aos beneficiados e por fim o espaço físico disponibilizado a ambos, sem prendê-los a um sistema institucional restrito, que leva ao afastamento do convívio comunitário social e a dependência no desenvolvimento pessoal (DISCHINGER; SAVI, 2008). Um pequeno exemplo que demonstra a desvalorização da individualidade das crianças e adolescentes acolhidos foi constatado pelo Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento, no ano de 2011, quando pelo menos metade dos serviços de acolhimento institucional existentes no Brasil, não ofereciam armários exclusivos para os menores guardarem seus pertences, ou seja, estes não contam com um mínimo espaço particular para exercerem a responsabilidade.

A regionalização das instituições também deve ser levada em conta ao observar o que cada uma oferece e a forma que as atividades são exercidas, já que há uma variação significativa na quantidade de pessoas acolhidas, no motivo mais incidente de acolhimento, na realidade social e econômica, e no tipo de investimento e dos programas originados pelo governo ou outras organizações existentes em cada Estado ou Município. Os gráficos a seguir (figura 02 e 03) mostram a disparidade entre os Estados na oferta de dois diferentes tipos de acolhimento de menores, onde a Região Sul se destaca na disponibilidade das duas modalidades do serviço enquanto nos Estados do Acre e Roraima, na Região Norte, nenhum destes serviços é oferecido.



**Figura 02 – Gráfico Distribuição de casas-lares por Estado e Região em 2012-2013**  
Fonte: CNMP – Relatório da Resolução nº 71/2011 (2013)



**Figura 03 – Gráfico distribuição dos serviços de acolhimento familiar, por Estado e Região 2012 - 2013**

Fonte: CNMP – Relatório da Resolução nº 71/2011 (2013)

Numa outra análise geral das cinco regiões do Brasil, abrangendo todas as modalidades de Serviço de Acolhimento Institucional propostas no documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2009), segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), observa-se que há duas as outras duas modalidades, Abrigo Institucional e Casa de Passagem/Transitória, que diferente dos serviços de Casa Lar e de Acolhimento Familiar, mantém um número parcialmente equilibrado de ofertas em todas as regiões, conforme a tabela 01.

Região	Abrigo Institucional %	Casa de passagem/transitória %	Casa-lar na comunidade %	Casa-lar em aldeia %	Outros %	%	Total Unidade
Centro-Oeste	65,6	23,3	10	1,1	-	100	180
Nordeste	67,8	17,4	9,5	3,4	1,9	100	264
Norte	64,9	24,7	9,3	1	-	100	97
Sudeste	68,8	14,7	12,8	2,7	1	100	1.419
Sul	52,6	20,6	22,6	3	1,2	100	664
<b>Total</b>	<b>64,2</b>	<b>17,4</b>	<b>14,6</b>	<b>2,7</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>2.624</b>

**Tabela 01 – Distribuição dos serviços de acolhimento institucional por modalidade. Brasil e Regiões, 2010**

Fonte: CNMP – Relatório da Resolução nº 71/2011 (2013)

## **4.1 MODALIDADES DE ACOLHIMENTO**

### **4.1.1 ACOLHIMENTO FAMILIAR/ FAMÍLIA ACOLHEDORA**

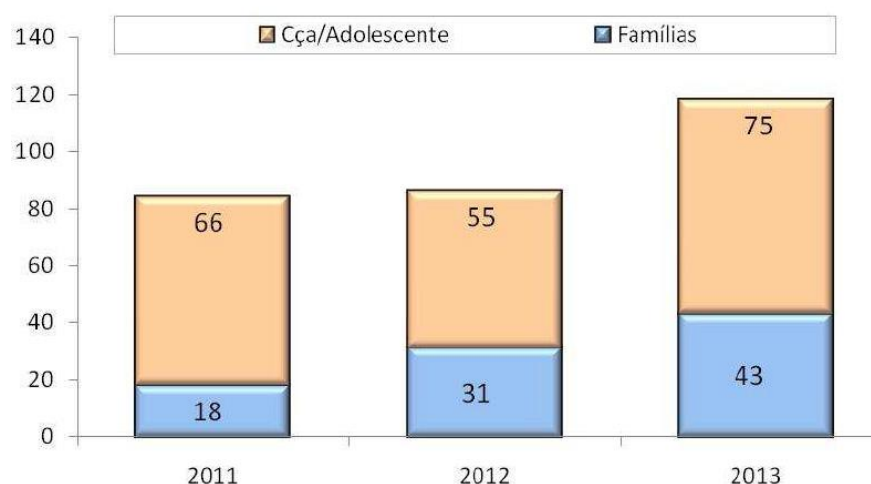
Quando a família de origem da criança ou adolescente está temporariamente impossibilitada de garantir os direitos dos menores, protege-los e cuidá-los diariamente, não permitindo seu encaminhamento para a adoção, o seu acolhimento é feito por uma família devidamente cadastrada e capacitada, dentro da sua própria residência. Neste caso são preferencialmente acolhidas as crianças e adolescente de 0 a 18 que têm grandes chances de retorno à família de origem, por isso é dada a família acolhedora apenas a guarda provisória dos menores acolhidos com o período de acolhimento já determinado.

O acolhimento familiar oferece tratamento individual às crianças e adolescentes, mantendo-os dentro da comunidade e da sociedade como filhos e verdadeiros moradores do local, mas o fato de cada família poder acolher apenas um menor, tendo os casos de grupos de irmãos como especificidades que devem ser avaliadas caso a caso, torna este serviço ainda pouco comum no Brasil.

O Plano Nacional de Assistência Social (2004) considera-o um “serviço especial de alta complexidade”. Esta complexidade dá-se pela diferença no tipo de acolhimento em relação aos outros mais comuns, pois além de dificultar o acolhimento de grupos de irmãos, trata-se de uma condição provisória, que envolve duas famílias com uma estruturação muito diferente, enquanto uma teve o menor retirado do convívio por ausência de cuidados, a outra pôde acolhe-lo por oferecer tudo o que é de sua necessidade. (ASSIS; FARIAS, 2013)

Apesar do acolhimento família acontecer dentro de casas particulares, sem a necessidade direta de funcionários para o cuidado dos menores, o CONANDA coloca neste quadro de atendimento uma equipe técnica que trabalhe para o órgão gestor da Assistência Social, no caso de Curitiba a FAS. Este grupo irá atender as famílias e os menores de uma maneira mais generalizada, garantindo o apoio e a coordenação deste serviço. A equipe deve ser composta por um Coordenador, e dois assistentes sociais para cada 15 famílias acolhedoras, estes funcionários devem ter horários flexíveis para o possível atendimento diretamente nas residências familiares.

A figura 04 traz o gráfico que mostra a relação deste tipo de acolhimento entre os anos de 2011 e 2013 na cidade de Curitiba. Observamos que a tendência é que a quantidade de famílias que se disponham a este serviço no município aumente com o passar dos anos, modificando o cenário atual do encaminhamento das crianças em situação de risco social na Capital.



**Figura 04 – Gráfico Serviço de acolhimento na modalidade Família Acolhedora no Município de Curitiba 2011 a 2013**

Fonte: PMC – Relatório de Gestão (2013)

#### 4.1.2 ABRIGO INSTITUCIONAL / CASA DE PASSAGEM

Este serviço pode atender até 20 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos dentro de uma única estrutura que deve ser semelhante uma residência familiar, com os seguintes cômodos estabelecidos no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009) :

- Quarto para no máximo cada 4 acolhidos;
- Sala de estar e jantar;
- 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 6 moradores;
- 1 banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais;
- Espaço para estudo, podendo estar inserido em outro ambiente;
- Cozinha;
- Área de serviço;
- Área externa, jardim, quintal, varanda, etc;
- Sala para a equipe técnica;
- Sala de Coordenação;

- Espaço para reuniões.

A casa deve, portanto, garantir conforto e segurança aos acolhidos e servidores, assim como ocorre no ambiente familiar. Considera-se ainda que esta instituição mantenha sua fachada com as características arquitetônicas do restante das residências do entorno, sem utilizar placas de indicação para a instituição que exponham o uso da residência e a condição de seus moradores.

É essencial que o abrigo esteja dentro de uma comunidade residencial que ofereça uma variedade de serviços e equipamentos urbanos públicos para o uso do acolhido, e seja próxima tanto fisicamente do local de origem dos seus acolhidos, quanto da realidade social de onde estavam acostumados a viver antes do acolhimento. Estas condições irão favorecer seus usuários no processo de desenvolvimento social através da inserção na comunidade, da liberdade de usufruir dos direitos como cidadão e da valorização do espaço onde vivem.

O atendimento dentro deste tipo de unidade é feito principalmente por educadores e/ou cuidadores, na proporção de 1 para cada 10 crianças e adolescentes, eles devem preferencialmente em turnos fixos diários, em plantões de rodízio de 12 por 36 horas, onde cada funcionário realiza sempre que possível as mesmas atividades referentes ao seu turno específico. A equipe de funcionários deve ser composta também por um Coordenador, um auxiliar para cada educador e/ou cuidador. (CONANDA, 2009)

A diferença entre os termos Abrigo Institucional e Casa de Passagem, dá-se segundo Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de Acolhimento, justamente pelo tempo em que o menor fica acolhido na instituição. Enquanto a primeira é selecionada para acolhimentos de tempo indeterminado, geralmente longa duração, a segunda trata do “acolhimento emergencial de curtíssima duração”.

Na casa de passagem será levantada a situação específica da criança ou adolescente acolhido, e elaborado um diagnóstico que determinará a continuação do seu processo de afastamento do convívio familiar, o encaminhamento para um abrigo específico de acordo com suas necessidades ou até poderá providenciar o seu retorno a família de origem. Para tanto a equipe de funcionários dentro da instituição pode ser composta por mais profissionais de outras áreas como psicólogos e assistentes sociais.

### 4.1.3 CASA LAR

Em uma casa com a mesma estrutura de uma residência familiar, uma mulher, a mãe-social, ou um casal, residem como pais de no máximo 10 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que são acolhidos no mesmo local. Esta casa não é propriedade de nenhum de seus moradores, a mãe-social que mora na residência é a funcionária contratada, de acordo com a Lei nº 7.644 de 18 de dezembro de 1987, responsável pela criação, cuidado e proteção dos menores acolhidos, exercendo então o papel de educadora e cuidadora 24 horas por dia, 6 dias da semana, caso ela seja acompanhada de um cônjuge, este deve obrigatoriamente trabalhar diariamente fora da instituição.

Além da mãe social, também é previsto uma equipe técnica de apoio e orientação para casas lares, podendo agir direta ou indiretamente na sua administração. Esta equipe pode ser formada por um coordenador, um educador ou cuidador e seu respectivo auxiliar para cada 10 acolhidos, além de psicólogos e assistentes sociais ligados ao órgão gestor de Assistência Social do Município.

Nesta forma de acolhimento é possível contemplar a maior autonomia dos menores acolhidos, dando a eles um ambiente familiar, com mais privacidade e responsabilidades diante de suas obrigações dentro da casa, respeitando as diferenças entre eles através da convivência em um grupo menor, mais próximo e estável. Sendo assim, o CONANDA (2009) declara que esta é a modalidade de acolhimento mais indicada para receber grupos de irmãos e menores com perspectivas de acolhimento de média ou longa duração.

Assim como ocorre nas outras modalidades de acolhimento, as crianças e adolescentes residentes das casas lares devem ter acesso facilitado aos equipamentos públicos e aos demais serviços externos que necessitarem. Isto é, a convivência com a comunidade deve ser estimulada evitando que os atendimentos ou atividades específicas sejam realizados na própria casa. Portanto, para que esta inserção na sociedade ocorra de maneira mais natural e ligeira, também é essencial que a casa lar seja localizada em uma região com condições semelhantes a de origem das crianças e adolescentes ali acolhidos. Além disso, quando permitido, o vínculo com a família de origem deve ser preservado, sendo assim a casa lar deve ser acessível a este grupo e estar apta a recebê-lo.

Os espaços mínimos que devem constituir a estrutura de uma casa lar, sugeridos pelo manual ainda segundo o CONANDA (2009), são os seguintes:

- 1 quarto para cada 4 crianças, podendo acomodar, camas, berços e beliches e guarda-roupas com espaços individuais para cada menor acolhido;
- 1 quarto para a mãe-social ou casal;
- Sala de estar e sala jantar, ambas com espaço para acomodar todos os moradores da casa ao mesmo tempo;
- Ambiente para estudo, podendo ser um cômodo exclusivo para esta finalidade, ou caso seja parte inclusa em outro cômodo como quarto ou sala de jantar, deve ter espaço e mobiliário adequado;
- 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 6 menores acolhidos,
- 1 banheiro exclusivo para a mãe social ou casal;
- Pelo menos um banheiro para pessoas com necessidades especiais;
- Cozinha;
- Área de serviço;
- Área externa (quintal, jardim, varanda, etc);

#### **4.1.4 ALDEIAS DE CASAS LARES**

As casas lares podem ser implantadas em forma de conjunto num mesmo terreno, assim criam a estrutura de uma pequena vila semelhante também a um condomínio residencial. Sendo assim a diferença deste serviço de acolhimento em relação a casa lar independente é que este poderá oferecer espaços que atendam melhor tanto as crianças e adolescentes acolhidos, como também às mães sociais residentes no local.

Podendo acolher grupos maiores de crianças e adolescentes num mesmo lugar, a convivência entre eles torna-se mais produtiva e o campo de entretenimento e aprendizado se amplia. A liberdade que este espaço maior proporciona aos menores o desenvolvimento da autonomia e facilita o processo que determina os limites de cada um.

Uma das características diferenciadas mais evidentes nas aldeias, é a estrutura que vai além das casas lares, podendo oferecer um centro administrativo para

seus funcionários, áreas de acesso ao público, ambientes de uso comum para as mães-sociais e espaços de lazer para as crianças. Porém neste caso é necessário cumprir o princípio da incompletude determinado pelo CONANDA (2009) que defende que as crianças e adolescentes acolhidos devem ter acesso aos serviços e equipamentos públicos junto a comunidade externa, portanto deve-se evitar dentro da Aldeia, a oferta de serviços do tipo educacionais, culturais, médicos, entre outros, que podem ser encontrados na região. Em compensação é possível ter dentro da Aldeia uma estrutura que atraia a comunidade externa para o local, apesar de que neste sentido é necessário ter relativa organização e critérios para este acesso ao público, de forma que não exponha nem comprometa o dia a dia dos moradores.

Nos Estudos de Caso levantados nesta pesquisa (cap. 7), estão descritas algumas diferentes estruturas em relação ao uso das aldeias e suas respectivas funcionalidades. Assim como na Interpretação da Realidade, (cap. 8), desenvolvida também a partir de análises feitas durante visitas a algumas Aldeias de Casas Lares no Município de Curitiba, estão relatadas algumas condições específicas do serviço de acolhimento em cada instituição, como as características dos acolhidos, os limites impostos para as visitas feitas pela externa, o quadro de funcionários, entre outros aspectos a serem considerados na definição do programa de necessidade mais próximo do ideal para uma Aldeia de casas lares.

## **5 A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO**

As relações interpessoais em todos os meios é um dos principais fatores responsável pela caracterização da sociedade envolvida e, portanto uma das diretrizes para os outros comportamentos assumidos no cotidiano de cada uma das pessoas em seu íntimo, que influencie ou não os que estão de alguma forma ligados. E é a partir desta condição que podemos prever, controlar ou definir a evolução ou a destruição, seja de uma grande comunidade, ou de um pequeno espaço dividido entre pessoas com necessidades, buscas e oportunidades semelhantes.

O arquiteto holandês Herman Hertzberger (1999, pag 12) trata das situações de convivência entre as pessoas de acordo com o local em que estão, inicialmente através da diferenciação do “público e privado”. Há mais de duas décadas, o autor já tinha percebido a banalidade com que era tratada a oposição entre estes dois termos, visto que como arquiteto, para ele não era concebível executar qualquer ativi-



dade em função exclusiva de apenas um ser, ou apenas da coletividade, pois há um “compromisso-mútuo” entre ambos, assim como usa-se do grupo para o benefício próprio, o grupo torna-se um benefício múltiplo a partir dos seus indivíduos celulares.

Para descrever esta problemática de uma forma mais próxima da realidade humana, o autor cita o filósofo austríaco Buber (1948), que vê nos grupos de relacionamento um esconderijo pessoal de cada indivíduo, onde atrás de todos os outros colegas, ele não precisará assumir a autonomia nas suas responsabilidades, e se encontrará em um meio confortável para observar nos outros o que não é agradável de observar em si mesmo. Assim como quando a pessoa escolhe a solidão, é para se afastar dos problemas que ela julga ser causado apenas pelos outros, por ver no grupo as suas próprias frustrações particulares sendo generalizadas. Portanto ambas as condições, de isolamento e de coletividade, são irreais, não existem separadamente como opções de escolha de vida para cada ser, pois são dois opostos ligados pelo seus extremos, criando um ciclo que leva uma condição a outra.

A partir do pensamento de Buber, o arquiteto conclui a definição dos termos público e privado não é necessariamente a condição física do espaço, mas sim a liberdade que cada este oferece aos indivíduos de exercerem as suas responsabilidades, ou seja, é o comportamento de cada indivíduo em relação aos seus direitos e deveres em cada espaço, que irá estabelecer a necessidade de barreiras físicas e demarcações para separar o público do privado. Uma porta não precisa estar constantemente fechada para que o ambiente por trás dela seja considerado privado, nem o fato de ela estar sempre aberta dá a liberdade ao visitante de se adentrar considerando que por isso o acesso é público, o que vai caracterizar espaço será o seu uso, as pessoas que o frequentam, o meio pelo qual se dá o acesso, a forma como é administrado, enfim, o que ele representa como um todo.

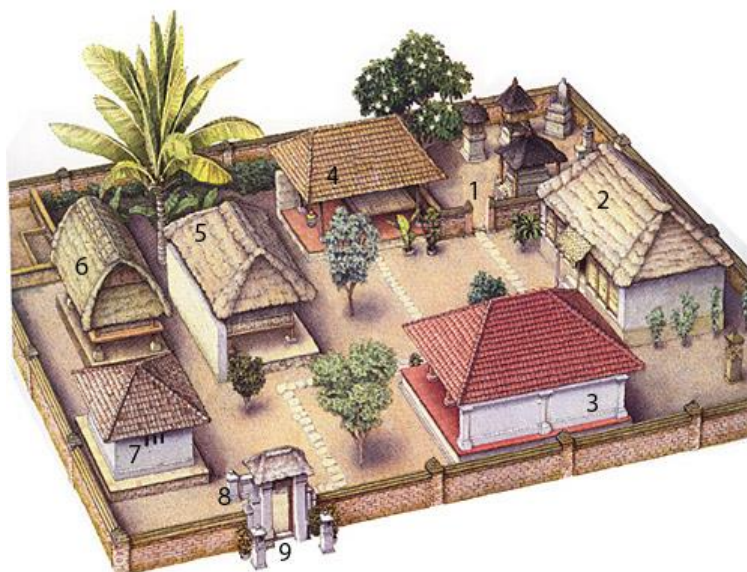
Um exemplo da relação “público x privado”, descrito por Hertzberger, no âmbito comunitário, são as ruas da cidade de Bali, Indonésia (Figura 05). A população que vive basicamente do cultivo do arroz, se utiliza das calçadas e das margens das estradas para a secagem do grão, estas áreas mais amplas são cobertas por parte da produção de alguns membros da comunidade, que podem contar com o respeito mútuo e o reconhecimento da devida delimitação do espaço para que futuramente todos possam usufruir do alimento. Essa atividade modifica a característica do local e o comportamento de todos temporariamente, sendo assim, torna-se muito difícil para a população envolvida determinar o termo adequado para a relação do uso pú-

blico, num espaço público como propriedade privada, mas para o benefício indireto de todos.

Ainda em Bali, tratando-se da particularidade de cada família, também se vê a relação dos dois termos nas casas dos vilarejos, que tem como hall principal um pátio central completamente aberto, onde se dá o acesso aos cômodos fechados da casa alocados ao redor, em volumes separados, como mostram as figuras 06 e 07. Neste caso, apesar do hall não ter limites demarcados, pontos específicos de circulação, entrada ou saída, estar nele sem ser um residente um de seus residente, causa a sensação de intromissão, pois tudo o que compõe o espaço, os moradores, os cômodos, a circulação, deixam claro que não é uma área aberta para todos, e que é necessário assumir uma postura específica em relação à família proprietária e seus hábitos. Aí é visto um caso onde um espaço completamente privado não mantém qualquer tipo de barreira para o seu uso, exceto os próprios princípios humanos de ordem e respeito.



**Figura 05 – Secagem do arroz sendo feita em uma rua na cidade de Bali**  
Fonte: <http://live-less-ordinary.com/escape-tourism-in-ubud-cultural-capital-of-bali/>



**Figura 06 – Desenho da implantação geral de uma casa tradicional em Bali**  
 Fonte: <http://live-less-ordinary.com/escape-tourism-in-ubud-cultural-capital-of-bali/>



**Figura 07– Hall de acesso no interior de uma casa tradicional em Bali**  
 Fonte: <http://www.kashgar.com.au/articles/Balinese-House-Compounds-a-Microcosm-of-the-Universe>

Casos contraditórios que colocam em jogo a definição de “público e privado” acontecem em todas as escalas em qualquer lugar onde existe coletividade, é parte integrante da evolução da sociedade, das suas necessidades e valores. Da rua para a calçada, passando pelo jardim, cercado ou não, adentrando a sala de estar, a cozinha, os banheiros e quartos, é possível conceituar de diversas maneiras cada uma destas áreas, dependendo do ponto de vista de cada um que passa por elas. Por vezes serão estes conceitos comuns que vão determinar o comportamento da região e determinar o caráter da comunidade, onde um indivíduo forma o outro como parte do todo.

## 6 O USO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Os efeitos visuais causados pelos materiais agrupados em uma construção, influenciam interna e externamente no comportamento do público, atraem ou afastam os que entram em contato, e se tornam um estabelecedor da harmonia entre os tipos diversos de usuários. Na sequência vem a função de cada indivíduo dentro desta construção, o que permitirá a ele agir de forma específica na administração do espaço e das próprias ações referentes a cada área que é determinada através da junção dos fatores construtivos e dos princípios sociais dos ocupantes.

Os acessos, usualmente definidos na planta arquitetônica das construções, aparecem como elementos demarcadores e caracterizadores do espaço. Esta percepção pode se dar através da utilização de diferentes volumes e cores, gerando efeitos visuais que causem no público sensações de liberdade ou de repressão no uso do local. Divisórias, móveis, degraus e vãos, são algumas das ferramentas arquitetônicas utilizadas para individualizar ambientes, isto quer dizer que não é exatamente necessário fechar uma área para delimitar o seu uso, mas sim que a sua personalização já pode exercer essa função. (RYBCZYNSKI, 1999)

Hertzberger sintetiza que a personalização do espaço individual se torna possível quando ele é oferecido ao ocupante sem traços que já o caracterizem, como os elementos citados anteriormente. Tendo a liberdade de expressar os seus sentimentos através do que o representa, o espaço que era comum, semelhante, visto da mesma forma por todos é recriado pelo seu indivíduo, que por consequência torna-o mais agradável, confortável e principalmente útil, colocando nele o que necessita para colocar em prática seus princípios pessoais e sociais de forma organizada, compreensível e evolutiva.

Neste contexto Rybczynski traz ainda condição do aconchego como um aspecto decisivo no que diz respeito ao pertencimento e a particularidade ao espaço, ou seja, um local não precisa seguir os paradigmas da sociedade em geral para ser caracterizado como bom para viver, ele deve dar ao seu usuário a oportunidade de ocupa-lo como achar melhor. Para isso ele relaciona a casas medievais, que num sentido oposto ao que vemos hoje na arquitetura contemporânea que deixa grandes vazios e demonstra praticidade no espaço, eram ocupadas ao máximo com mobiliário e equipamentos além de estarem sempre cheias de gente. Com estas duas situações opostas concluímos que não há o correto e o incorreto em relação a ocupa-

ção do espaço, exceto em se tratando do que causa a sensação de bem ou mal estar do seu usuário.

## **7 ESTUDOS DE CASO**

O acolhimento providencial de crianças e adolescentes, sejam órfãos, abandonados, ou retirados de suas famílias por maus tratos ou outros motivos relevantes, pode ocorrer de diversas maneiras tanto no Brasil como no restante do mundo. Assim como os modelos construtivos de residências familiares variam de acordo com os costumes pessoais, com a geografia onde estão inseridas, com as condições econômicas tanto da região quanto do morador, além de outros fatores mais minuciosos e as vezes imperceptíveis, essa variação também ocorre nas formas de abrigo e auxílio aos menores em situação de vulnerabilidade social.

Considerando todas as diferenças sociais e culturais de cada povo, não é possível afirmar que exista uma única forma de acolhimento ou espaço físico corretos e ideais para o desenvolvimento social das crianças e adolescentes que não podem contar com o apoio da estrutura familiar para a sua formação como cidadão. Mas é primordial considerar que o papel principal de quem se dispõe a oferecer condições dignas de vida à estes menores desamparados, vai além do teto, da alimentação e da higiene, é necessário garantir a eles a inserção na comunidade, o convívio social, oportunidades de aprendizado e chances de crescimento pessoal, como deve acontecer dentro de um lar, com a coordenação de uma família.

Conforto, segurança e autonomia são funcionalidades projetuais ligadas diretamente à rotina dos usuários de uma residência familiar, que convivem comunitariamente estabelecendo os limites entre eles e nas atividades que exercem dentro deste espaço determinado. Portanto estes são também aspectos a serem considerados no acolhimento de um menor, para que o seu dia-a-dia seja semelhante e compatível ao dia-a-dia dos colegas da escola ou da vizinhança que não estão sob a tutela de algum serviço de acolhimento.

Com todas estas possíveis variações que automaticamente levam a construção ou adaptação de diferentes espaços com a mesma função, além do fato de alguns países não padronizarem ou estabelecerem critérios normativos para estes espaços, torna-se necessário analisar alguns projetos arquitetônicos que tragam essas diferenças entre si para reunir os traços relacionados à proposta de Aldeia e Ca-

sa-Lar e extrair as características com sentido oposto ao convívio social e a liberdade pessoal. Como ferramenta para a elaboração do programa de necessidades de uma Aldeia de Casas-Lares, nesta pesquisa foram inseridos os estudos dos projetos arquitetônicos de alguns desses tipos de abrigos, a seguir estão suas respectivas descrições e breves análises encontradas a respeito das soluções utilizadas.

### **7.1 ALDEIA INFANTIL SOS MANAUS, AM - ARQUITETO SEVERIANO PORTO**

Fruto da organização SOS Kinderdorf International criada pelo austríaco Hermann Gmeiner que em 1949 começou um trabalho de acolhimento aos órfãos da II Guerra Mundial, a Aldeia Infantil SOS Manaus é apenas uma das 20 aldeias implantadas pelo mesmo Programa em 12 Estados brasileiros, totalizando 89 Casas-Lares. Além do serviço de acolhimento oferecido pelo mesmo grupo também em outros 132 países, outros tipos de auxílios são dados aos menores carentes que tem acesso ao programa, com o objetivo de suprir suas necessidades básicas como alimentação, higiene e aprendizado.

Todas as casas-lares das Aldeias Infantis SOS brasileiras, que funcionam como núcleos familiares, podem abrigar sob o cuidado de uma mãe-social residente da casa, até 9 crianças independente do sexo ou idade. Dentro desse núcleo a rotina é definida como em uma família, cada um com suas responsabilidades, respeitando as características pessoais de cada morador, definindo suas liberdades e seus limites, como deve ser feito no processo educativo de qualquer criança, e compartilhando este dia-a-dia com toda a comunidade externa, ampliando as oportunidades de convivência e conhecimento de todo tipo de realidade social.

Em Manaus o projeto teve início em 1994 quando o reconhecido arquiteto brasileiro Severiano Mário Porto foi convidado a desenvolver a proposta de implantação da Aldeia de Casas-lares na Capital do Amazonas. Com um grande e valioso repertório de projetos na região amazônica, muito influenciados pela cultura local e pelas paisagens naturais, Porto não fez diferente no partido do conjunto que viria a abrigar centenas de crianças e adolescentes desde a sua construção em 1997, retratando do piso à cobertura os traços naturais do entorno, com cores, materiais e formas que integram toda a comunidade ao espaço criado.

O terreno de 64312,2 m<sup>2</sup> está em uma região bem consolidada da cidade (figura 08) , há pouco menos de 10 km do centro comercial, próximo a BR 174, uma



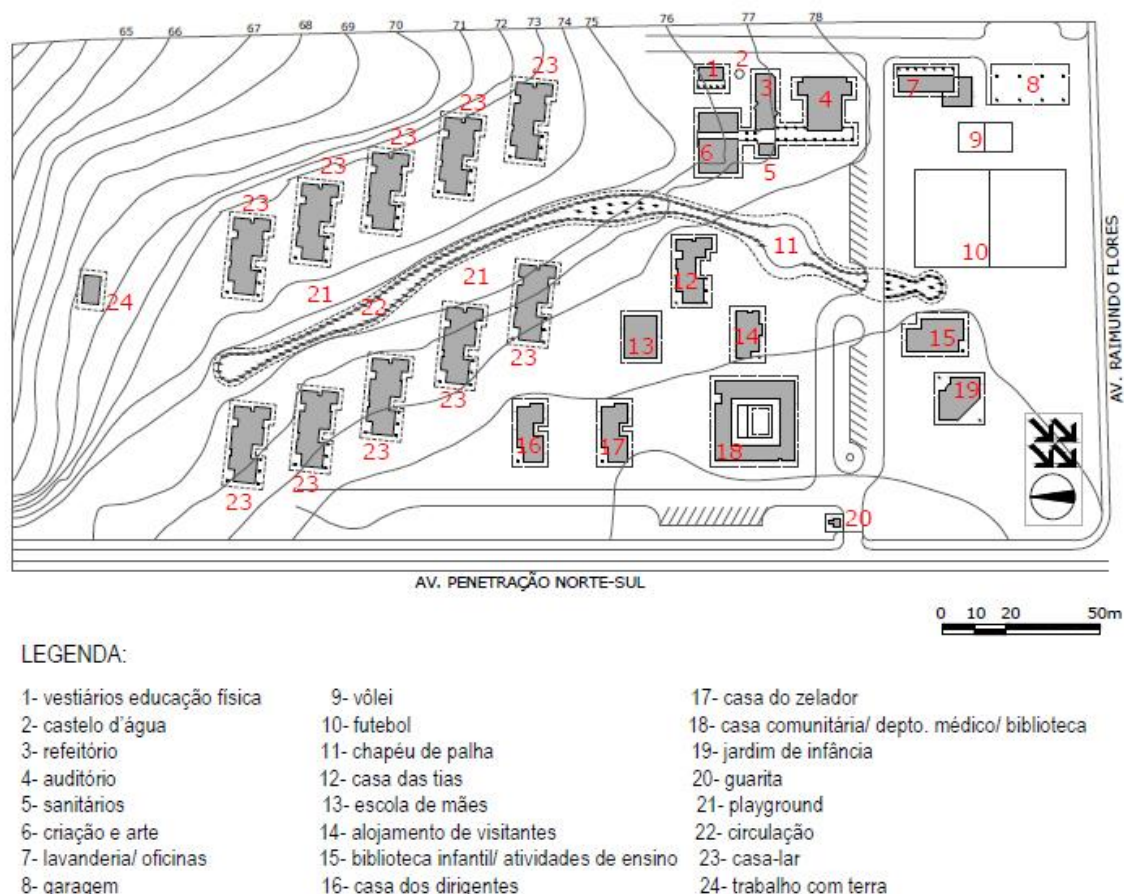
das principais vias do Norte do Brasil, onde também estão localizados o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e a Arena da Amazônia, estádio construído para a Copa do Mundo de 2014,. Apesar dos variados tipos de serviços existentes na região, tendo como referência as duas obras influentes citadas, o entorno é ocupado principalmente por moradias de pequeno e médio porte, sendo algumas áreas de ocupação irregular e outras de mata preservada. Trata-se de uma área acessível e integrada à comunidade amazonense.



**Figura 08– Foto de satélite: implantação da Aldeia SOS de Manaus e a relação com o entorno.**

Fonte: Google Earth (2015) adaptado pela autora

São 10 casas lares, conectadas através de uma estrutura central de uso comum que permite o fluxo livre entre as casas e as outras construções que formam o conjunto (figura 09). Juntas têm capacidade para acolher até 100 crianças e adolescentes, além das mães residentes de cada lar e os demais funcionários responsáveis pelo funcionamento de todo o complexo, neste caso conhecido como aldeia. (NEVES,2006; LIMA, 2008).



**Figura 09 – Planta de implantação da Aldeia Infantil SOS Manaus – Arquiteto Severiano Porto**

Fonte: NEVES (2006)

A estrutura geral da aldeia busca dar ao mesmo tempo privacidade e acessibilidade aos moradores, com uma área mais reservada do terreno onde estão as casas lares, e outra área delimitada mais próxima das vias externas e do acesso principal onde estão os espaços de uso comum (figura 10) . As construções de uso comum estão divididas entre as de serviço, exclusivas para os funcionários da instituição, e as de atividades comunitárias, destinadas ao aprendizado e usadas para



estimular o convívio com a sociedade, podendo ser acessada tanto pelos moradores quanto por visitantes.



**Figura 10– Delimitação do espaço público e privado e da circulação principal na Aldeia Infantil SOS Manaus**

Fonte: NEVES (2006)

O terreno é atravessado longitudinalmente por um largo passeio de forma orgânica revestido em cimento liso, que assim como todo o restante do projeto usa as curvas de nível como partido para a implantação (figura 10) . Esta pequena via central tem a função de uma rua, onde os moradores se encontram e por onde eles seguem para chegar aos outros blocos de serviços e ao portão principal da aldeia. O projeto arquitetônico original conta com uma cobertura de palha sobre esse corredor

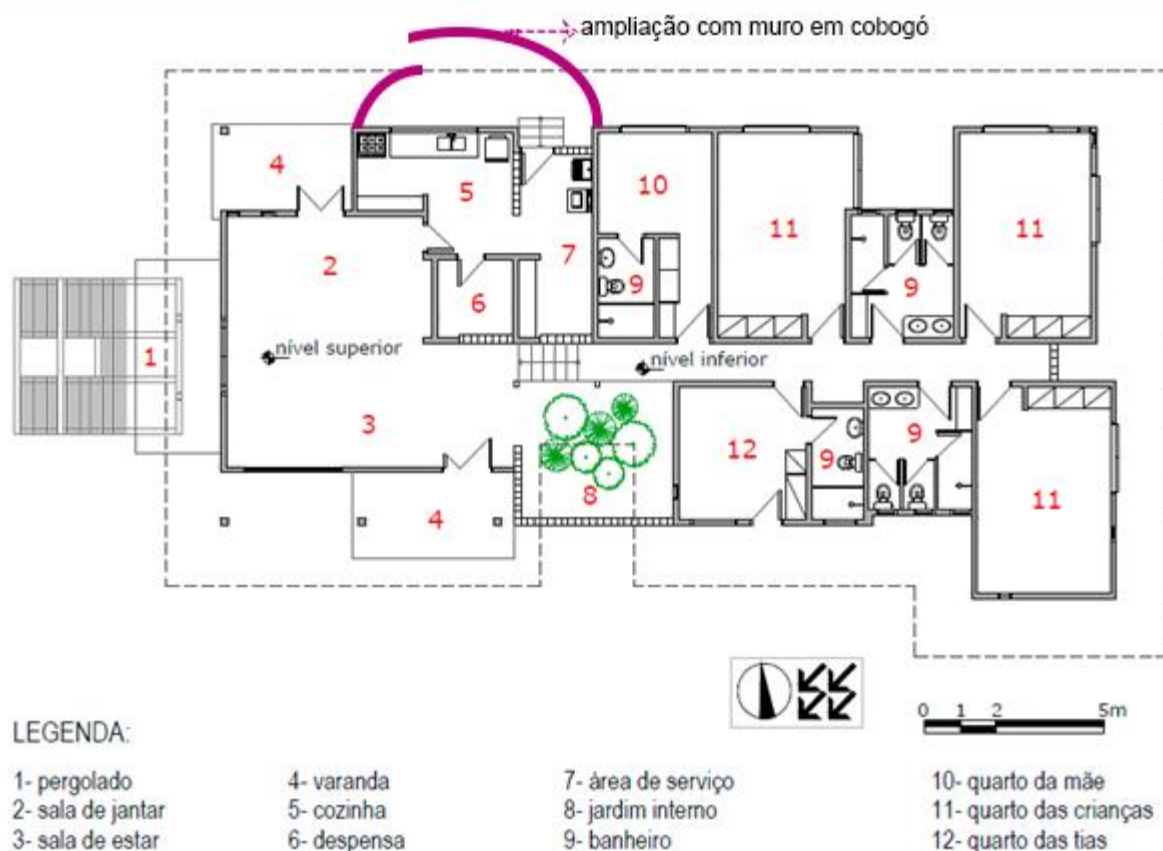
(figura 11), que além de trazer para a aldeia as características da floresta amazônica e da cultura indígena, torna-o mais funcional pois não só facilita a circulação interna como também é um espaço comum de permanência e convivência para os moradores durante as chuvas. (LIMA , 2014).



**Figura 11– Circulação central da Aldeia Infantil SOS Manaus com cobertura em palha.**  
Fonte: LIMA (2014)

As habitações com implantação relativamente paralela a circulação central em seus dois lados, tem as plantas divididas em área social e de serviços e área privada, elas se diferem por dois patamares que se encaixam na topografia do terreno, sendo a segunda no nível mais baixo que pode ser acessado por uma pequena escada limitada pelo jardim interno. Com mais de 200m<sup>2</sup>, podemos observar na figura 12 que o projeto conta com três quartos para os acolhidos, um banheiro feminino e um masculino, duas suítes uma para a mãe social e a outra para uma possível cuidadora/auxiliar, sala de estar, copa, cozinha, despensa e área de serviço, além de

duas varandas por onde se dão os acessos principais. A construção é em alvenaria, com esquadrias, forro e a estrutura do telhado em madeira, e cobertura em telha cerâmica (NEVES, 2006)



**Figura 12– Planta de nível das casas lares da Aldeia Infantil SOS Manaus**

Fonte: Neves (2006) adaptado pela autora

Com quase 20 anos de existência, a Aldeia Infantil SOS de Manaus já executou algumas alterações nas construções existentes, como a pintura de algumas casas, modificando as fachadas brancas originais e a construção de painéis em cobogó na saída das áreas de serviço das residências para garantir mais privacidade. Outra mudança em maior escala, mais perceptível e que acabou interferindo no partido original do projeto arquitetônico foi a retirada da cobertura de palha do corredor de acesso (figura 13), que segundo NEVES (2006) não recebia a devida manuten-

ção constante para a troca da palha que se decompõe muito rapidamente, e estava comprometida com vãos por toda a sua extensão.



**Figura 13– Circulação central da Aldeia Infantil SOS Manaus após a retirada da cobertura em palha.**

Fonte: <https://aldeiasinfantisbsb.wordpress.com/category/aldeias-infantis-manau/> (2015)

A Aldeia Infantil SOS Manaus pode ser considerada um dos exemplos mais complexos desta modalidade de serviço de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco no País, pois como pudemos observar na planta de implantação, conta com uma grande estrutura que não é facilmente encontrada nas ocupações urbanas brasileiras, com espaços de variadas funções e capacidade de atender não só os moradores mas também os visitantes da comunidade. A quantidade de crianças que podem ser acolhidas no conjunto de casas-lares também é uma característica importante neste projeto, já que a maioria dos abrigos que forma analisados nessa pesquisa, tem capacidade para menos de 50 menores. Mas a união destes fatores menos comuns, tem por objetivo ampliar o espaço dos acolhidos na comunidade, fortalecendo o vínculo com a sociedade através das atividades internas que podem ser oferecidas ao público graças a estrutura e à escala que o projeto de acolhimento atinge, simultaneamente com a intimidade que é possível ter dentro das residências onde se desenvolve um ambiente familiar e rotineiro que qualifica a vida de seus moradores igualando-os aos das comunidades externas ( LIMA; OLIVEIRA, 2008).

## **7.2 SOS CHILDREN'S VILLAGE AQABA, JORDÂNIA - JAFAR TUKAN & PARTNERS**

Localizada na periferia de Aqaba, cidade histórica no litoral da Jordânia, com aproximadamente 110.000 habitantes, esta aldeia teve como partido obrigatório no desenvolvimento do seu projeto arquitetônico a inserção do serviço de acolhimento na realidade social já existente, com o objetivo de impedir a criação de uma outra forma de convivência segregada e divergente. Projetada pelo escritório Jafar Tukan & Partners, os mesmos autores das outras duas aldeias infantis do País, também é fruto da SOS Kinderdorf International, organização responsável pela Aldeia Infantil SOS de Manaus citada anteriormente, busca resultados semelhantes no que diz respeito a criação de uma atmosfera familiar e íntima num espaço diferenciado mas que caracteriza-se o mais próximo das comunidades externas.

Segundo os arquitetos autores do projeto, mesmo que a cidade tenha um certo valor histórico, sua arquitetura é pouco valorizada, a malha urbana é organizada mas sua infra-estrutura é básica, pois apesar de receber milhares de turistas que vão em busca dos resorts de luxo e das praias, Aqaba está numa região desértica, distante das grandes cidades, portanto é relativamente pouco influenciada por culturas mais modernas e comunidades externas mais desenvolvidas. Esta condição geográfica acabou privando seus moradores do crescimento econômico e social que só passou a ser visto nos últimos anos, assim como a chegada de muitos jovens em busca de melhores condições de vida e de palestinos refugiados, incluindo crianças separadas a força de suas famílias, que sem a cidadania jordana não podem ter acesso a serviços básicos como saúde pública e educação gratuita, sendo este um dos principais motivos para a criação da aldeia infantil na cidade. (*SOS Children's Village UK*)

A *SOS Children's Village* de Aqaba foi fundada em 1991, não só para abrigar os menores em situação de risco, mas também para oferecer melhores perspectivas de vida para todas as demais crianças, adolescentes e mulheres da comunidade através de atividades culturais e educacionais como oficinas de música e belas artes. Com isso torna-se possível criar uma rotina comum dentro da aldeia que garante a integração entre os menores e a vizinhança gerando um ambiente fortalecido, confortável e seguro para o crescimento pessoal de cada um.



O entorno é simples (figura 14) , numa região conhecida como “cidade velha” que começou a ser ocupada de forma espontânea antes da década de 50, com aproximadamente 10.000 habitantes, as moradias vizinhas são de baixo e médio custo, a maioria em concreto, que segundo a Arquiteta Salma Samar Damluji especialista em arquitetura vernacular Árabe e Islâmica, revelam uma arquitetura que vai de “medíocre a absurda”. Apesar de ainda existirem algumas casas tradicionais em pedra, com apenas um pavimento, os únicos exemplos da arquitetura local existentes na região antes da construção da Aldeia Infantil, estas edificações, assim como as de concreto, não foram conservadas pelos seus proprietários, desvalorizando a região e a cultura local.

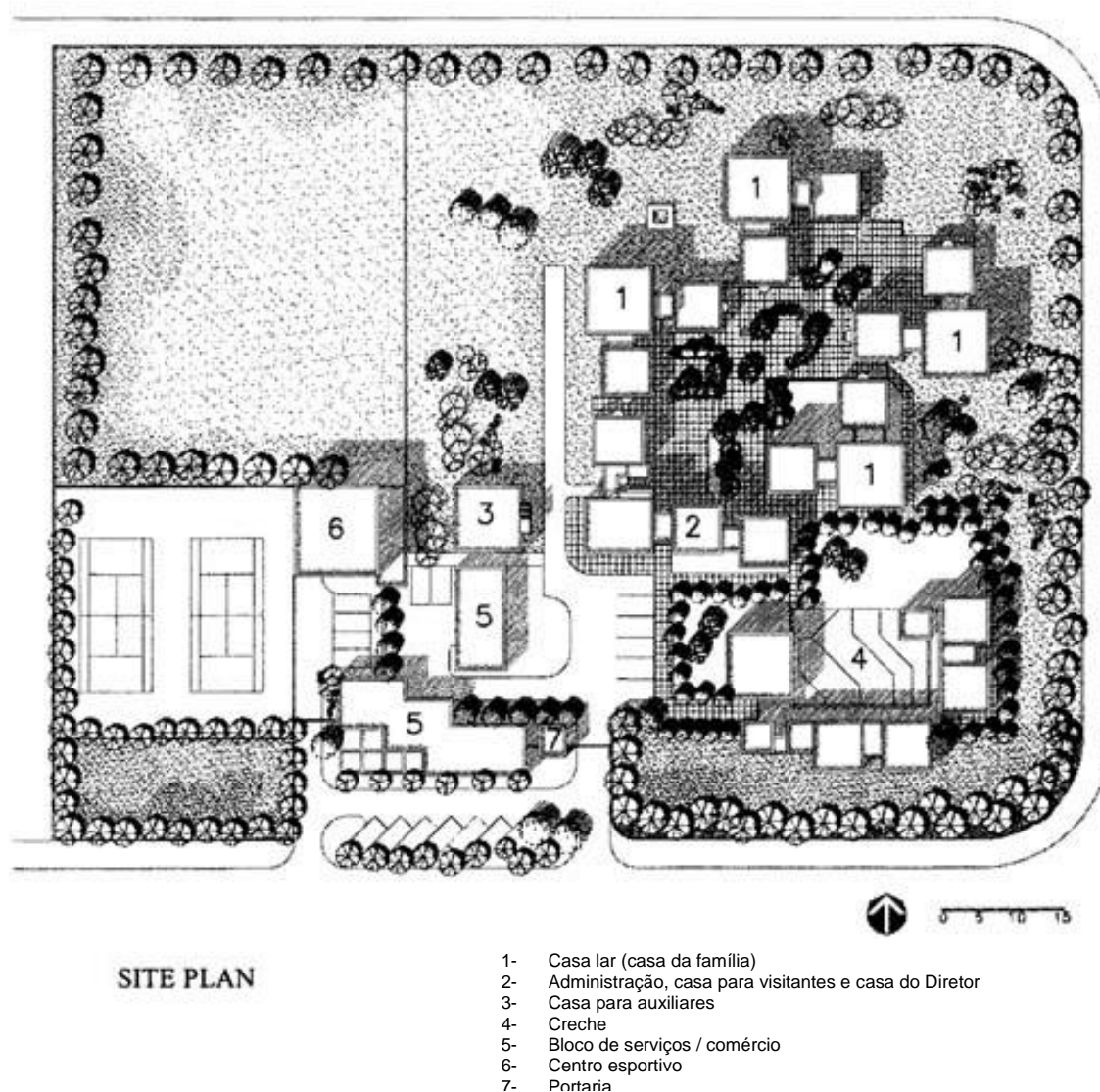


**Figura 14– Casas da SOS Children’s Village em primeiro plano e edificações do entorno no segundo plano.**

Fonte: DAMLUJI, Salma S. (2001)

As edificações da Aldeia construídas em pedra, utilizam-se da arquitetura vernacular para transpassar aos seus moradores e visitantes a simplicidade e originalidade da paisagem local, inserindo-a sutilmente no entorno sem causar impactos visuais ou sociais tanto para os que desfrutam do conjunto quanto para os que vivem ao redor. Entre jardins, calçadas e pequenas ruas que tem a função de interligar todo o complexo, o projeto, como mostra a planta de implantação na figura 15,

contempla seus usuários com uma casa para auxiliares, uma casa para visitantes, uma casa para o Diretor da Aldeia, um prédio administrativo, um bloco de serviços e oito casas-lares para as mães sociais e os menores acolhidos.



**Figura 15– Planta de Implantação da SOS Children’s Village de Aqaba**  
 Fonte: DAMLUJI, Salma S. (2001) tradução da autora

Além dos blocos de uso privado da instituição, ao sul da implantação, onde o terreno é limitado por uma via pública, foram projetados uma creche, um pequeno centro esportivo, e um bloco de serviços com mercado e farmácia, todos para o uso de toda a comunidade externa (figura 16) . Como a capacidade de atendimento da creche (55 crianças) supera a quantidade de crianças abrigadas que ainda não vão para a escola, os locais podem colocar seu filhos nesta instituição e pagar um valor mais baixo que o cobrado em outras regiões da cidade, parte deste valor, assim co-

mo o que é pago pela comunidade para utilizar as quadras esportivas, e pelos proprietários do mercado e da farmácia para o aluguel dos espaços, é revertido para a própria aldeia e utilizado para cobrir os gastos gerais do complexo. Segundo a SOS Children's Village, apesar de não serem serviços considerados populares, ou seja, não muito procurados pela comunidade, sua implantação foi de relativo sucesso para o projeto, pois são de fato uma boa fonte de renda que garante a cobertura de muitos custos da aldeia.



**Figura 16– Foto aérea da SOS Children's Village com a marcação dos setores internos**  
 Fonte: DAMLUJI, Salma S. (2001) adaptado pela autora

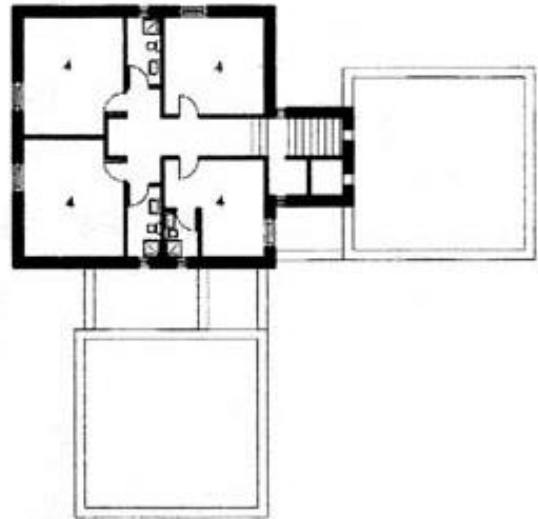
Caracterizado pelos seus autores como um “orfanato impessoal” , o programa projetual busca aproximar seus moradores o máximo possível do cotidiano familiar dentro de um terreno de 20.000m<sup>2</sup> . Cada abrigo tem capacidade para até nove crianças e uma mulher, que neste caso deve ter entre 28 e 53 anos, com o mesmo papel que a mãe-social tem no Brasil. Nesta moradia as crianças ficam sob a tutela da mãe-social que garante o cuidado a cada acolhido e são criados os laços familiares como irmãos e irmãs. O papel de pai-social fica sob a responsabilidade do diretor da aldeia que vive em outra casa no mesmo local com a sua própria família. Além dele há também outros funcionários homens responsáveis pelos serviços do complexo, como jardinagem e manutenção.



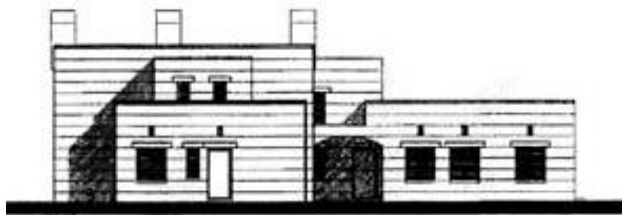
As casas lares estão divididas em quatro blocos construídos mais distantes da via de acesso para garantir a privacidade não só no espaço interno mas também num pátio comum exclusivo aos moradores e funcionários da aldeia. Em cada bloco há uma casa térrea com a área íntima separada da área social e de serviço por um pequeno corredor, e outra casa que apesar de ter a planta semelhante a primeira, é projetada em dois pavimentos com a área social e de serviço no térreo, e os cômodos íntimos no primeiro andar (figura 17). Em cada casa há uma sala de estar e jantar, cozinha com despensa, depósito, banheiro social, três quartos e dois banheiros para os acolhidos, e uma suíte para a mãe social totalizando uma área de pouco mais de 200m<sup>2</sup>.



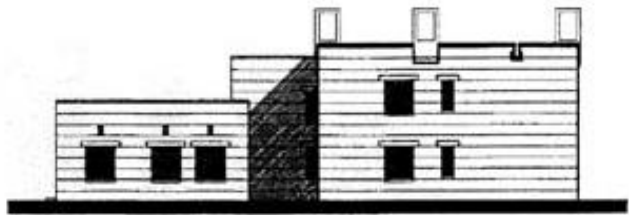
**GROUND FLOOR PLAN**



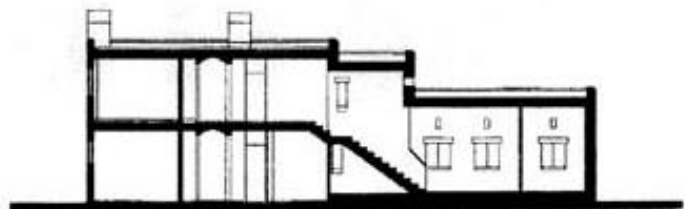
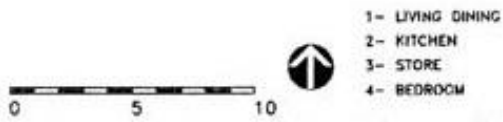
**UPPER FLOOR PLAN**



**SOUTH ELEVATION**



**NORTH ELEVATION**



**SECTION A-A**

TYPICAL FAMILY BUILDING

Figura 17– Plantas, Elevações e Corte da casa lar da SOS Children's Village, Aqaba  
 Fonte: DAMLUJI, Salma S. (2001)

A seguir a listagem dos cômodos dos demais blocos que constituem a *SOS Children's Village* de Aqaba:

- Casa do Diretor: Três quartos, dois banheiros, sala de estar e jantar, cozinha com depósito e banheiro social;
- Casas de auxiliares: Cada um com três quartos, dois banheiros, sala de estar e jantar e cozinha com despensa;
- Casa de visitantes: Dois quartos, um banheiro, sala de estar e jantar com cozinha conjugada;
- Creche: 4 salas de aula, cada uma com dois banheiros e uma sala de brinquedos, um escritório, dois depósitos, sala de auxiliares, banheiros feminino e masculino e um espaço de convivência e teatro ao ar-livre;
- Bloco de serviços: portaria, área técnica, banheiro, sala de manutenção e espaço para aluguel de salas comerciais;
- Áreas externas: playground, estacionamento, jardins, caixa d'água, e espaço livre para expansão da aldeia com mais casas lares.

Toda esta estrutura cuidadosamente projetada para o bom aproveitamento dos acolhidos e acolhedores valoriza não só o espaço em si e sua função, mas principalmente seus usuários que por poderem usufruir dos benefícios da aldeia a reconhecem como um lar para o qual também deve ser dedicado o cuidado e a proteção. O aspecto que o design das construções e o paisagismo dão ao local, também tornam o espaço antes desértico e descuidado em um ambiente agradável e convidativo, o que acaba incentivando o uso responsável das facilidades oferecidas e de todo o restante das ocupações adjacentes.

Segundo Dalmuji (2001) a "sinceridade" usada para desenvolver este projeto se transformou em um modelo a ser seguido nas ocupações urbanas de Aqabar, utilizando materiais locais e colocando em vista as traços originais do povo, o que deu sensibilidade ao terreno e a tudo que está direta ou indiretamente ligado a ele. A *SOS Children's Village* de Aqaba é considerada por todos os que a conhecem, um projeto único na arquitetura da região, que atrai principalmente as outras crianças da

comunidade externa pelo ambiente exclusivo existente em seu interior, onde é possível ter liberdade e privacidade ao mesmo tempo, situações que não são facilmente encontradas em casas comuns.

### 7.3 ACRIDAS – ALDEIA BACACHERI, CURITIBA, PR

Localizada no Bairro Bacacheri, limítrofe ao Bairro Tingui, em Curitiba, há aproximadamente 7,0 km do centro do Município, está implantada uma das Aldeias de Casas Lares de Curitiba, a Associação Cristã de Assistência Social – Condomínio Julio Müller, fundado há 30 anos com o objetivo de acolher as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em documento referente a criação da ACRIDAS (arquivo da instituição), datado da década de 80, constata-se que no início da sua concepção, era prevista a construção de 8 casas lares (L1, L2, L3, L4, L5, L6, L7 e L8), trazendo inclusive a proposta da planta arquitetônica padrão para estas casas (figura 19). Além disso o proposta inclui blocos de serviço, descritos na (figura 18), para o uso geral da Aldeia, assim como área de lazer, espaço para a criação de animais domésticos e para o plantio de árvores. Mas visto as condições da época, quando o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes ainda não era muito reconhecido no País, e não contava com modelos para a sua execução, a Aldeia da ACRIDAS foi construída por etapas, e até hoje está apta e tem previsão para modificações na estrutura existente.

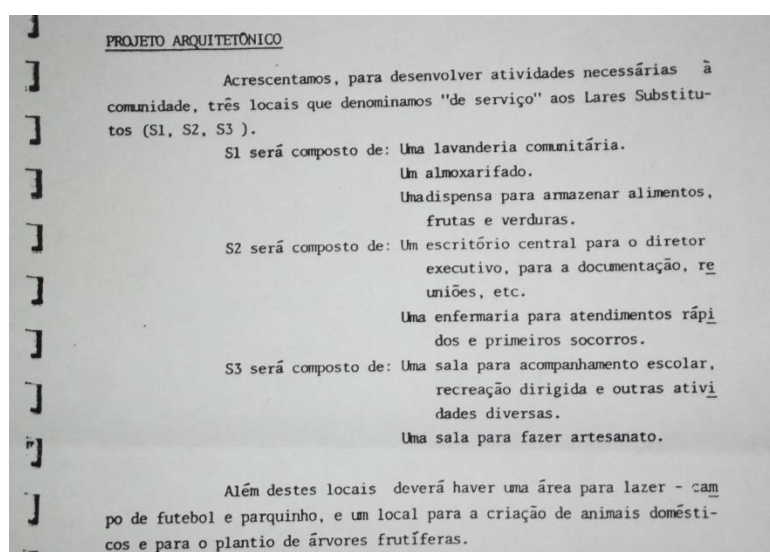


Figura 18– Parte do programa de necessidades proposto para a concepção da Aldeia ACRIDAS

Fonte: Arquivo ACRIDAS (1983)

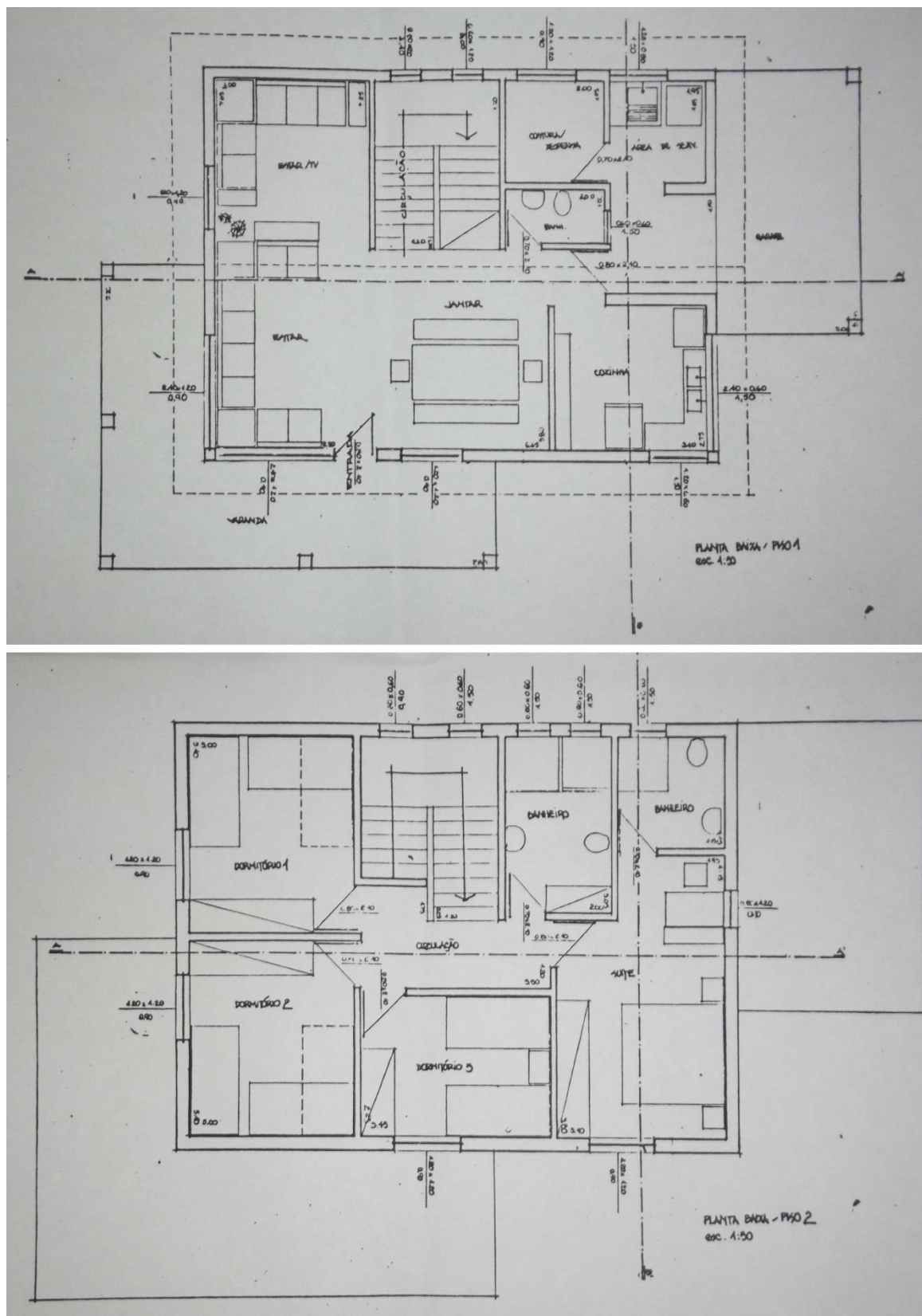


Figura 19– Proposta para o projeto arquitetônico das casas lares da ACRIDAS feitas para a fundação da instituição  
 Fonte: Arquivo ACRIDAS (1983)

Dentro uma área com 19.000 m<sup>2</sup>, hoje a Instituição é composta por uma série de edificações (figura 20) de uso comum dos moradores, dos funcionários e também para o acesso do público, alguns seguem a proposta original, outros foram ligeiramente alterados, e outros não chegaram a ser executado.



**Figura 20– Mapa esquemático da implantação e setorização da Aldeia ACRIDAS**

Fonte: Google Earth (2015) adaptado da autora

No que diz respeito ao uso dos funcionários e visitantes, a Aldeia oferece:

- uma residência administrativa onde funciona uma sala de recepção, uma pequena copa, uma sala de arquivo, um escritório para a coordenação, um escritório para os demais funcionários administrativos, almoxarifado, sala de reuniões e banheiros;
- um depósito e área de manutenção de equipamentos, mobiliário e doações;
- portaria e estacionamento.

Para o uso público estão destinados os seguintes blocos:

- uma residência, onde antes funcionava o berçário, com área para a realização do bazar semanal, espaço para o depósito temporário de doações, sala para atividades diversas como produção de artesanato, sala de estudos e biblioteca, e banheiros;



- um salão de festas para 200 pessoas, um salão de festas para 100 pessoas e uma churrasqueira externa, onde se realizam almoços para a arrecadação de fundos, e outras festas e eventos de iniciativa externa em prol Aldeia;
- estacionamento;
- parquinho e quadra esportiva destinados aos moradores, mas que podem ser utilizados pelo público em eventos específicos.

As casas lares, assim como boa parte da implantação geral, não seguiram exatamente as propostas feitas no documento citado, em relação aos desenhos existentes das plantas. As três primeiras casas a serem construídas na Aldeia (figura 21) , mantiveram como característica do projeto original apenas a divisão em 2 pavimentos, dando-se o acesso principal pelo pavimento superior, onde ficaram as áreas de uso comum, sala de estar, sala de jantar, cozinha e os banheiros para os acolhidos, e no piso abaixo, 3 quartos para as crianças e adolescentes, 1 suíte para a mãe social e a área de serviço com acesso para a área externa.

Uma das mudanças mais perceptíveis em relação ao projeto arquitetônico original das três casas lares citadas, é que as construções atuais aproveitam do desnível do terreno para a execução dos dois pavimentos. Com as casas rentes ao talude, seguindo a forma original do lote, foi possível criar acessos separados para cada nível da construção. Sendo assim o acesso à residência acontece tanto pela área de estacionamento privativo, no patamar mais baixo do terreno como pela via de circulação principal da Aldeia, na área intermediária do conjunto.



**Figura 21– Uma das três primeiras casas lares a serem construídas na Aldeia ACRIDAS**  
Fonte: Arquivo ACRIDAS (2015)

Além destas três primeiras casas a serem construídas, com plantas iguais, a Aldeia é composta por mais outras 3 casas lares, totalizando atualmente 31 menores acolhidos. Porém atualmente apenas 6 delas estão ativas. A tipologia das outras casas varia, podendo ser térreas e também construídas em madeira (figura 22) , e diferente das casas já descritas, que se encontram numa mesma área do terreno, as outras casas estão separadas ocupando outros extremos da Aldeia.



**Figura 22– Casa lar com o pavimento superior em madeira.**  
Fonte: Arquivo ACRIDAS (2014)



Diretamente ligada ao uso das casas e aos seus moradores, foi construída também, como previa o programa de necessidades original, uma lavanderia de padrão industrial num espaço comum acessível a todas as mães sociais. Assim evita-se o gasto com a manutenção de máquinas de lavar exclusivas em cada residência, já que com a grande quantidade de crianças e adolescentes, o uso deste equipamento é diário e intenso.

Infelizmente durante a visita técnica não foi possível entrar nas casas lares, pois nesta Aldeia elas são reconhecidas como local privado e íntimo dos seus moradores, buscando assemelharem-se ao máximo as residências familiares. Portanto o acesso, assim como fotografias no local tem a permissão muito restrita, para garantir a integridade e manter a particularidade dos seus moradores que preservam a convivência e a rotina entre eles como em uma família.

Como foi descrito, as casas lares abrigam apenas crianças e adolescentes entre 3 e 18 anos, portanto, com o objetivo de melhor atender os menores de 0 a 3 anos, foi recentemente construída uma edificação específica para o berçário com capacidade para 20 acolhidos, com o funcionamento completamente diferente das casas lares, já que esta faixa etária exige atenção especial de acordo com seus hábitos e necessidades exclusivos.

O berçário é atendido por funcionárias capacitadas, enfermeiras, educadoras, auxiliares responsáveis por todas as atividades referentes aos bebês, como amamentação e alimentação, banhos e outros cuidados higiênicos e exercícios de aprendizado e desenvolvimento físico e mental. Estas funcionárias trabalham em regime de plantão com turnos fixos de 12 por 36, onde exercem sempre as atividades referentes a cada uma.

De acordo com as necessidades destes menores, a estrutura do berçário conta com os seguintes ambientes:

- área externa cercada com brinquedos e volumes utilizados para as atividades dos menores durante o banho de sol;
- um salão amplo cercado com acesso direto a área externa, onde ficam os que já tem certa autonomia nos movimento, neste salão as cuidadoras desenvolvem brincadeiras e exercícios para este grupo;
- 4 quartos com 5 berços cada um;
- sala de televisão com área para a permanência dos recém nascidos;

- fraldário e banheiros com estrutura especial para o uso infantil;
- lavanderia;
- rouparia, onde todas as roupas são guardadas juntas, sem exclusividade para cada criança, diferente do que acontece nas casas lares;
- cozinha e refeitório, onde são preparados e servidos os alimentos, com exclusividade para cada criança. (figura 23)



**Figura 23– Refeitório do berçário na Aldeia ACRIDAS**  
Fonte: Arquivo ACRIDAS (2015)

No total, trabalham atualmente na instituição 60 funcionários além das mães-sociais. Por se tratar de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, as fontes de rendas para mantê-los na instituição, além do convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba que garante o cumprimento das necessidades dos menores acolhidos, a ACRIDAS também faz arrecadações através de eventos como almoços abertos a comunidade, através do bazar semanal, ambos acontecem dentro da instituição, e principalmente através de doações de pessoas físicas em empresas. Estes fundos são também destinados a manutenção e complementação da estrutura da instituição.

## 8 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

O Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba do ano de 2013, no que diz respeito a Proteção Social Especial, traz o número de 1670 crianças e adolescentes oficialmente acolhidos durante o ano de referência nas modalidades de albergues, casas de passagem, berçários, casas-lares e repúblicas. Os abrigos destinados aos menores de idade totalizam em 53 unidades conveniadas e 8 unidades oficiais, podendo cada um atender um determinado público de acordo com suas características de funcionamento.

As instituições conveniadas com a prefeitura são as unidades particulares criadas em geral na forma de ONG (Organização Não Governamental), ou seja, na maioria dos casos através da iniciativa privada ou por organizações religiosas que encontram formas alternativas de manter-se financeiramente, seja através de doações, bazares, eventos e até produção e venda de artigos. Neste caso o convênio é estabelecido com a Prefeitura Municipal de Curitiba para que esta também colabora na cobertura dos gastos, repassando uma certa quantia de dinheiro para cada unidade por menor acolhido.

Já as unidades oficiais são as diretamente dependentes da Prefeitura, onde Fundação de Assistência Social (FAS) atua como administradora, através de funcionários públicos, sem a presença da mãe social. Nesta caso estão inclusas apenas as repúblicas e abrigos/casas de passagem que atendem maiores de 12 ou 14 anos, separados por sexo, caso específico descrito em 8.1 PÚBLICO.

A Fundação de Assistência Social (FAS) também é responsável pelo encaminhamento do menor acolhido. Através da Central de Vagas, divisão responsável pela administração da relação entre a capacidade de acolhimento, a ocupação e o público das unidades de acolhimento, as crianças e adolescentes são devidamente encaminhados para o local que melhor atende as suas necessidades. (BARBOSA, 2011)

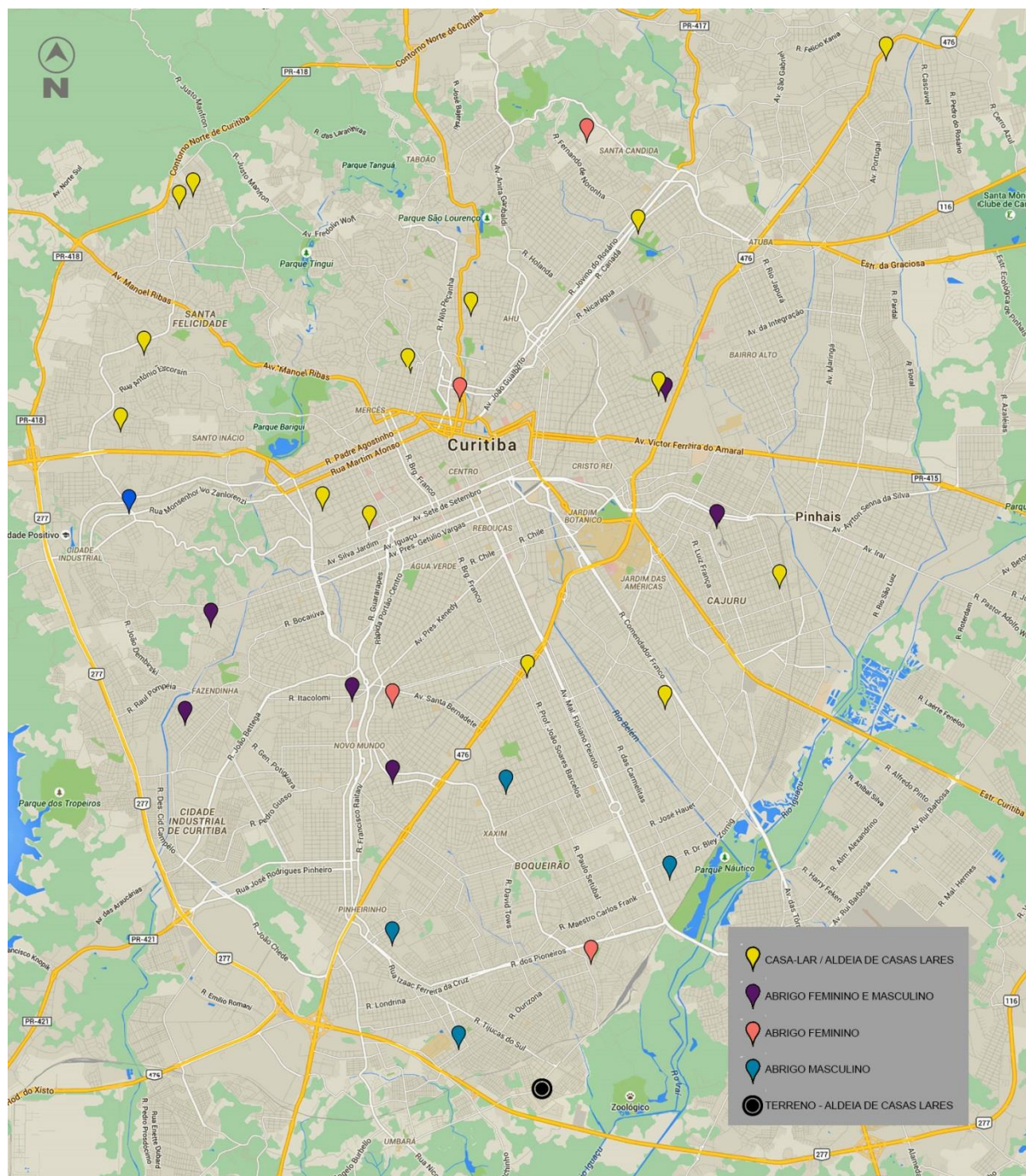
Apesar da grande quantidade de serviços de acolhimento de crianças e adolescentes registrados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) entre todos os outros equipamentos de abrigo existentes no Município, muitos deles não podem ser localizados pois não tem seus endereços e/ou meios para contato divulgados. Também não são indicados nos mapas de equipamentos públi-

cos oferecidos pelo Instituto e pela Prefeitura, cumprindo o que defende o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 94 item IV,

“As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:  
IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;”

Contanto, Instituições que exercem outras atividades ligadas a comunidade, sejam de cunho social, financeiro, voluntariado, etc, como a arrecadação de fundos através de bazares, almoços, grupos de coral, dança, entre outros, ou seja, as Instituições que tem certa autonomia para entrar em contato com o público externo, têm geralmente não só sua localização ou forma de contato acessíveis, como também divulgam parte do trabalho que realizam em busca de maior reconhecimento e valorização para esta situação que apesar de fazer parte do dia-a-dia de todas as cidades, não raro é despercebida e até desconhecida de boa parte da população. A seguir (figura 24) está o mapa da cidade de Curitiba indicando a localização de 29 destas instituições, classificadas entre:

- Abrigos para ambos os sexos, nesta classificação estão inclusas também as casas de passagem;
- Abrigos femininos, para adolescentes maiores de 14 anos;
- Abrigos masculinos, para adolescentes maiores de 14 anos;
- Casas-lares em aldeias ou independentes, sem a especificação do público de cada uma;
- Localização do terreno proposto para a implantação de uma nova Aldeia de Casas-Lares no Município, de acordo com os parâmetros descritos em 8.3 TERRENO PROPOSTO.



**Figura 24– Localização de 29 unidades de serviço de acolhimento no Município de Curitiba e terreno proposto para o projeto**

Fonte: Google Maps (2015) adaptado da autora

Observamos que a quantidade de casas-lares não é muito maior que a quantidade de abrigos em geral, mas que mesmo localizadas por diversas regiões, não há registros destas unidades na Região Sul do Município, delimitada como Regional Bairro Novo. Portanto este é um dos fatores determinantes para a escolha do terreno para a implantação do Projeto Arquitetônico – Aldeia de Casas lares. Esta região, relativamente nova em relação aos outros locais da cidade que já contam



com Casas lares e Aldeias, tem características específicas que merecem ser consideradas na criação de uma nova unidade de acolhimento. Sendo assim, o desenvolvimento do estudo e levantamento da área determinada, será relatado no ITEM 8.3, onde será possível compreender sua relação com o restante da cidade e das unidades existentes.

## 8.1 PÚBLICO

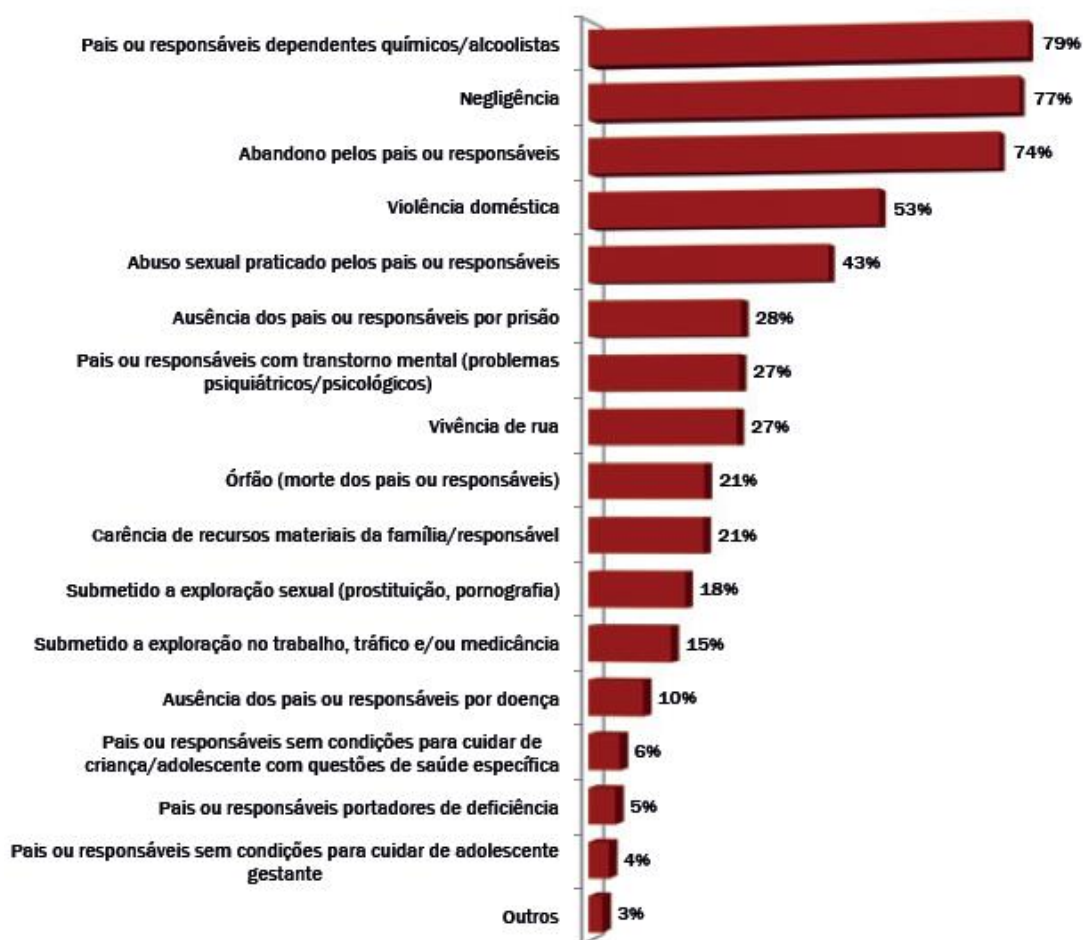
O acolhimento dos menores é feito de acordo com o que é estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à situação de risco pessoal diante da família de origem. Ou seja, neste grupo de acolhidos estão os menores que sofreram violência física, psicológica ou sexual, foram explorados sexualmente ou como mão-de-obra, estavam em situação de rua ou abandono, ou qualquer outra condição que desconsiderasse seus direitos humanos e principalmente onde os pais ou responsáveis não foram capazes de garantir a integridade da criança ou adolescente e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. (PMC, 2013)

Em 2013 o Conselho Nacional do Ministério Público lançou o Relatório da Infância e Juventude que traz os gráficos na figura 25 indicativos das incidências dos motivos de acolhimento em todo o País nos anos de 2012 e 2013 na modalidade de casas-lares. Com variações muito pequenas entre os dois anos, os motivos que alcançam mais de 50% dos casos são:

- Negligência<sup>1</sup>
- Pais dependentes químicos ou alcoólatras;
- Abandono<sup>1</sup>;
- Violência doméstica e
- Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis.

---

<sup>1</sup> Segundo as instruções dadas pelo Sistema de Informações e Agravos de notificação (SINAN), do Governo Federal, a respeito de Violência doméstica, sexual e outras violências, em documento revisado no ano de 2010, **abandono e negligência** são caracterizados pela ausência de cuidados e não suprimento das necessidades básicas que garantem o desenvolvimento íntegro do cidadão dependente em questão. Os exemplos dados são : privação de medicamentos; falta de cuidados necessários com a saúde; descuido com a higiene; ausência de proteção contra as inclemências do meio, como o frio e o calor; ausência de estímulo e de condições para a frequência à escola.



**Figura 25– Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescente em casas-lares. Brasil 2013**

Fonte: CNMP (2013)

É importante lembrar que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (Art.23<sup>2</sup>) não considerar a condição material e financeira das famílias um parâmetro decisivo para a perda da tutela sob o menor, casos de transtornos mentais, deficiências físicas e doenças diversas, tanto nos pais quanto nos filhos podem ser motivos para que a criança seja acolhida em uma casa-lar. Se estas condições dificultarem o

<sup>2</sup> Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio (continua).

(conclusão) § 1o Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

§ 2o A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

desenvolvimento da criança dentro do lar de origem e comprometerem a efetivação de seus direitos como criança ou adolescente diante da própria família e da sociedade, considera-se o serviço de acolhimento que oferecerá todos os cuidados necessários para a sua integridade e que infelizmente não puderam ser garantidos junto a família.

Sendo assim torna-se imprescindível que tanto o abrigo, casa-lar, quanto toda a implantação de uma Aldeia de Acolhimento Infantil sejam acessíveis a todo este público sem exclusividades, atendendo as necessidades específicas de cada acolhido no que diz respeito as suas capacidades motoras, intelectuais e psicológicas. Esta condição é defendida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) no Manual de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) em se tratando de respeito à diversidade e não-discriminação:

“A organização dos serviços deverá garantir proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento. Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento e às famílias de origem, baseadas em condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivem com HIV/ AIDS ou outras necessidades específicas de saúde.”

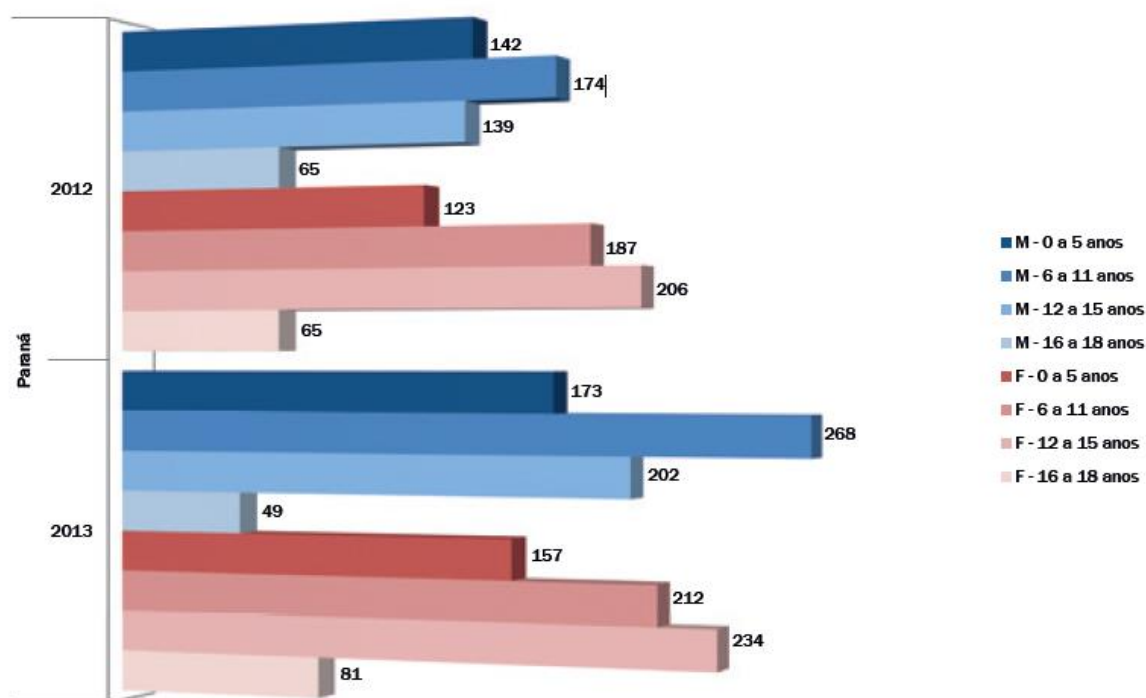
Os casos específicos, quando a condição de determinado acolhido exige um tratamento especial ou certo tipo de atendimento exclusivo, devem ser tratados de forma articulada ligada a rede de serviços externos ao abrigo, podendo também desenvolver a capacitação dos cuidadores. Porém estes trabalhos devem acontecer paralelamente a todos os outros exercidos na instituição sem prejudicar ou diferenciar o valor de cada menor. Esta relação de dependência do serviço de acolhimento diante de outras instituições que oferecem atendimento a crianças e adolescentes seja na área da saúde, educação, entre outras, é intitulada “incompletude institucional” (CONANDA, 2009). Isto significa que o espaço onde os menores acolhidos vivem não deve contar com uma estrutura de equipamentos completa que venha a isolar a criança e o adolescente no local onde foram colocados, o objetivo é incentivá-lo a se incluir na sociedade e se reconhecer como um cidadão comum através do uso dos espaços públicos próximos.



O CONANDA (2009) especifica ainda que os serviços de acolhimento devem abranger faixas etárias amplas contemplando simultaneamente ambos os sexos para evitar qualquer tipo de segregação que possa gerar preconceito e alienação, esta decisão favorece a criança e o adolescente no desenvolvimento do senso de convivência e tolerância e no aprendizado sobre as diversidades humanas e realidades sociais. Apesar disso, não é raro encontrar casos de abrigos que restringem seu público, mesmo em Curitiba existem instituições que delimitam o público dentro do grupo de acolhidos ou tem algum tipo de “preferência” para receber os menores.

A psicopedagoga da Aldeia de Casas-Lares “Lar Infantil Sol Amigo”, localizada no bairro São Braz em Curitiba, explicou durante visita feita a instituição, que a separação do público no encaminhamento para o serviço de acolhimento ocorre devido as dificuldades em atender as diferentes condições de cada um de maneira igualitária e de garantir segurança e conforto de todos os acolhidos em grupos onde a amplitude entre as divergências é muito grande. É necessário oferecer uma estrutura proporcional a essa variação para que todos encontrem o seu espaço no acolhimento, além de mães-sociais e demais funcionários capacitados tanto para o atendimento das crianças e adolescentes quanto para a administração de todo o equipamento.

A seguir está o gráfico que mostra a variação da faixa etária entre os acolhidos em casas-lares no Estado do Paraná nos anos de 2012 e 2013 (figura 26). Vemos que mais da metade do público tanto feminino quanto masculino tem entre 6 e 15 anos, seguido pelos menores de 5 anos, e por ultimo em quantidade muito menor os adolescentes entre 16 e 18 anos.



**Figura 26– Crianças e adolescentes atendidos em casas-lares, por faixa etária, Paraná, 2012 - 2013**

Fonte: CNMP (2013)

Como foi possível constatar nas visitas a algumas casas-lares em aldeias de Curitiba, a diferença entre o público menor de 5 anos e o restante se dá principalmente pelo fato de que os menores geralmente precisam de cuidados mais específicos de higiene, saúde e alimentação. Quando estão em grupos grandes, o trabalho de atendimento a todos torna-se mais complicado, por serem quase ou completamente dependentes exigem não só mais atenção como também uma estrutura especial, mais segura, confortável e que incentive o desenvolvimento.

Além disso, apesar da boa influência que a convivência com crianças maiores e adolescentes pode causar, em alguns casos ela pode acabar comprometendo as fases de desenvolvimento e aprendizado de cada criança devido a complexidade de cada caso de acolhimento, dos trabalhos realizados com cada um que resultam em rotinas muito diferentes. Sendo assim algumas aldeias ou casas-lares delimitam o acolhimento para crianças de determinadas idades, como por exemplo de 0 a 7 anos, isto não significa que o acolhido será levado a outro lar ao completar 7 anos, apenas que a instituição não receberá crianças mais velhas que isso, exceto quando em grupos de irmãos, pelo menos um deles ainda não tiver completado esta idade, como acontece na Aldeia de Casas Lares “Lar Infantil Sol Amigo”.

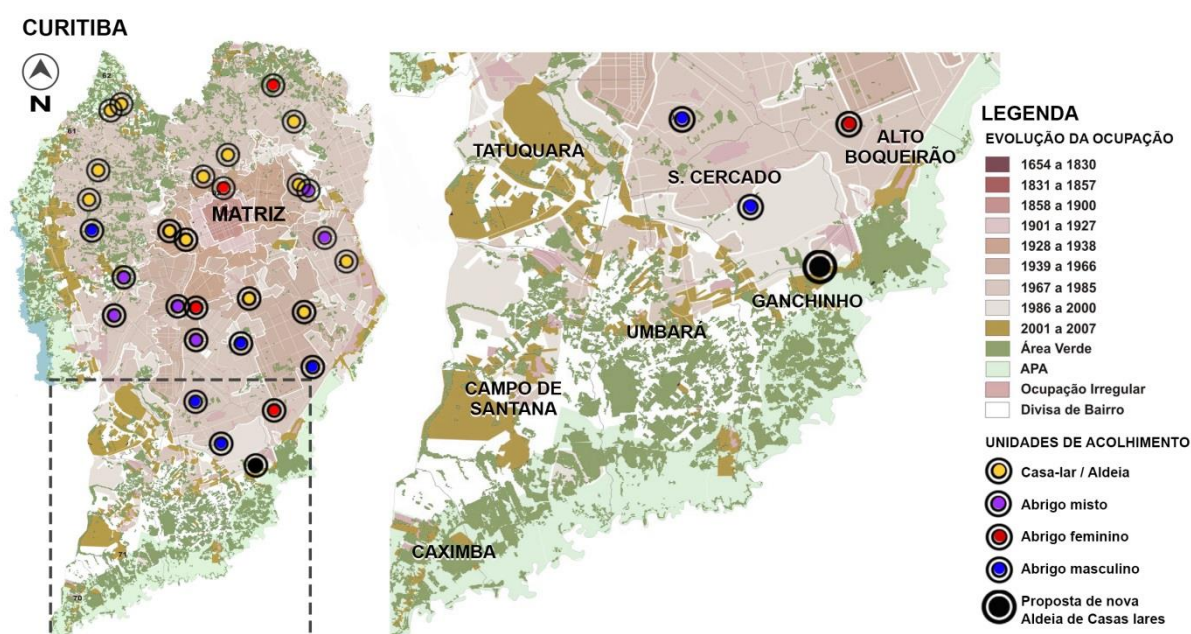
Já a diferença do público em relação aos maiores de 16 anos, ocorre na maioria dos casos no próprio encaminhamento do acolhimento. Devido a maior independência e liberdade destes adolescentes, nessa fase que pode ser chamada de “desprendimento” (PMCFC, 2009) muitos deles acabam sendo abrigados em casas de passagem ou abrigos institucionais. Estes locais, geralmente separados por gênero, oferecem o serviço de acolhimento a curto prazo onde é possível exercer maior autonomia sem a tutela das mães-sociais 24 horas por dia, apenas sob os cuidados dos funcionários da instituição que trabalham em períodos diferenciados.

Quanto ao gênero dos acolhidos, como foi citado no parágrafo anterior, é mais comum que adolescentes com mais de 15 anos sejam abrigados em casas separadas de acordo com o sexo. Por estarem em uma fase de desenvolvimento “psicofisiológico” muito específico, eles se confrontam diariamente com as mudanças pelas quais estão passando, seja a respeito da sexualidade, da independência, ou das responsabilidades. Este momento de definir a própria personalidade e suas condutas diante do futuro, não raro gera conflitos que podem comprometer a convivência com as diferenças (BARROS; CONTINI; KOLLER, 2002). Neste sentido, diante das dificuldades previstas sobre o comportamento dos adolescentes, os grupos são separados entre feminino e masculino, com o objetivo de facilitar o trabalho das mães-sociais e funcionários responsáveis por parte do amadurecimento dos jovens, e proporcionar maior privacidade e segurança a todos.

Considerando estas condições a respeito das características dos menores em serviço de acolhimento e do funcionamento dos abrigos em relação a elas, a modalidade de Aldeia de Casas-Lares é capaz de atender o público com menos restrições. A dimensão do espaço ocupado por este tipo de acolhimento, a divisão em casas separadas com mães-sociais selecionadas para cada grupo de crianças e/ou adolescentes, e o serviço administrativo exercido separadamente das casas-lares dentro deste tipo de instituição, vem a favorecer o atendimento à comunidade em geral e o desenvolvimento particular dos menores desvinculados de suas famílias de origem. A possível separação dos grupos por casa, mas mantendo-os próximos dentro da aldeia, com rotinas, espaços e cuidados semelhantes é uma forma de criar aos acolhidos uma realidade comum que respeita as diferenças de cada um.

## 8.2 LOCALIZAÇÃO

Ao analisarmos a localização das unidades de acolhimento já existentes em Curitiba (figura 27), percebemos que a maioria está em bairros consolidados há 30 anos ou mais (IPPUC, 2010), deixando algumas das ocupações urbanas mais recentes distantes deste tipo de serviço. Esta situação é mais evidente na periferia da Região Sul de Curitiba, mais de 20 km distante da Matriz, bairros como Umbará, Ganchinho, Campo de Santana e Caximba, com formação urbana datada a partir do ano de 2001, não têm entre seus equipamentos urbanos o serviço de acolhimento em Casa Lar.



**Figura 27– Mapa: Relação entre evolução da ocupação em Curitiba e a localização dos serviços de acolhimento na cidade.**

Fonte: IPPUC (2010) adaptado da autora

Esta região, que faz divisa com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, começou a tomar espaço no mapa de Curitiba no início dos anos 90, quando o eixo de ocupações urbanas se transferiu do Sudoeste para o Sul da cidade, mais especificadamente nos bairros Alto Boqueirão, Sítio Cercado e Pinheirinho. Então alguns anos depois, o contínuo crescimento populacional levou alguns bairros próximos, ainda no sentido Sul, a registrarem as maiores taxas de crescimento anual do Município: Ganchinho

(17,14%), Caximba (16,96%), Umbará (14,12%) e Campo de Santana (10,73%), sendo que Ganchinho, Umbará e Campo de Santana continuaram a estar entre os 10 bairros que mais cresceram em população na última década. (IPPUC, 2012)

Considerando que as famílias estruturadas anteriormente ao período de desenvolvimento urbano da região sul já estavam estabelecidas em outros bairros mais tradicionais da cidade, novas famílias que estavam se formando na década de 90 e início do séc. XXI foram para estes novos bairros principalmente em busca de novos imóveis mais acessíveis financeiramente. Sendo assim, ainda hoje a população na região Sul é predominantemente jovem, pois além da própria ocupação ser consideravelmente recente, o fato de ter sido iniciada por famílias em formação teve como consequência um grande aumento na proporção da população infantil que de acordo com a análise do Censo de 2010 (IBGE) feita pelo IPPUC, colocou os bairros citados entre os de maior porcentagem populacional de crianças de 0 a 14 anos de Curitiba.

Entre estes bairros destaca-se o Ganchinho, dentro da Regional do Bairro Novo, faz divisa com os bairros Umbará, Sítio Cercado, Alto Boqueirão e com o Município de São José dos Pinhais. Segundo o censo de 2010, tinha a menor população entre os três bairros da regional, 11.178 habitantes e densidade populacional de 9,84hab/ha, isto é aproximadamente 10 vezes menor que o Sítio Cercado, bairro vizinho com um histórico ocupacional mais antigo, onde se estabeleceu a Sede da Regional e o principal Terminal de ônibus a atender a região. Mas a partir do ano de 2012 este número aumentou devido a construção e entrega de centenas de apartamentos do programa “Minha Casa Minha Vida” destinados a população com renda mensal de R\$1,6 mil a R\$3,1mil. (COHAB, 2013)



Estendendo a área de ocupação do bairro Ganchinho e aumentando sua densidade populacional, os conjuntos residenciais do programa Minha Casa Minha Vida modificaram a paisagem da região nos últimos anos (figura 28). Com as novas construções em terrenos antes subutilizados na área já urbanizada, e avançando o território com conjuntos mais próximos a BR277, o bairro atraiu ainda mais a população jovem com condições financeiras compatíveis às habitações, mantendo a característica inicial da Regional do Bairro Novo.



**Figura 28– Processo de ocupação do bairro ganchinho e localização do terreno**  
Fonte: COHAB (2013) adaptado da autora

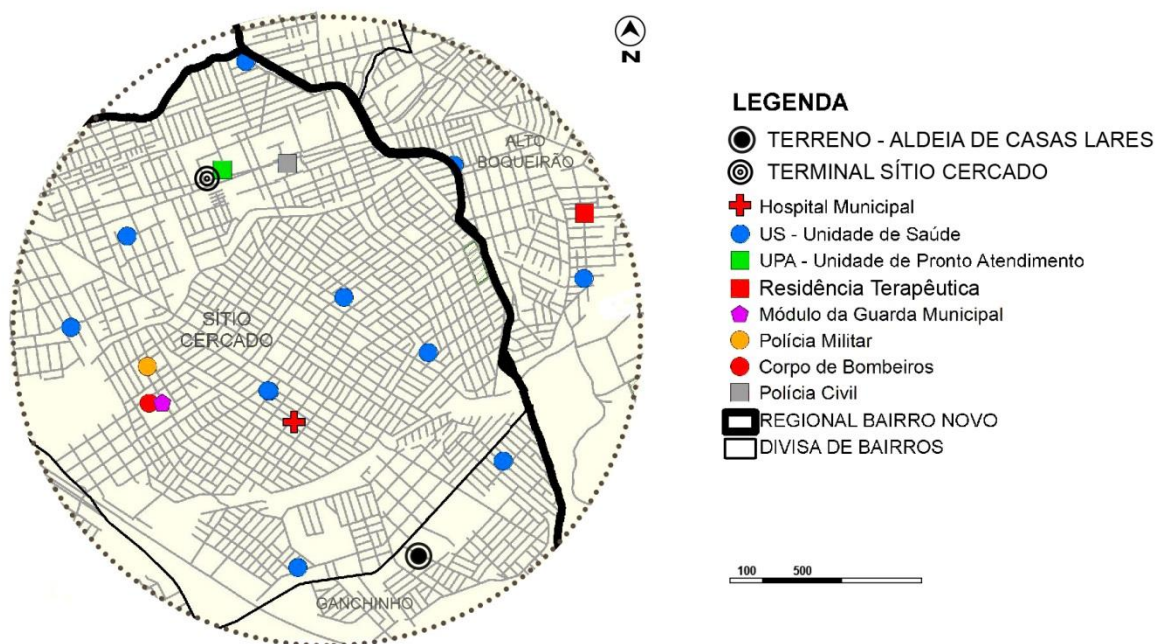
## **8.3 TERRENO PROPOSTO**

### **8.3.1 EQUIPAMENTOS URBANOS PRÓXIMOS**

O bairro Ganchinho se desenvolve na regional como uma continuação do Bairro Sítio Cercado, ou a expansão de seu território, já que está entre os mais densos de Curitiba (103,15 hab/ha - IPPUC 2013). Como a ocupação deste segundo bairro ocorreu de maneira intensa e rápida, foi necessário estruturar toda a região com os serviços públicos necessários para garantir certa autonomia aos moradores do bairro. Esta grande oferta de equipamentos urbanos numa mesma área, retratada nas figuras 29, 30, 31 e 32, é um fator determinante na implantação de uma unidade de acolhimento de crianças e adolescentes.

Dentro do princípio da incompletude (em 8.1 PÚBLICO) que deve ser aplicado no funcionamento dos abrigos, em que as crianças e adolescentes acolhidos devem ter acesso aos serviços que necessitam junto a comunidade externa e não exclusivamente dentro do local onde moram, é ideal que a Aldeia de casas lares proposta esteja em uma região que ofereça todos estes serviços de forma facilitada. Isto é, a proximidade com os equipamentos urbanos de uso comum garante o acesso desta população de maneira confortável, segura e prática, evitando barreiras como a mobilidade. Além disso faz os seus usuários sentirem-se como parte da comunidade onde estão vivendo, o bairro entra na rotina dos menores acolhidos e dos funcionários da instituição, dando à aldeia e às casas lares o mesmo papel que têm os conjuntos habitacionais e as residências familiares no bairro, de movimentá-lo, criá-lo e desenvolvê-lo.

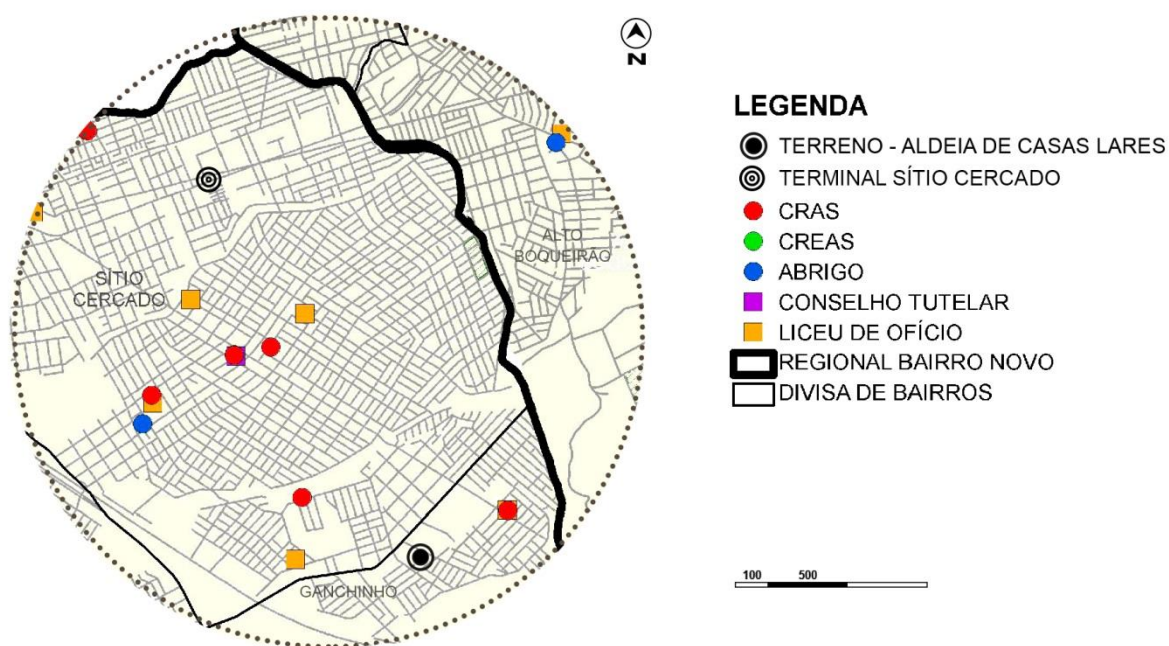
Portando a grande oferta de equipamentos urbanos no bairro Sítio Cercado, muito próximas ao bairro Ganchinho, levou a escolha de um terreno neste segundo bairro, menos denso e mais recente, ou seja, mais apto às intervenções arquitetônicas e urbanísticas que a implantação da Aldeia de Casas Lares pode trazer à paisagem.



**Figura 29 – Mapa de equipamentos de segurança e saúde próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba**

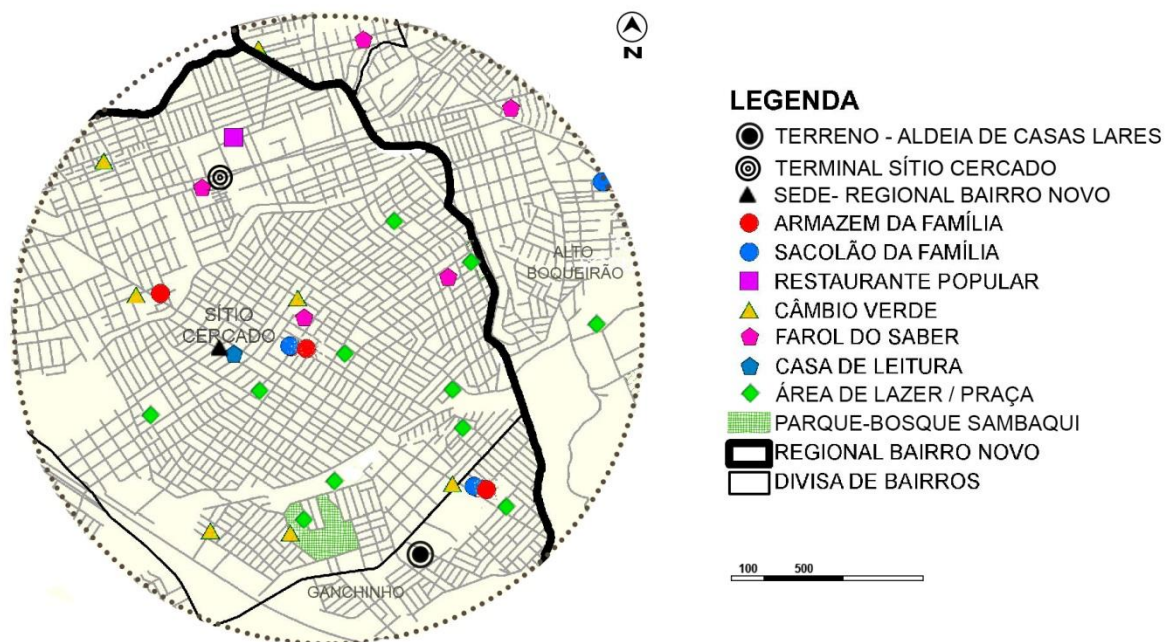
Fonte: IPPUC (2013) adaptado da autora





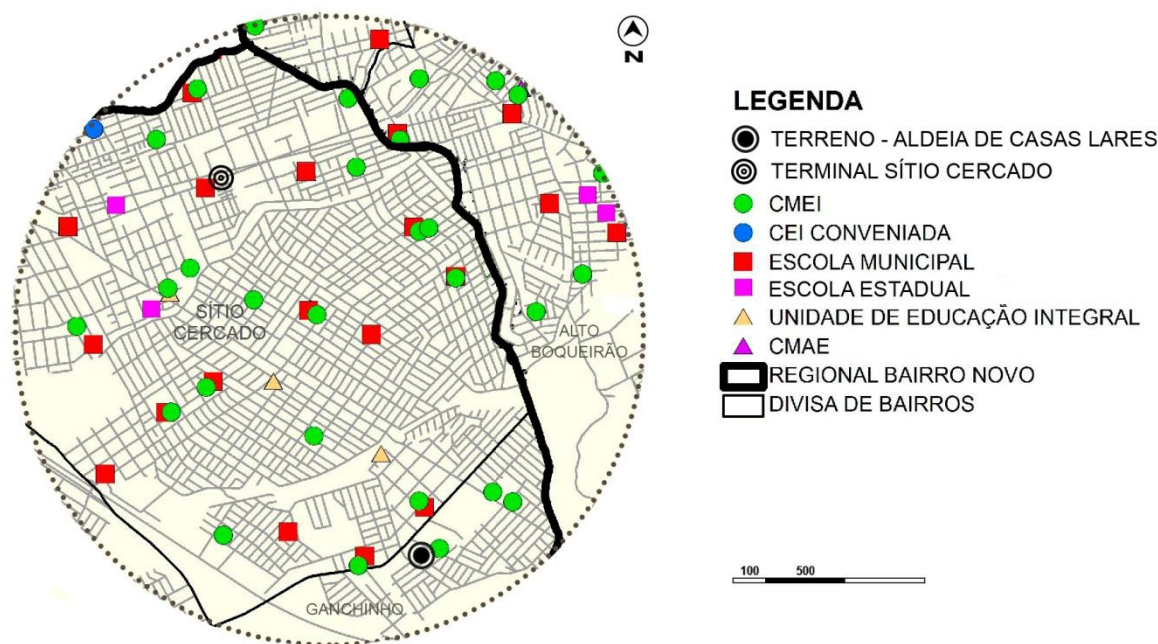
**Figura 30: Mapa de equipamentos de assistência social próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba**

Fonte: IPPUC (2013) adaptado da autora.



**Figura 31 – Mapa de equipamentos comunitário próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba**

Fonte: IPPUC (2013) adaptado da autora



**Figura 32 – Mapa de equipamentos educacionais próximos ao bairro Ganchinho, Curitiba**

Fonte: IPPUC (2013) adaptado da autora

### 8.3.2 MOBILIDADE URBANA

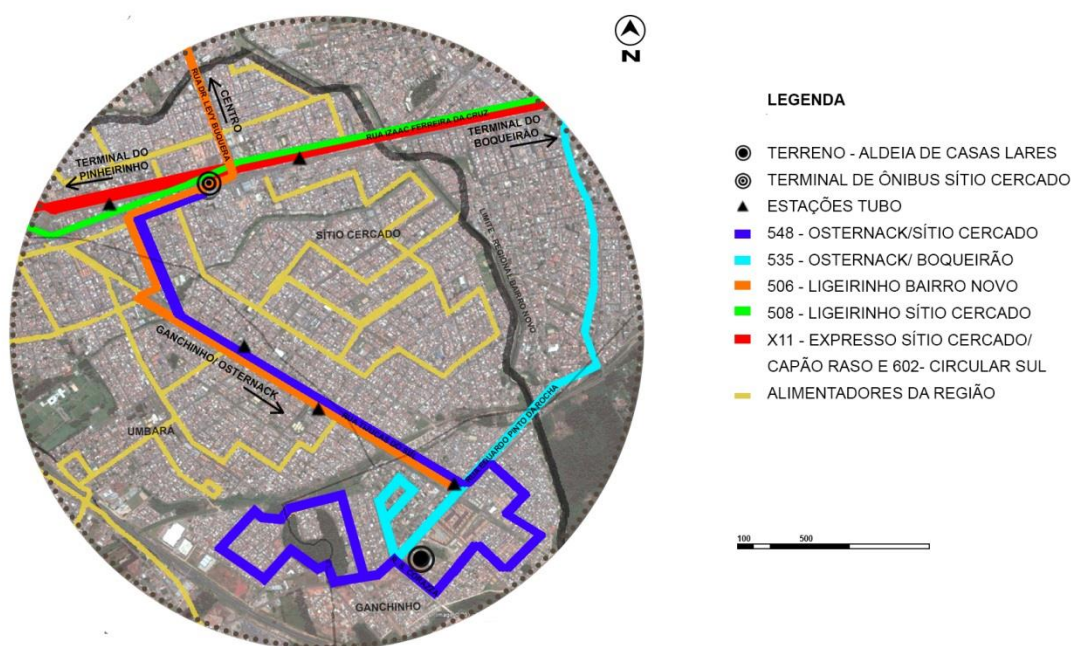
Há aproximadamente 4 km do Terminal do Sítio Cercado e 5 km do Terminal do Boqueirão, o terreno proposto foi escolhido pela acessibilidade às linhas de ônibus que atendem o bairro Ganchinho, ou neste caso Vila Osternack, como a região é denominada nos meios de transporte público.

É possível ir do bairro ao Centro em aproximadamente 45 minutos sem ser necessária a baldeação, através de Linha Ligeirinho - Bairro Novo, que tem uma de suas Estações Tubo no encontro entre as ruas Eduardo Pinto da Rocha e Tijucas do Sul, há aproximadamente 500 metros do terreno. Os ônibus desta linha circulam com diferença máxima de 15 minutos entre um e outro, portanto, apesar de não estar no raio de 250 metros delimitado para que um terreno seja considerado acessível ao transporte público, ainda assim é uma forma prática de chegar até a Praça Rui Barbosa, ponto ligação entre as linhas de ônibus que saem do centro para várias outras regiões de Curitiba.

Mais próximas ao terreno escolhido, estão as paradas de ônibus alimentadores Osternack-Sítio Cercado e Osternack-Boqueirão, cada uma delas ligada a um Terminal, poderão atender os usuários da Aldeia de Casas Lares num raio menor

que 200 metros, com a opção de seguir em direção a duas regiões diferentes da cidade. Com diferença máxima de 15 minutos entre um ônibus e outro nos dias de semana, e entre 20 e 40 minutos no sábados e domingos, estas duas linhas muito acessíveis, garantem a mobilidade entre a Aldeia e o restante da cidade, levando a dois terminais onde é possível fazer baldeação para chegar a outras localidades.

Na figura 33 foram ilustradas as linhas de ônibus que atendem a região e seus respectivos itinerários, numa distância máxima de 4 km do terreno. Além das linhas citadas acima, encontramos também outros alimentadores que circulam por outras áreas do bairro e podem ser acessados através de baldeação no Terminal do Sítio Cercado, e outras linhas de Expresso e Ligeirinho também no Terminal, que levam diretamente a outros extremos no Município sem ser necessário o gasto com passagens extras.



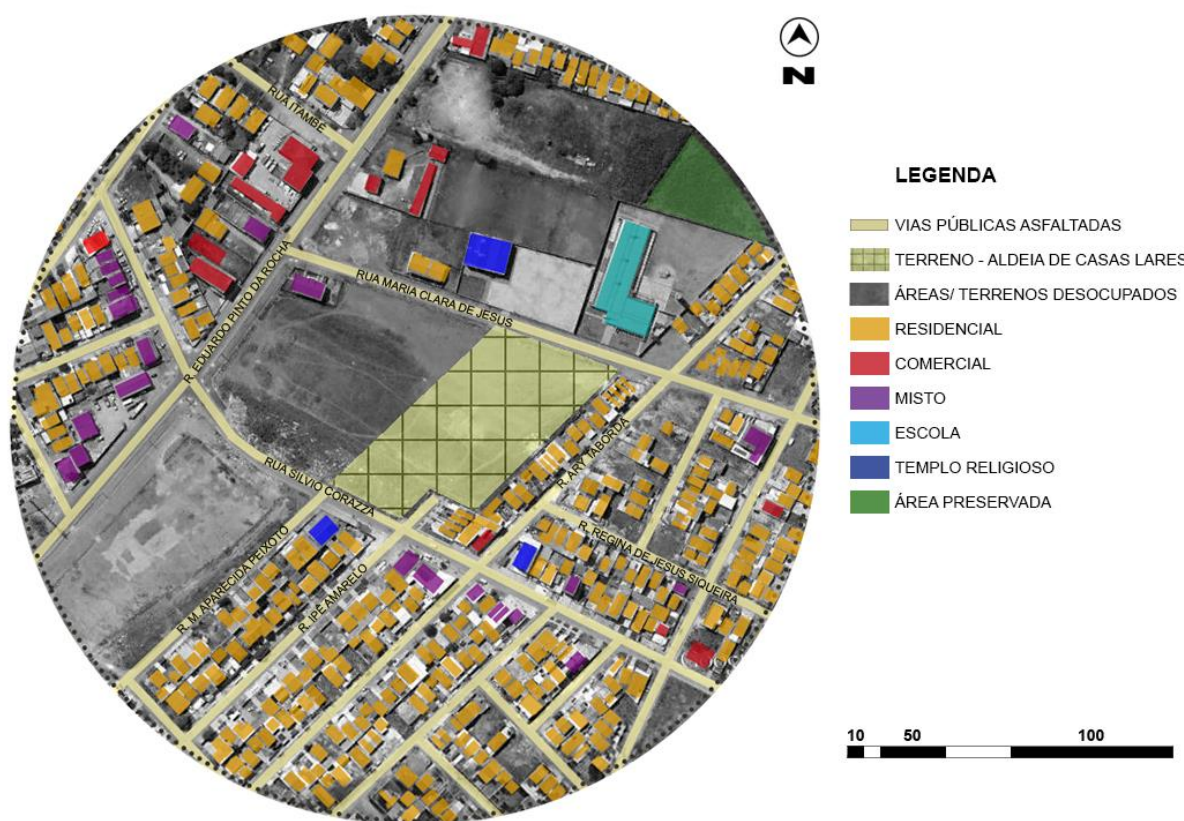
**Figura 33 – Mapeamento das linhas do transporte público Municipal que atendem o bairro Gancho, Curitiba**

Fonte: Google Earth; Google Maps (2015) adaptado da autora



### 8.3.3 USO E OCUPAÇÃO NO ENTORNO

Na divisa entre os bairros Sítio Cercado e Ganchinho, em uma área determinada pela Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo como SEHIS (Setor Especial de Habitação de Interesse Social), o terreno faz parte de uma região predominantemente residencial, com casas de pequeno e médio porte em sua maioria, edificações de no máximo 4 pavimentos, que é o caso dos conjuntos habitacionais no entorno, e pequenos comércios, muitos em construções de uso misto, e alguns equipamentos de serviço como escola e templos religiosos. (figura 34)



**Figura 34 – Mapa de usos e ocupação do solo no entorno do terreno escolhido**

Fonte: Google Earth (2015) adaptado da autora

### 8.3.4 ASPECTOS FÍSICOS DO LOTE

Com aproximadamente 8.000m<sup>2</sup>, o terreno proposto ocupa parte de uma quadra que tem menos de 50% de sua área construída, no Bairro Ganchinho. Entre as Ruas Ary Taborda e Eduardo Pinto da Rocha, uma das principais coletoras da região, conta com duas faces principais uma ao Nordeste, na Rua Maria Clara de Jesus e outra a Sudoeste, na Rua Silvio Corazza (figuras 36 e 37).



**Figura 36 – Face Nordeste do terreno, Rua Maria Clara de Jesus**  
Fonte: Arquivo pessoal (2015)



**Figura 37 – Face Sudoeste do terreno, Rua Silvio Corazza**  
Fonte: Arquivo pessoal (2015)

O terreno ainda conta com um aspecto físico mais específico que é o avanço de 30 metros da Rua Ipê Amarelo para dentro da sua poligonal no sentido longitudinal, gerando uma terceira testada e dando a oportunidade de mais uma via de acesso à implantação através de uma pequena rua sem saída (figura 38).



**Figura 38 – Continuação da Rua Ipê Amarelo**  
Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Nas divisas internas, de um lado uma área desocupada de aproximadamente 14.000m<sup>2</sup> e o no outro lado, casas de pequeno e médio porte, algumas divididas em dois pavimentos, tendo em vista seus lotes com dimensões mínimas, assim como acontece na maioria das residências do bairro.

Predominantemente plano, pode-se considerar que é dividido naturalmente em 2 patamares, com uma ligeira diferença de nível, deixando assim a testada da Rua Maria Clara de Jesus num ponto mais alto que a da Rua Silvio Corazza. (figura 39)





**Figura 39 – Desnível do terreno no sentido longitudinal**

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

### **8.3.5 TRÁFEGO E FLUXOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA**

A Rua Eduardo Pinto da Rocha (figuras 40 e 41), via de alto tráfego, em duplo sentido, que interliga os bairros Portão, Boqueirão, Ganchinho e Umbará até chegar no Município de Araucária, passa paralelamente ao terreno há aproximadamente 100 metros de sua divisa, portanto com esta distância não exerce grandes influências diretas na implantação do projeto, exceto pelo tráfego de transição de veículos, pedestres e ciclistas gerado nas ruas perpendiculares que levam os seus usuários para o interior do bairro. As Ruas Maria Clara de Jesus e Silvio Corazza têm um fluxo de veículos, pedestres e ciclistas significativos, tendo também ambas duplo sentido no tráfego, são pontos consideráveis nas diretrizes do projeto já que ambas darão acesso ao terreno.



**Figura 40 – Ciclovía paralela ao terreno na Rua Eduardo Pinto da Rocha**  
Fonte: Arquivo pessoal (2015)

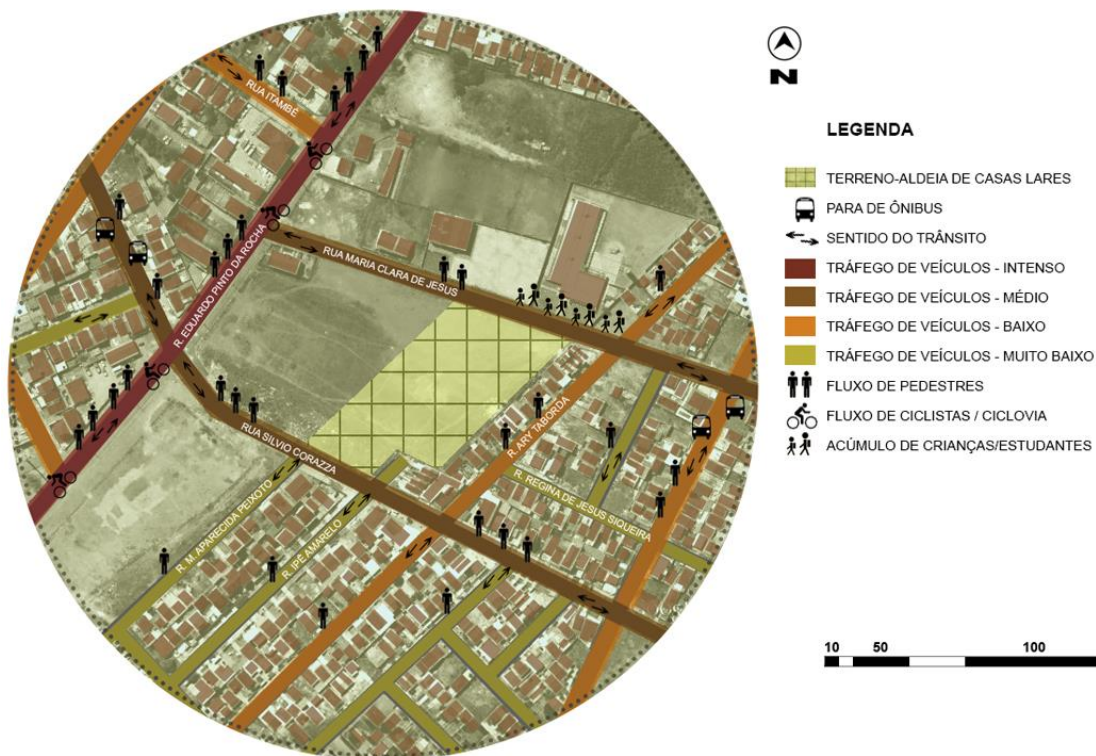


**Figura 41 – Esquina das ruas Maria Clara de Jesus e Eduardo Pinto da Rocha**  
Fonte: Arquivo pessoal (2015)

A existência de um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) na Rua Maria Clara de Jesus, logo em frente ao terreno, é responsável pelo acúmulo de adultos e especialmente crianças de 3 meses a 5 anos nos horários determinados de entrada e saída, principalmente 8:00, 12:00, 14:00 e 18:00 horas. Já na Rua Sil-



vio Corazza está a maior concentração de comércio, portanto a circulação diária de pedestres neste sentido também é ainda mais considerável. (figura 42)



**Figura 42 – Mapa de fluxos e aglomerações no entorno do terreno**  
 Fonte: Google Earth (2015) adaptado da autora

## 9 DIRETRIZES PROJETUAIS

Em vista dos levantamentos realizados nesta pesquisa, através da leitura de documentos e legislações geridos por órgãos regionais e nacionais a respeito dos serviços de acolhimento de menores em situação de risco, da análise urbana e arquitetônica na implantação de algumas aldeias de casas lares em Curitiba, no Brasil e no exterior, e das pesquisas feitas em relação ao uso e ocupação do espaço público e privado, e a respectiva visão e função da criança e do adolescente no ambiente, alguns parâmetros podem ser determinados para o desenvolvimento do projeto de uma nova Aldeia de casas lares no Município de Curitiba.

A construção de uma Aldeia de casas lares em um terreno sem histórico de uso, numa região que não oferece serviço semelhante, exige atenção especial em uma série de fatores que irão influenciar diretamente no seu funcionamento, na vida

de seus usuários e dos moradores do entorno e possivelmente na formulação deste tipo de acolhimento, que como pudemos constatar, não segue um padrão definido entre as instituições. As mudanças mais evidentes ocorrem em relação a paisagem da região, pois o aldeia ocupa uma área extensa com uma forma de ocupação um pouco diferente do entorno, podendo então interferir nas visuais constantes, e ao público que começa a circular não só no entorno imediato, mas também nas áreas do bairro onde encontram-se os serviços comuns, assim como ônibus, escolas, supermercados, entre outros.

Seguindo o preceito de Zevi (1996) que descreve como “grave equívoco” a conveniência de que “a experiência espacial arquitetônica só é possível no interior de um edifício, ou seja, que o espaço urbanístico praticamente não existe ou não tem valor”, buscou-se não apenas inserir o projeto proposto no meio em que será implantado, mas também permitir que o meio se integre ao novo equipamento. Com o objetivo de não causar impacto tanto para o usuário, menor acolhido que por alguma razão teve que ser abrigado em um local que não é o de sua origem, quanto para a comunidade externa, que mesmo ainda não estando envolvida com a realidade da situação das crianças e adolescentes que correm risco social, terá que compreender e criar uma condição favorável para a adaptação e o desenvolvimento social deste público. Portanto as barreiras entre estas duas classes, as famílias residentes na região e as crianças e adolescentes retirados de seus lares, são não apenas evitadas neste projeto, mas este também se torna uma ferramenta para desfazer a diferença aparente que há entre estas duas populações.

Num contexto mais específico, em se tratando da casa lar, ponto de partida para a construção de uma aldeia, voltamos a parafrasear Zevi (1996) reconhecendo que o “espaço interior” deve ser considerado como foco atrativo dos envolvidos, pois será a sua funcionalidade e harmonia e o conseqüente prazer que geram nos usuários, que vem a determinar o aspecto geral da Aldeia de casas lares e levar as influências para o conjunto, para as ruas, e todos os demais locais que este serviço pode alcançar. Portanto a intenção projetual é dar principalmente às crianças, adolescentes e mãe-sociais, o que buscam em uma casa familiar, prezando pela privacidade, autonomia, conforto e segurança. Estes foram os fatores iniciais para que o projeto ampliasse suas perspectivas em relação a sociedade e a visão geral deste serviço de acolhimento no âmbito da assistência social.

Sendo assim, partimos da realidade atual do local proposto para a implantação, e do que foi constatado nas unidades que oferecem este tipo de acolhimento para definir algumas diretrizes projetuais:

- **Liberdade e autonomia:** uma das características originais do terreno que teve força desde o início da pesquisa e foi determinante para definir a sua ocupação e o funcionamento da Aldeia como um todo, é a continuação da Rua Ipê Amarelo que adentra em parte da quadra, transformando a poligonal do terreno. A intenção com a extensão dessa rua, de maneira simbólica para dentro da Aldeia, é criar um eixo central longitudinal que leva a paisagem do bairro para dentro do terreno, transformando seu aspecto de rua para um ponto de encontro dos seus moradores, área de lazer para os menores, local para eventos e atividades ao ar livre para os visitantes. Alcançando assim um dos principais objetivos do projeto que é assemelhar a vida dos acolhidos ao máximo com a vida da comunidade externa, oferecendo a eles o mesmo que teriam em casas familiares.
- **Público e privado:** para a separação destes dois espaços, de forma que o uso de um não prejudique a característica do outro, os dois acessos referentes a cada setor, foram separados um em cada testada do terreno, de forma que o fluxo dos moradores não precise cruzar com o dos visitantes, assim como os visitantes não tenham acesso direto a área dos moradores.
- **Inserção social:** a escolha de um terreno amplo e dentro de uma comunidade consolidada porém ainda sem muitas opções de espaços de convivência para gerar uma cultura local, partiu exatamente desta necessidade, portanto o a Aldeia de casas lares irá em seu projeto oferecer aos vizinhos a oportunidade de dividirem um mesmo espaço, com usos comuns, aproveitando parte do que será destinado às crianças e adolescentes acolhidos. A criação de uma biblioteca, duas salas de oficina, um salão de eventos e um bazar, juntamente à uma extensa área livre, irá atender não apenas aos moradores da Aldeia mas também aos visitantes que poderão usufruir dos equipamentos com regularidade, e assim conviver com os menores e conhecer melhor a realidade ainda distante da população e vice-versa.

“A experiência espacial própria da arquitetura prolonga-se na cidade, nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado “vazios”, isto é, tenha criado espaços fechados.” Zevi (1996)

## 9.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO

Considerando a complexidade que a estrutura que a Aldeia de casas lares irá alcançar de acordo com os serviços que serão oferecidos oferece e em relação a quantidade e faixa etária dos menores que o local será capaz de acolher, paralelamente a quantidade de funcionários que a instituição precisará empregar e o tipo de atividades que serão realizadas dentro da instituição, fêz-se necessário fazer algumas delimitações:

- Atender preferencialmente crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, para que não seja necessária a estrutura de um berçário, e evitar conflitos entre os adolescentes mais velhos, e as crianças, que seguem rotinas, hábitos e comportamentos muito diferenciados;
- Abrigar no máximo 9 crianças por casa lares, 3 por quarto, mais uma mãe social com uma suíte;
- Implantar 6 casas lares no terreno para que sua dimensão e estrutura sejam compatíveis a quantidade de moradores e principalmente para otimizar a ocupação do local e função do equipamento.
- Uma casa para abrigar um funcionário permanente, responsável pela manutenção da aldeia e por auxiliar as mães sociais nas tarefas diárias, com a função semelhante a de um caseiro.
- Promover pequenas atividades abertas ao público, portanto permitir o acesso da comunidade externa em eventos específicos e de maneira regularizada, principalmente através da delimitação de espaços ;
- Oferecer uma estrutura de lazer para as crianças e adolescentes semelhantes às encontradas nas praças públicas, com o objetivo de caracterizar o local como uma comunidade familiar;
- Incentivar o convívio entre os moradores da aldeia através de espaços de uso comum como lavanderia e área de estudos;

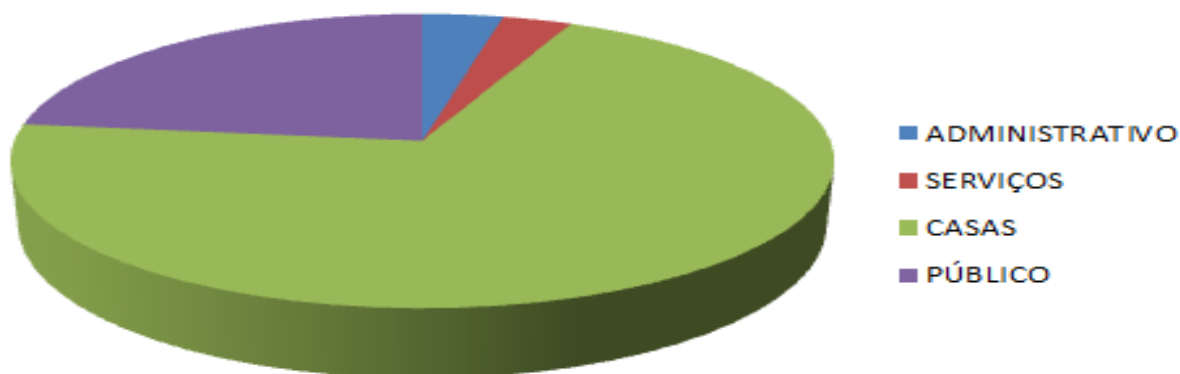
- Equipe profissional com diretor, secretário, arrecadador, assistente social, psicólogo, auxiliares para as mães-sociais e zeladores.

Para tanto segue o programa de necessidades desenvolvido ao longo da pesquisa e dos estudos de ocupação, usos e funções do terreno para a elaboração do projeto arquitetônico:

SETOR	PESSOAS	QTD.	ÁREA
<b>ADMINISTRATIVO</b>			100m <sup>2</sup>
diretoria + assist. social		1	2 15m <sup>2</sup>
administração geral		6	1 50m <sup>2</sup>
reuniões		10	1 20m <sup>2</sup>
arquivo		1	1 10m <sup>2</sup>
<b>SERVIÇOS</b>			86m <sup>2</sup>
banheiro + vestiário		2	2 15m <sup>2</sup>
copa		2	1 10m <sup>2</sup>
almoxarifado		1	1 10m <sup>2</sup>
manutenção		1	1 30m <sup>2</sup>
lavanderia		2	1 6m <sup>2</sup>
<b>CASAS</b>			1940m <sup>2</sup>
casa lar		50	6 200m <sup>2</sup>
caseiro		2	1 80m <sup>2</sup>
playground		15	2 150m <sup>2</sup>
pátio coberto		50	1 150m <sup>2</sup>
quintal		10	6 30m <sup>2</sup>
estacionamento		1	1 30m <sup>2</sup>
<b>PÚBLICO</b>			910m <sup>2</sup>
bazar		10	1 40m <sup>2</sup>
depósito		2	1 40m <sup>2</sup>
salão de eventos		150	1 300m <sup>2</sup>
cozinhas		6	2 25m <sup>2</sup>
banheiros + pne		8	2 20m <sup>2</sup>
biblioteca		20	1 100m <sup>2</sup>
banheiros + pne		6	2 15m <sup>2</sup>
oficinas		20	2 20m <sup>2</sup>
quadra esportiva		20	1 270m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>			<b>2766m<sup>2</sup></b>

Figura 43 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado.

Fonte: da autora, 2015.



**Figura 44 – Relação gráfica de áreas entre os setores de ocupação de acordo com o programa de necessidades.**

Fonte: da autora, 2015.

Apesar da proposta de atender o público externo, a área destinada aos moradores não deixa de ser a que exigirá mais atenção e valorização no projeto, pois além de atender uma grande quantidade de moradores permanentes, é de fato a que ocupará maior espaço em toda a implantação. Portanto fica evidente que a essência do projeto fluirá e se desenvolverá sobre o partido das casas e dos demais ambientes dedicados exclusivamente às crianças e adolescentes e as mães sociais, mas garantindo seu contato com os demais setores também importantes para o funcionamento da aldeia e caracterização do projeto.

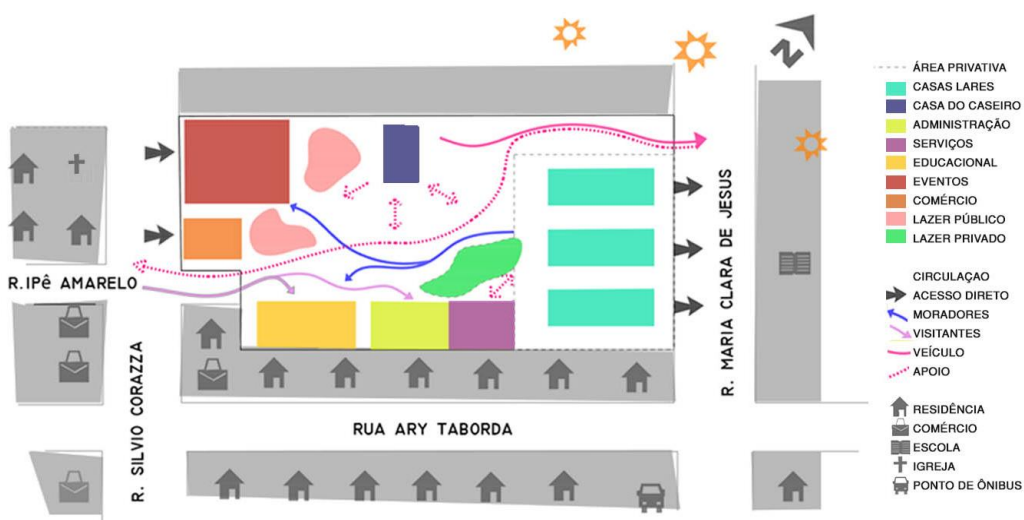
## **10 PROJETO ARQUITETÔNICO**

Com a união dos tópicos levantados nos capítulos anteriores e por fim a seleção do que se mostrou possível e necessário após a conclusão da pesquisa a respeito dos serviços de acolhimento tomou-se partido da aplicação de tais, juntos sobre o mesmo plano de desenvolvimento e de condições reais no sentido de idealizar as buscas dos que vivem em Aldeias de Casas lares.

## 10.1 OCUPAÇÃO

De acordo com os estudos iniciados após a pesquisa, o terreno comprovou ser compatível com a proposta do programa de necessidades e com os princípios de ocupação do espaço em relação a separação dos setores público e privado. Neste aspecto o mapeamento de uso do solo no entorno do terreno foi o ponto de partida para desenvolver o plano de ocupação, onde se definiu a localização de cada setor de acordo com as facilidades que o espaço externo poderia proporcionar na rotina dos moradores e visitantes da aldeia (Figura 45).

Prezando inicialmente pelas crianças e adolescentes acolhidos e as respectivas mães sociais, simultaneamente com a necessidade de dar às casas lares a característica de uma vizinhança comum, inserida na comunidade, estas foram alocadas com suas fachadas e acessos principais na testada da Rua Maria Clara de Jesus, face Nordeste da implantação. Nesta localização o moradores terão acesso mais facilitado ao ponto de ônibus, ao CMEI no lado oposto da rua, e os demais equipamentos do bairro, além disso, seguindo o alinhamento da rua e do terreno, com a planta das casas no sentido longitudinal, é possível aproveitar melhor a incidência solar nas construções, e garantir iluminação natural e calor em todas as casas.



**Figura 45 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado.**

Fonte: da autora, 2015.



Ainda de acordo com o que o entorno oferece, a área pública, com comércio e eventos foi levada para a Rua Silvio Corazza, pois esta já conta com uma quantidade significativa de pontos comerciais vicinais, então neste caso a Aldeia irá se aproveitar de um fluxo de pedestres já existente e intensificar as atividades comerciais e a relação comunitária nesta área. Além disso a própria ocupação residencial vizinha, por enquanto é mais intensa neste sentido do bairro, visto que boa parte dos terrenos ao norte da aldeia ainda estão desocupados, então o acesso à este pública fica facilitado se implantado nesta rua.

Os demais setores ficaram no interior do terreno, pois de certa forma a grande escala deste pode ser prejudicial ao papel da Aldeia de Casas Lares. Os grandes muros laterais, com mais de 100 metros de comprimento, caso ficassem a vista dos moradores e visitantes, transformariam a sensação gerada pelo espaço como um todo, então com o objetivo de evitar ao máximo as características de edifícios institucionais e principalmente de bloqueios e barreiras, todos os blocos de administração, serviços, eventos e inclusive uma face cega da casa do caseiro e de uma das casas lares foram implantadas nos limites do terreno junto com os muros, de forma a cobrir estas superfícies e poupar o projeto da criação de corredores e vazios subutilizados (Figura 46).



**Figura 46 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento – Aldeia de Casas Lares, Setor de acesso público delimitado.**

Fonte: da autora, 2015.



## 10.2 REFERÊNCIAS

Dois estudos de caso levantados nesta pesquisa, ITEM 7, trouxeram características arquitetônicas que puderam ser implantadas neste projeto por se adequarem ao partido de oferecer espaços privados, semi-públicos e públicos. Além destes, também outra Aldeia de casas lares recentemente construída pôde colaborar com o fortalecimento do ideal da Aldeia de casas lares do bairro Ganchinho.

Com a ideia inicial trazida anteriormente nas características físicas do terreno (ITEM 8.3.4) de projetar a Rua Ipê Amarelo que já avançava em uma parte da quadra, para dentro do terreno atravessando-o até a sua face oposta e criando um acesso entre os dois lados da Aldeia, o projeto da Aldeia Infantil SOS Manaus (ITEM 7.1) trouxe para esta implantação a criação de uma circulação central com a função principal de ser um ponto de encontro e convivência e tornar a ocupação mais permeável visualmente tanto para que está dentro quanto fora da Aldeia ( Figura 47) , além disso também ela torna possível, quando necessário, o acesso de veículos no interior do terreno, seja para carga e descarga, emergências, etc, e também para eventos abertos e lazer.

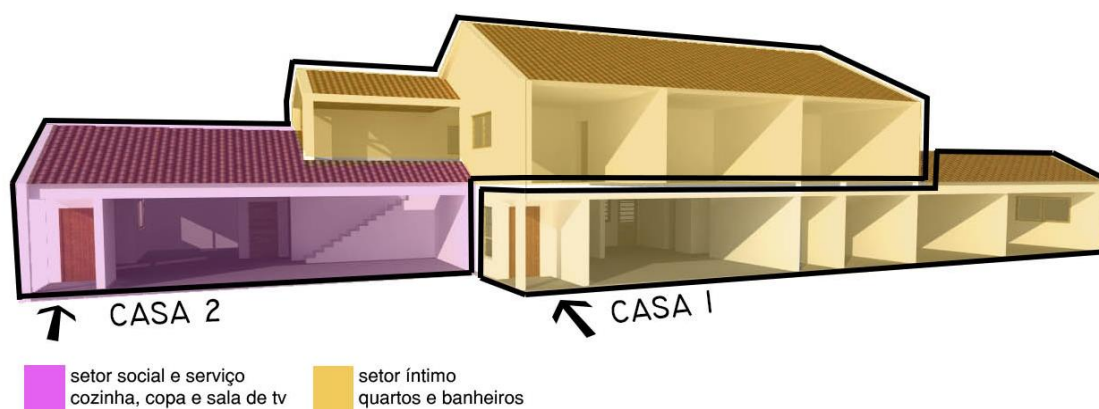


**Figura 47 – Imagem do projeto- Continuação da Rua Ipê Amarelo no interior do terreno, limitada no primeiro plano pelo Salão de Eventos e Biblioteca.**

Fonte: da autora, 2015.

O outro projeto já levantado que teve um ponto muito importante de influência para esta ocupação foi a SOS Children's Village Aqaba, com as plantas das casas lares que otimizam o aproveitamento de espaço,

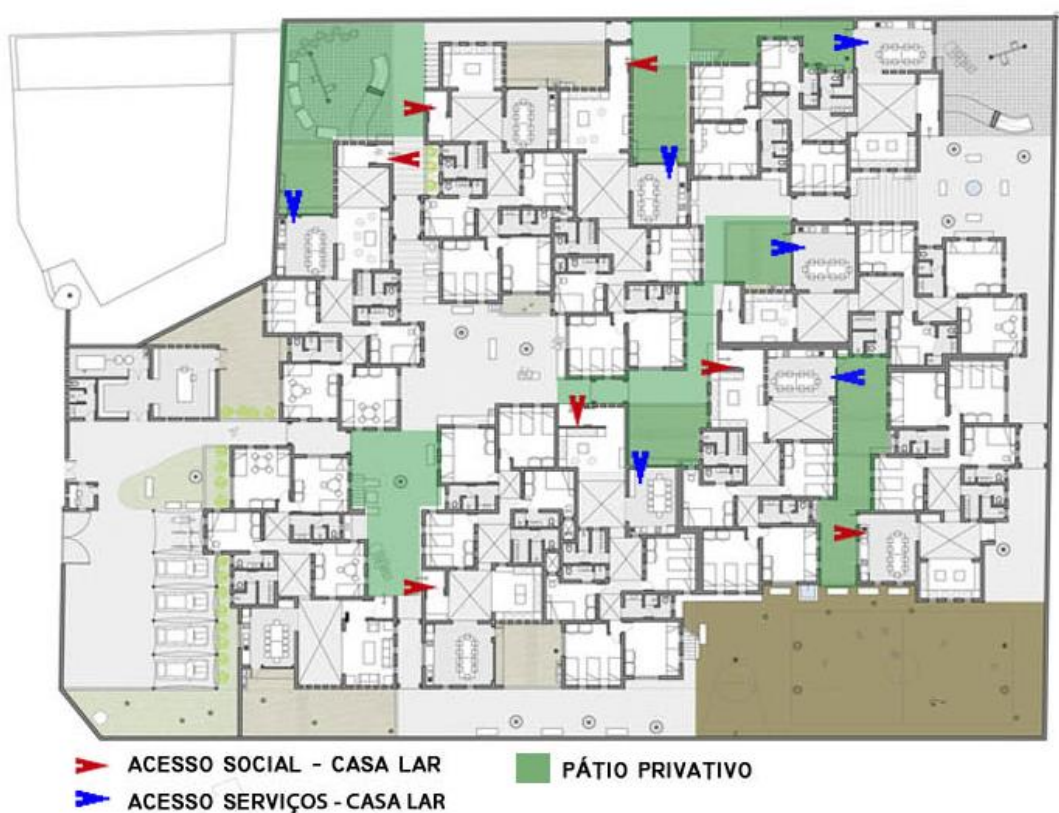
As plantas sobrepostas trouxeram a possibilidade neste projeto de implantar casas térreas e de dois pavimentos, sendo assim o Aldeia garante o acolhimentos de menores com dificuldades de locomoção e necessidades específicas de espaço. Além disso, a sobreposição ocorre na área dos cômodos íntimos (Figura 48), quartos e banheiros, garantindo então a setorização destes espaços e dos espaços sociais e de serviços, sala de tv, copa, cozinha e dml.



**Figura 48 – Volume setorizado de duas casas lares sobrepostas em um único bloco.**

Fonte: da autora, 2015

Já a recém inaugurada SOS Children's Village in Djibouti, com suas casas lares que ocupam quase todo o terreno, ligadas diretamente umas as outras (Figura 49) fortaleceu neste projeto o partido da convivência entre seus moradores sem comprometer a privacidade reservada a eles dentro das casas lares.



**Figura 48 – Planta térreo - SOS Children's Village in Djibouti**

Fonte: Archdaily (2015). Adaptado

Os pequenos pátios privados criados entre os acessos de duas ou no máximo três casas, trazer para as crianças e mães a oportunidade de aproveitar o espaço externo para lazer ou serviços sem precisar se aproximar da área pública. São pequenas extensões das casas a céu aberto, que podem dar a sensação de liberdade e ao mesmo tempo segurança aos que querem usufruir da Aldeia e da casa lar ao mesmo tempo (Figura 49). Neste projeto então os pátios privados vão conectar os acessos de serviço de três casas lares numa mesma área, sendo que as casas térreas tem acesso a dois pátios simultaneamente.



**Figura 49 – Imagem do projeto. Pátios privativos entres os blocos das casas lares com os acessos de serviço.**

Fonte: da autora (2015).

### 10.3 FORMA

Partindo novamente da análise do entorno do terreno, com o objetivo de inserir a Aldeia na comunidade e levar a comunidade até ela, foi estudada a paisagem da vizinhança para recolher as características mais marcantes da região, e então inseri-las neste projeto e fortalecer sua identidade cultural e visual (Figura 50) .

Considerando a estética um ponto fortalecedor na introdução de um edifício no espaço, foi levado em conta o *sky-line* muito tradicional nos bairros residenciais com telhados de duas águas e fachadas planas, diferenciando-se apenas de um volume para outro (Figura 51).



**Figura 50 – Estudo do Skyline no entorno do terreno com a delimitação das águas dos telhados.**

Fonte: da autora (2015).





**Figura 51 – Imagem do projeto – Acesso principal das casas lares, Rua Maria Clara de Jesus.**  
Fonte: da autora (2015).

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A condição das crianças em situação de risco social, apesar de condizer a um público muito amplo no Brasil, num contexto pessoal caracteriza-se muito semelhante numa análise geral dos casos. O público portanto, independente do motivo que o levou ao serviço de acolhimento, ou da sua origem social, sexo ou faixa etária, enfrenta dificuldades comuns a todos os abrigados, sendo uma das mais complexas, que envolvem mais fatores externos, a destituição não só da família de origem mas também do restante da sociedade.

Percebemos que a forma que o serviço de acolhimento acontece, na maioria dos casos, acaba não podendo atender a todos os requisitos que garantem uma vida social e pessoal tradicional para o acolhido, e isto se dá principalmente pela maneira inconsistente que é oferecido. Desta forma a própria sociedade também vai se afastando involuntariamente desta problemática sem poder conhece-la e compreendê-la espontaneamente desde seus princípios.

A pequena quantidade de projetos arquitetônicos bem definidos e executados, de serviços de acolhimento na modalidade de Aldeia de casas lares, especialmente de autoria brasileira, encontrados para a elaboração desta pesquisa e projeto, pode ser levada em conta no que diz respeito a grande variação na oferta deste serviço no País. Prova a constatação inicial de que a maioria das unidades de acolhimentos

se estabelece em condições provisórias, sem a definição primária dos seus usos e funções, o por consequência acaba não podendo oferecer aos acolhidos o que era pretendido neste serviço.

Compreendemos que apesar da problemática estar principalmente na estruturação da própria unidade de acolhimento, seja no aspecto físico ou organizacional, a sociedade também é responsável pela condição atual das crianças e adolescentes acolhidos pelo abrigo mas não pela comunidade externa. Sendo assim, este projeto uniu os fatores que transformam tanto a arquitetura quanto o urbanismo em ferramentas básicas para a modificação deste cenário.

Com a definição da região e do respectivo terreno para a implantação de uma nova Aldeia de casas lares que atenda a todas as necessidades do público, o desenvolvimento das ideias projetuais paralelas aos demais parâmetros levantados aqui, tornou-se mais objetivo e específico. Porém também tornou clara a dificuldade em elaborar o projeto de um equipamento como este dentro dos padrões que deveriam ser oferecidos ao público, a exigência que a condição dos menores acolhidos trás tanto para o arquiteto como para a comunidade e os demais influentes no desenvolvimento e execução de um projeto como este é muito vasta e detalhada, vai além dos parâmetros físicos e materiais, envolve uma gama de conceitos e pensamentos sociais que ainda não são tratados com clareza e muito menos defendidos com a devida força na sociedade atual. Portanto este projeto busca também mostrar em parte um pouco do que ainda falta ser feito para podermos considerar o meio em que vivemos uma verdadeira comunidade.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther M. M. **Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, 2010. Disponível em: < [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n1/arantes.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/arantes.pdf)> acesso em 06 abr. 2015

ASSIS, Simone G.; FARIAS, Luís O. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013. Disponível em: <[http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=accc632f-ed09-4892-b009-a1b0647fe760&groupId=81019](http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=accc632f-ed09-4892-b009-a1b0647fe760&groupId=81019)> Acesso em 19 set. 2014

BARBOSA, Sandra, N. **Convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em instituição de acolhimento: um desafio**. Curitiba: Pontidícia Universidade Católica do Paraná, 2014 disponível em: [http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Sandra%20de%20Barbosa\\_FAS.pdf](http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Sandra%20de%20Barbosa_FAS.pdf) acesso em: 15 jun. 2015

BARROS, Monalisa N.; CONTINI, Maria L.; KOLLER, Sílvia H. **Adolescência e Psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: < <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>> acesso em 24 mar. 2015

BRASIL. LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm)> acesso em 19 set. 2014

CONANDA. **Plano Nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, 2009. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>> acesso em 24 mar. 2015

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA) – **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade/servico-de-acolhimento-em-familia-acolhedora/arquivos/Orientacoes%20tecnicas-servicos%20de%20acolhimento.pdf/download>> Acesso em 19 set. 2014

**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <<http://200.217.71.99/data/site/uploads/arquivos/constituicao%20federal.pdf>> acesso em: 19 set. 2014

DAMLUJI, Salma S. **SOS Children's Village, Aqaba, Jordan**. Amman, Jordan: 2001. disponível em: <[http://www.akdn.org/architecture/pdf/1805\\_Jor.pdf](http://www.akdn.org/architecture/pdf/1805_Jor.pdf)> acesso em: 18 mai. 2015

DISCHINGER, Marta; SAVI, Aline E. **Condições Espaciais e a Socialização de Crianças e Adolescente em Situação de Risco - Estudo de Caso num Abrigo Institucional**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008 Disponível em: <<http://www.usp.br/nutau/CD/60.pdf>> acessado em 27 mar. 2015

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão 2013**. Prefeitura Municipal de Curitiba: Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio%20de%20Gestao%202013.pdf>> acesso em: 19 set. 2014



IPPUC. **Censo 2010 - Análise dos bairros de Curitiba**, 2012. disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>> acesso em: 28 mai. 2015

IPPUC. **Retrato das Regionais - Regional Bairro Novo**, 2013. disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=217>> acesso em: 28 mai. 2015

JESUS, Maurício A. **Adolescente em Conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas: Sevanda, 2006.

LIMA, Mirian K. I. **A experiência do "passeio arquitetônico" nas obras de Severiano Porto**. PRO-ARQ/FAU/UFRJ, 2004. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/3-miriam-souza-lima.pdf>> acesso em: 17 mai. 2015

LIMA, Mirian K. I.; OLIVEIRA, Beatriz S. **Epopéicas da adequação: aldeia SOS do Amazonas**. Caderno de boas práticas em arquitetura: eficiência energética nas edificações: Edificações educacionais. Rio de Janeiro: Eletrobrás: IAB, Departamento do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.milazzo.com.br/artigos/Caderno\\_de\\_boas\\_praticas\\_em\\_arquitetura\\_Eficiencia\\_Energetica\\_nas\\_Edificacoes\\_08\\_Escolas.pdf](http://www.milazzo.com.br/artigos/Caderno_de_boas_praticas_em_arquitetura_Eficiencia_Energetica_nas_Edificacoes_08_Escolas.pdf) acesso em: 17 mai. 2015

LORENZI, Gisella W. **Uma breve história dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Promenino Fundação Telefônica, 2008. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil-14251>> acesso em 06 abr. 2015

NASCIMENTO, Nayana B. **A cidade (re)criada pelo imaginário e cultura lúdica das crianças : um estudo em Sociologia da Infância**. Instituto de Estudo da Criança: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11020>> Acesso em 15 mai. 2015

NEVES, Leticia O. **Arquitetura bioclimática e a obra de Severiano Porto: Estratégias de ventilação natural**. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2006.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-03012007-232857/pt-br.php>> acesso em 11 jun. 2015

PAIVA, Joseane M. **Reconstruindo histórias: vivências de adolescentes em Liberdade Assistida na Comarca de Murié - MG**. Pontifícia Universidade Católica:

Rio de Janeiro, 2008. disponível em < [www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510671\\_08\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510671_08_pretextual.pdf)> acesso em: 04 mai. 2015

PILOTTI, Francisco. RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: Pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Enid R. A. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescente no Brasil**. Brasília: IPEA/ CONANDA, 2004

Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito\\_a\\_conviv\\_familiar\\_ipea\\_2004.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf)> Acesso em 21 set. 2014

SOARES, Janine B. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: Uma breve reflexão histórica**. Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm>> acessado em 28 abr. 2015

TORRES, Luiz H. **A Casa da Roda dos expostos na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: BIBLOS, 2006. Disponível em:

< <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>> acesso em: 04 mai. 2015

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## **APÊNDICE – PROJETO ARQUITETÔNICO**



## acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

O abandono e mau trato de crianças e adolescentes é um problema social constatado no Brasil desde o período da colonização, mas ao longo dos séculos foram criados órgãos, leis e programas com o intuito de proteger e garantir a efetividade dos direitos deste público. A partir da criação do Código de Menores na década de 70 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, este público em situação de risco social passou a contar com uma proteção mais sistematizada e eficiente através da organização instituições de acolhimento que também tiveram seus moldes atualizados de acordo com a realidade social da população.

Art. 227 E *dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*  
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

## casas lares

Abriço com a mesma estrutura e tipologia de uma residência familiar, com capacidade para acolher no máximo 10 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos e uma mãe social.

A mãe social é a moradora responsável pela criação dos menores acolhidos, portanto tem como profissão zelar e garantir a integridade dos menores 24 horas por dia durante 6 dias da semana na rotina diária dos acolhidos. (Lei nº 7644 de 18 de Dezembro de 1987)

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009), esta modalidade é a que melhor atente o requisitos de acolhimento de menores, pois não exige a restrição do público acolhido, seja por sexo, idade ou necessidades especiais. Sendo assim é possível que irmãos continuem morando junto após destituição familiar, e principalmente que a convivência de grupos diferentes no mesmo ambiente seja estimulada diariamente, fator essencial para o desenvolvimento social e crescimento pessoal dos acolhidos.

## aldeia de casas lares

Conjunto de casas lares implantadas em um mesmo terreno constituindo a tipologia de uma pequena vila. A aldeia também pode contar com outros equipamentos de uso comum que complementem a rotina do lar no dia-a-dia de seus moradores, mas não pode oferecer serviços que são obrigatoriamente oferecidos na comunidade externa, como educação e saúde.

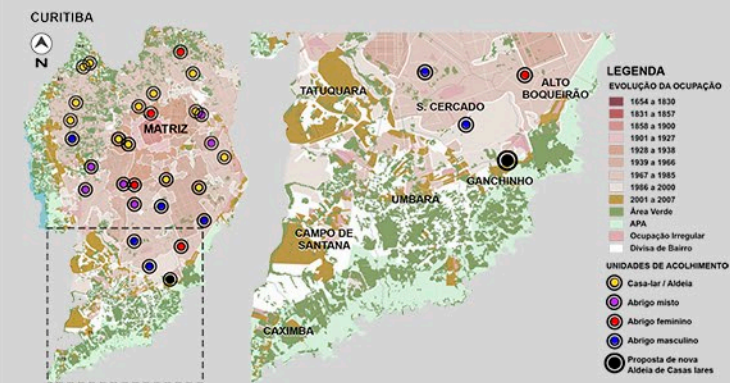
Em Curitiba, as Aldeias e Casas lares são administradas pela iniciativa privada ou entidades religiosas em convênio com a Prefeitura e com o apoio de doações externas. A FAS (Fundação de Assistência Social) atende as demais modalidades de acolhimento da cidade, como casas de passagem, abrigos institucionais e acolhimento familiar.

## serviços de acolhimento menores em CURITIBA

As unidades de acolhimento de menores dentro das modalidades reconhecidas pelo CONANDA

casas lar / aldeia abrigos / casa de passagem

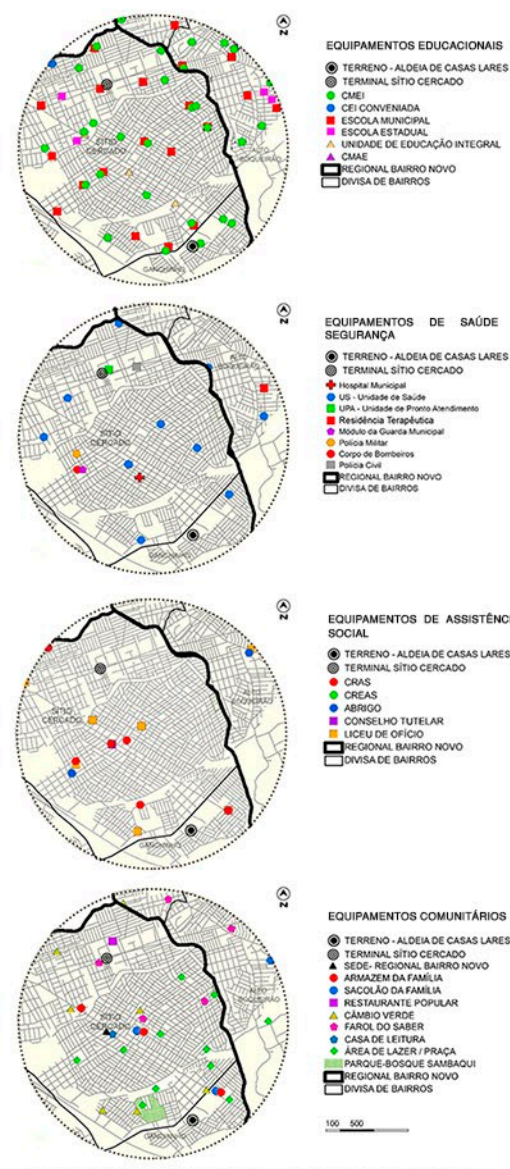
existentes em Curitiba, atendem boa parte da região já consolidada do Município, mas a maioria das ocupações urbanas que se desenvolveram nos últimos 10 anos ainda não conta com este tipo de serviço em suas proximidades.



**incompletude** o CONANDA (2009) defende que o serviço de acolhimento de menores deve seguir o princípio da **incompletude** na sua implantação, ou seja, a sua estrutura não deve atender aos acolhidos em todas as suas necessidades diárias. É necessário que o menor frequente os meios sociais e entre em contato direto com a comunidade externa, indo para a escola do bairro, utilizando os serviços públicos de saúde, e tudo o que a cidade oferece. Sendo assim a Aldeia de casas lares deve incentivar este acesso ao convívio fora do serviço de acolhimento, para tanto torna-se necessário que ela seja implantada em um local que atenda a todas as necessidades dos seus moradores.

## LOCALIZAÇÃO Regional do Bairro Novo Bairro GANCHINHO

O região Sul de Curitiba, limitada pelos municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, apesar de ter sido recentemente ocupada, registrou entre seus bairros as maiores taxas de crescimento populacional da cidade nos últimos anos. O bairro Ganchinho, que fica dentro da Regional Bairro Novo, entre os bairros Alto Boqueirão, Sítio Cercado e Umbará, teve o aumento mais significativo com o crescimento de 17,14% da sua população.



MAPEAMENTO DE EQUIPAMENTOS - REGIONAL DO BAIRRO NOVO (PPUC 2013 Adaptado)

## terreno

Rua Maria Clara de Jesus  
Rua Silvio Corazza

A região predominantemente residencial, apesar de já estar urbanisticamente consolidada, ainda oferece grandes terrenos que aos poucos estão sendo ocupados por construções de padrão popular. Nesta condição, o projeto será implantado em um meio de quadra, com testadas nas ruas Maria Clara de Jesus e Silvio Corazza, paralelo a Rua Eduardo Pinto da Rocha, uma das principais da Região Sul do Município.

## mobilidade urbana

um dos aspectos urbanos primordiais para esta implantação foi a facilidade de acesso ao transporte público nesta área: 2 linhas de ônibus alimentadores atendem diretamente o terreno num raio menor que 250m. 1 linha de ônibus direta para o centro do município num raio de 500m. 2 terminais de ônibus em menos de 4km de distância.



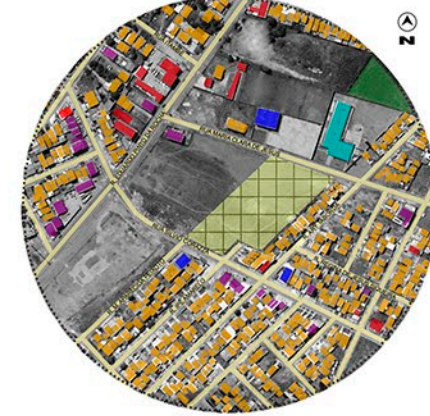
ITINERÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO NA REGIONAL DO BAIRRO NOVO



vista do terreno Vias de acesso rua Silvio Corazza



vista aérea - localização Bairro Ganchinho fonte: COHAPAR (Adaptado)



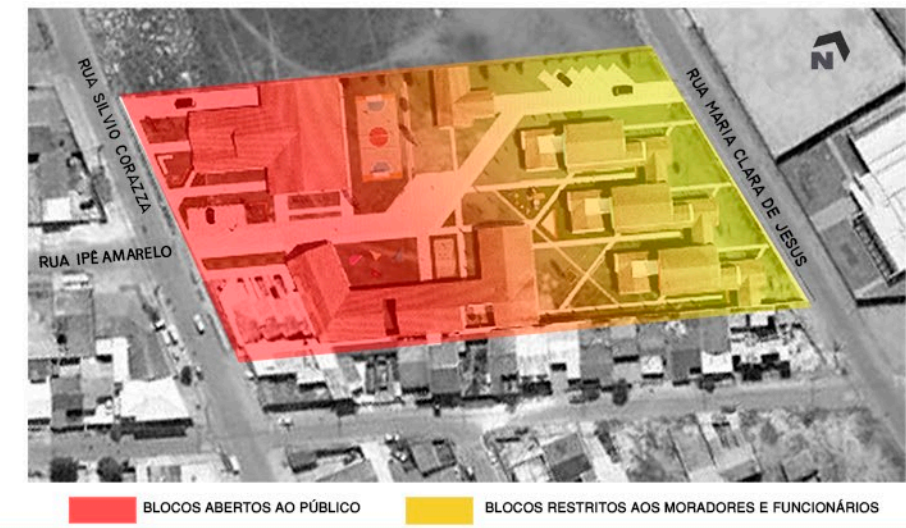
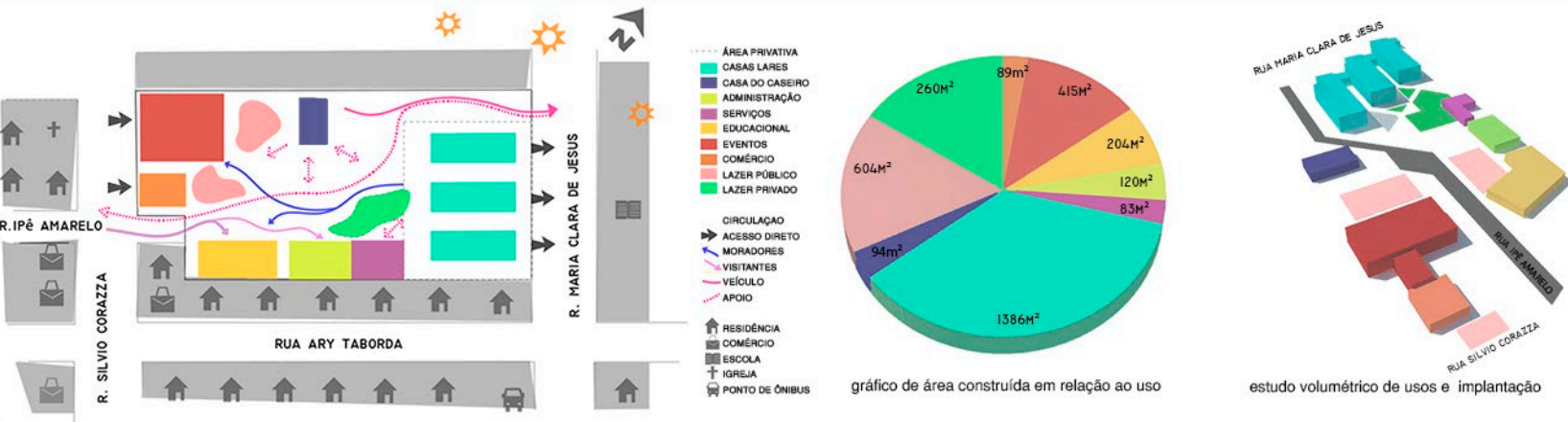
MAPA DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO



condição atual da Rua Ipê Amarelo avanço de 20 metro dentro da quadra.

**PÚBLICO E PRIVADO** a partir do mapeamento dos usos no entorno do terreno junto as características físicas e geográficas do mesmo, e de acordo com o programa de necessidades do projeto, o plano de ocupação foi dividido em duas áreas, uma privativa, para os moradores e outra pública para os visitantes, sendo que a primeira tem seu acesso principal na Rua Maria Clara de Jesus, e a segunda pela Rua Silvio Corazza. Além disso a condição da Rua Ipê Amarelo também foi tomada como partido neste caso, atualmente ela avança aproximadamente 20 m para dentro da quadra onde será implantada a Aldeia, mas sendo parte do projeto ela terá uma continuação para dentro do terreno, onde alcançará a Rua Maria Clara de Jesus, se tornando assim parte da circulação interna da ocupação, facilitando a conexão entre suas duas testadas e criando um espaço de convivência e lazer no projeto.

## MAPA SÍNTESE . PLANO DE OCUPAÇÃO . PROGRAMA DE NECESSIDADES . USOS . IMPLANTAÇÃO



BLOCOS ABERTOS AO PÚBLICO BLOCOS RESTRITOS AOS MORADORES E FUNCIONÁRIOS







público

dentro do que exige o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente, as casas lares foram projetadas para atender 9 crianças cada uma, sendo 3 por quarto.

Com o objetivo melhorar o aproveitamento de toda a estrutura projetada para a Aldeia, de otimizar a ocupação do espaço e também de servir melhor a população, o espaço oferecerá 6 casas lares, sendo 3 térreas totalmente acessíveis e seguras para deficientes e crianças menores, e 3 casas de dois pavimentos para os acolhidos que já contam com maior autonomia e independência na rotina, totalizando o a capacidade de acolhimento para 54 crianças e adolescentes mais 6 mães sociais. Portanto o projeto, de acordo com o CONANDA, não restringe qualquer diferença entre o público acolhido, podendo atender as necessidades de todas os menores independente de idade, sexo, condição física ou psicológica, dentro do mesmo ambiente. Porém, visto a frequência maior de crianças acolhidas entre 6 e 15 anos nas casas lares do Paraná (gráfico 1), buscou-se atender este público com mais intensidade criando espaços que satisfaçam os hábitos relativos a esta faixa etária e das respectivas mães sociais para facilitar nas suas tarefas diárias.

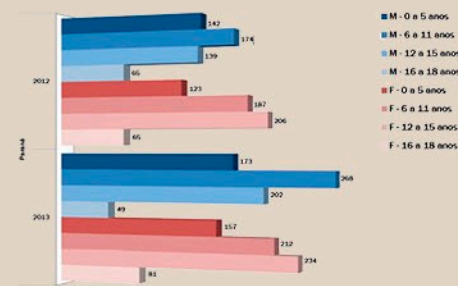


Gráfico 1: Crianças e adolescentes atendidos em casas-lares, por faixa etária, Paraná, 2012 - 2013. Fonte: CNMP (2013)

além dos moradores, o projeto também atende a comunidade externa em geral. Com a biblioteca, salas de oficina, salão de eventos, bazar e área de lazer, a Aldeia de casas lares busca atrair o público vizinho para o espaço, visando a convivência com os moradores e a inserção de um no dia-a-dia do outro reciprocamente, para que o objetivo principal deste projeto, de acabar com a segregação das crianças em situação de vulnerabilidade social e trazer à toda a população esta condição ainda muito frequente mas pouco reconhecida e respeitada pela sociedade, seja efetivado através do uso e ocupação do espaço.

## REFERÊNCIAS

SOS Children's Village In Djibouti  
Urko Sanchez Architects

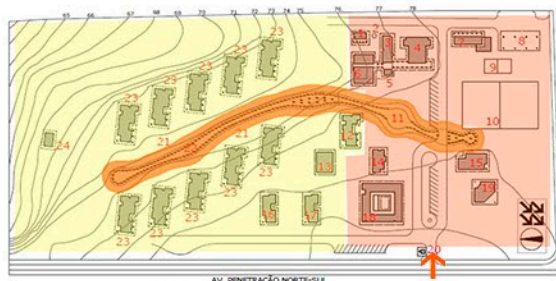


Planta térreo - SOS Children's Village in Djibouti. Fonte: Archdaily (2015) Adaptado



Pátio privativo entre casas lares. Fonte: Archdaily (2015)

Aldeia Infantil SOS Manaus  
Arquiteto Severiano Porto

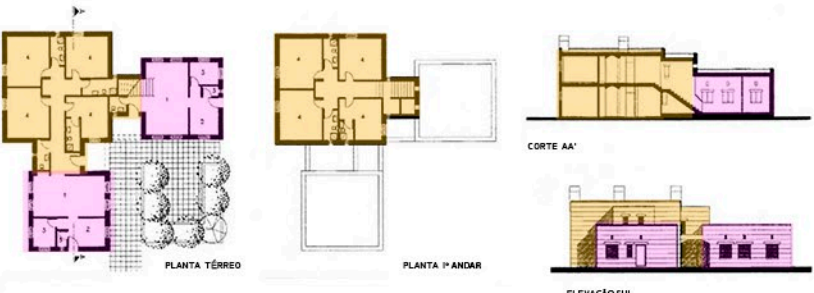


Implantação da Aldeia SOS Manaus. Fonte: NEVES (2006) Adaptado



CIRCULAÇÃO CENTRAL COBERTA Aldeia SOS Manaus. Fonte: LIMA (2014)

SOS Children's Village Aqaba, Jordânia  
Jafar Tukan & Partners



Projeto Arquitetônico das Casas lares da SOS Children's Village de Aqaba. Fonte: DAMILUJI (2001), Adaptado

### pátios privativos entre as casas lares

criando um único hall de acesso para duas ou três casas. É uma área aberta, livre para as crianças brincarem, ou para as mães sociais utilizarem para o serviço doméstico. Apesar de não terem qualquer tipo de barreira que impessa a entrada dos outros moradores da aldeia, a privacidade das duas ou no máximo três casas ligadas diretamente a ele, é garantida pelo próprio volume das construções, que ao criarem corredores, acabam por delimitar subjetivamente o espaço. Com a mesma função do Aldeia no Djibouti, o projeto traz então a proposta de espaços entre os três blocos de casas lares implantados em conjunto. Como cada bloco é referente a duas casas, cada patio então conecta 3 casas, sendo que as casas térreas tem acesso a dois pátios. Por esta área se faz o acesso de serviço que conecta até a lavanderia de uso comum para as mães, e a todas as demais áreas do terreno, privadas ou de uso comum, cria-se então um quintal particular para cada casa que também é essencial para que a luz natural chegue simultaneamente o dia todo em todas as residências, e principalmente para estimular a convivência direta entre os moradores, trazendo o conceito de bairro, vizinhança e comunidade para dentro da Aldeia.

### ocupação e circulação

o projeto que traz características muito claras da região amazônica, ocupa um grande terreno onde foi possível destinar espaços à comunidade externa. Mas para garantir que os moradores possam levar uma vida comum nas suas casas lares, a implantação foi dividida entre a área pública, ligada diretamente ao acesso principal do terreno, e a área privada mais adentro do terreno, distante da primeira. Para fazer a conexão entre estes dois setores foi projetada uma circulação central coberta. Segundo o Arquiteto autor do projeto, a sua função principal é similar a de uma rua, onde os vizinhos se encontram diariamente, e dividem um espaço que é ao mesmo tempo extensão da casa e uma parte da comunidade. Então mais do que uma circulação é também um local de convivência e estar externo. Semelhante a este caso a Aldeia de casas lares no bairro ganchinho, que também visa atender a comunidade, conta com uma circulação central que atravessa o terreno tornando-o mais permeável visualmente, conectando todos os setores e sendo um grande espaço livre para convivência e lazer.

### casa lar

a necessidade de otimizar o uso do terreno, ocupando o espaço de acordo com a necessidade do projeto e evitando a sua saturação, trouxe do estudo sobre a Aldeia Infantil de Aqaba, o partido da setorização e implantação das casas lares. O setor íntimo de uma casa lar é projetado sobre o mesmo de outra casa, sendo assim uma delas é térrea e a outra tem parte da sua área, com o acesso principal, no térreo e o restante no primeiro andar. Assim a área destinada a quartos e banheiros das duas casas se sobrepõem, ocupando apenas a metade do espaço que as duas ocupariam caso ambas fossem térreas, e principalmente, a existência de casas térreas garante a acessibilidade para moradores com deficiências físicas no térreo. Com isso esta solução foi possível implantar 6 casas lares no terreno e manter uma grande área permeável entre elas, além de espaços livres para outros usos.



PÁTIOS PRIVATIVOS ENTRE AS CASAS LARES



CIRCULAÇÃO CENTRAL E ÁREA PÚBLICA - SALÃO DE EVENTOS E BIBLIOTECA



VOLUME E SETORIZAÇÃO DAS CASAS LARES



ÁREA DE LAZER PRIVADO



ACESSO PARA VISITANTES / PÚBLICO - RUA SILVIO CORAZZA



OCUPAÇÃO DO TERRENO - RUA MARIA CLARA DE JESUS



acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social  
modalidade **ALDEIA DE CASAS LARES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2015.2  
**ARQUITETURA E URBANISMO**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**ALUNA AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS**  
ORIENTADOR ARMANDO LUIS YOSHIO ITO

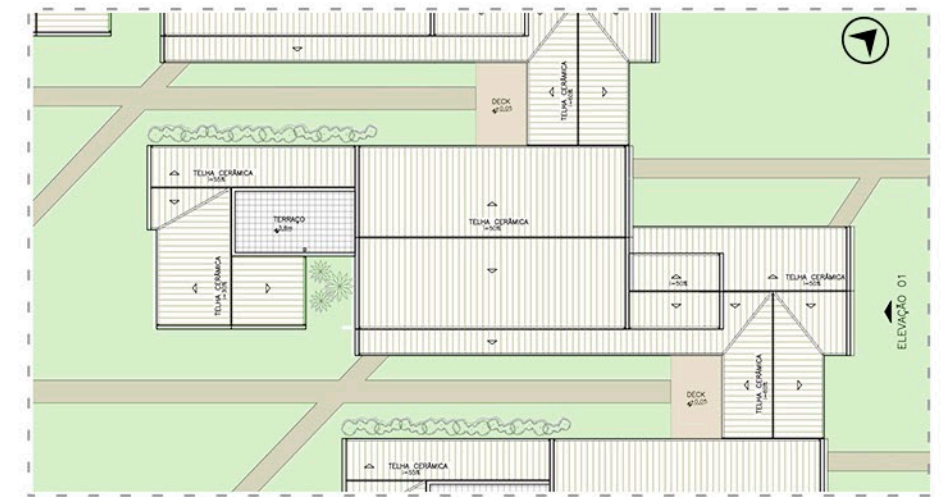




PLANTA - CASA LAR TERRA  
área total - 225,1m  
esc. 1:200



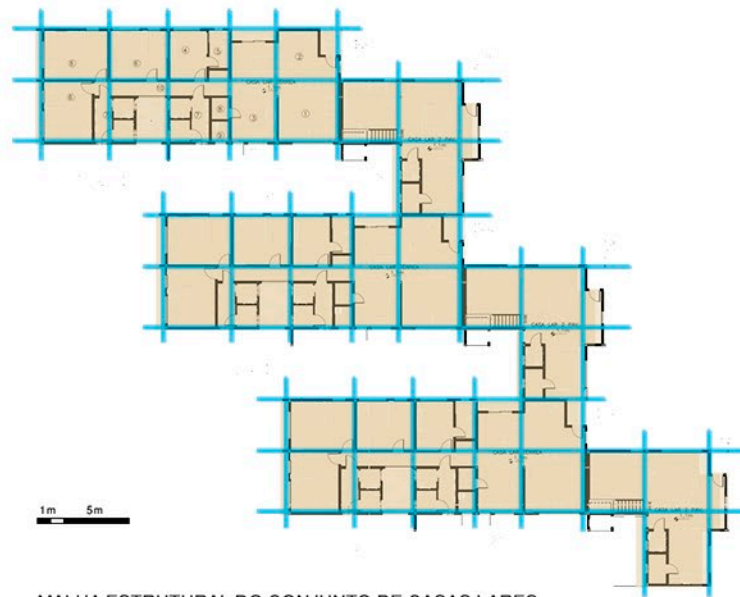
PLANTA - CASA LAR 2 PAVIMENTOS  
área total - 237,6m  
esc. 1:200



PLANTA - CASA LAR COBERTURA  
área total - 237,6m  
esc. 1:200

**forma** com a intenção principal de inserir a Aldeia de casas lares na comunidade e permitir que a comunidade se sinta parte do projeto também, atentou-se para as condições físicas e sociais do local onde será inserida, e a partir da visual das águas dos telhados da maioria das construções do entorno, os volumes do projeto seguiram uma linha de forma e conceito.

**técnica** além disso, o telhado na região de Curitiba é uma boa ferramenta para a coleta e aproveitamento das chuvas constantes e com o desenho da sua estrutura em **tesouras de madeira** o projeto como um todo teve sua identidade fortalecida nos desenhos dos blocos externa e internamente. As demais estruturas, em **alvenaria convencional**, seguem malhas estruturais regulares, com o objetivo de tornar a construção viável em relação a mão de obra e material, para ser implantada na maior parte das regiões do Brasil.



MALHA ESTRUTURAL DO CONJUNTO DE CASAS LARES  
com a maior parte das paredes alinhadas nos dois pavimentos a mesma estrutura atente até 4 casas



Desenho dos telhados no entorno da implantação  
Sky-line da Rua Maria Clara de Jesus para os limites do terreno.



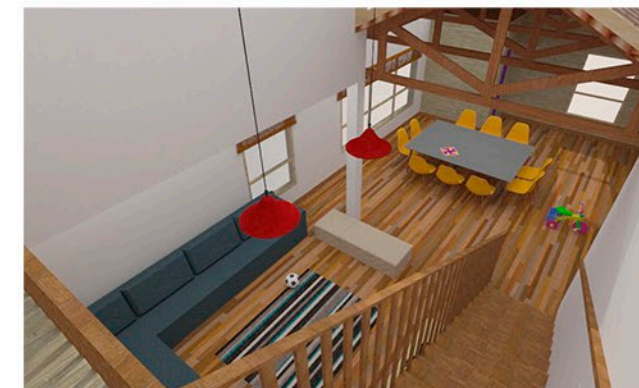
ELEVAÇÃO 01 - Rua Maria Clara de Jesus  
esc. 1:200



CASAS LARES - acessos principais



Ambientes conjugados para incentivar a convivência entre os moradores dentro casa lar.  
sala de jantar e tv + mezanino



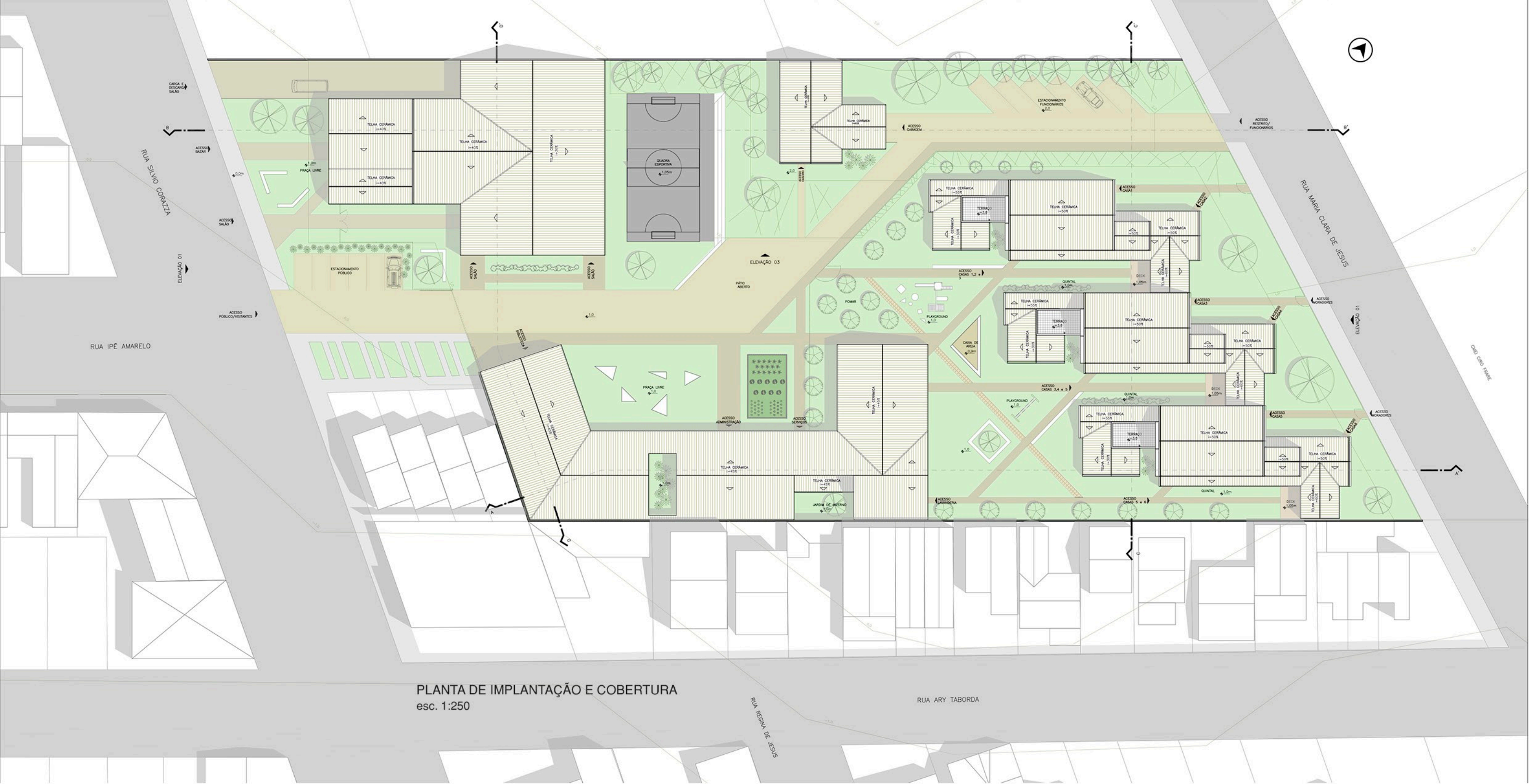
Tesouras em vista e pé direito duplo para garantir as visuais permeáveis no interior da casa lar  
mezanino + sala de tv e jantar



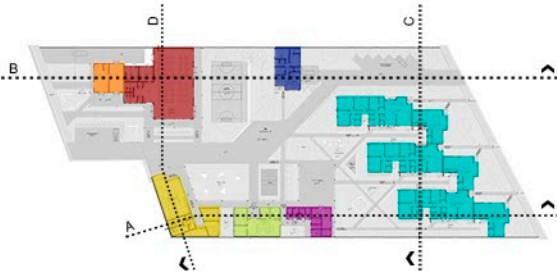
Layout padrão dos QUARTOS  
Área de dormir + área de vestir separas por uma estante vazada que permite a permeabilidade no quarto e aumenta a privacidade e o conforto entre seus usuários. Circulação acessível para cadeirantes em ambos os espaços.







PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E COBERTURA  
esc. 1:250



- BLOCO DE EVENTOS E COMÉRCIO
- BLOCO EDUCACIONAL
- BLOCO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS
- CASA DO CASEIRO
- CASAS LARES (6)

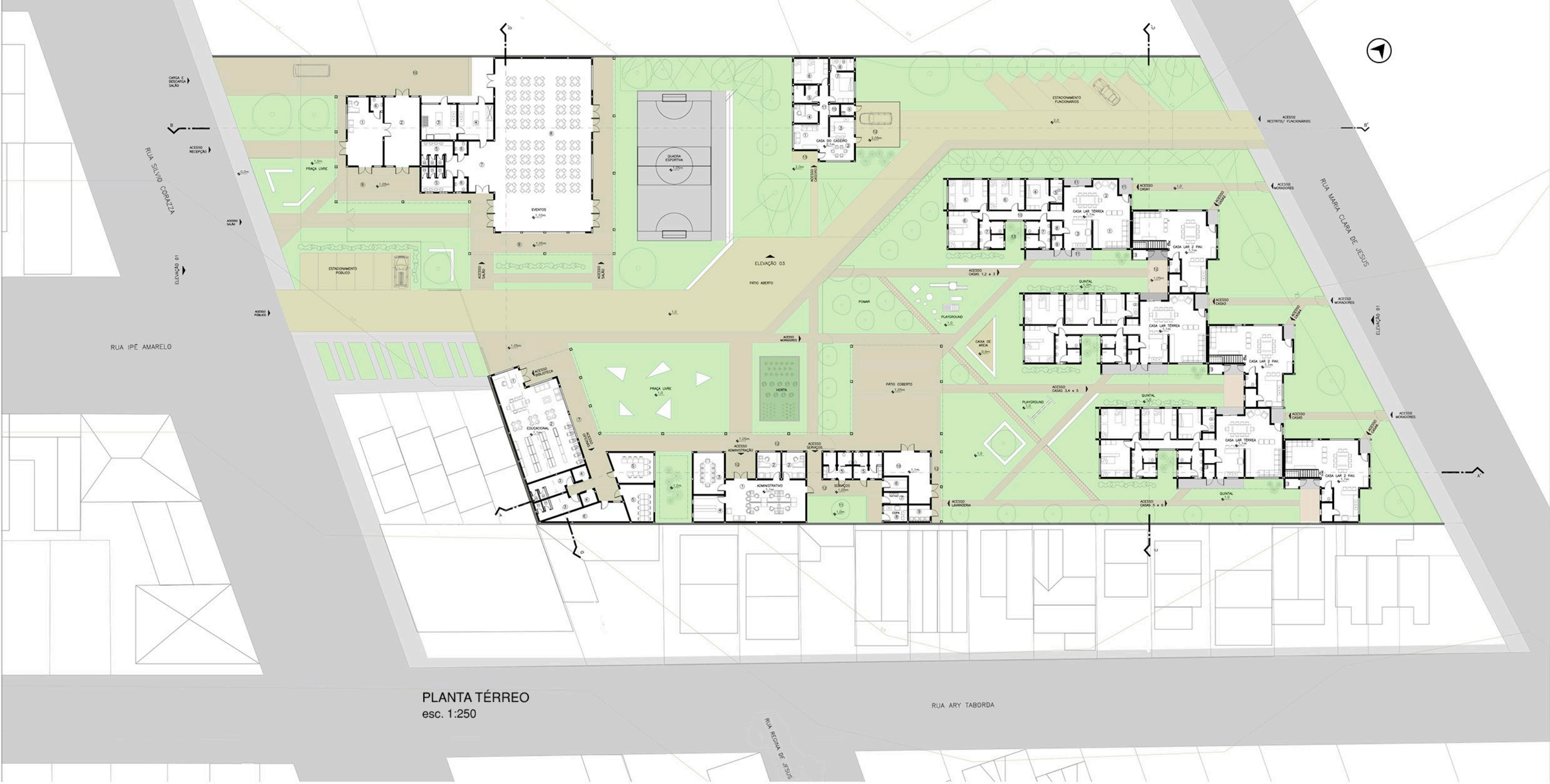


acolhimento de crianças e adolescentes  
em situação de vulnerabilidade social  
modalidade **ALDEIA DE CASAS LARES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2015.2  
**ARQUITETURA E URBANISMO**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**ALUNA AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS**  
ORIENTADOR ARMANDO LUIS YOSHIO ITO





PLANTA TÉRREO  
esc. 1:250

setorização + quadro de áreas



BLOCO DE EVENTOS E COMÉRCIO 504m <sup>2</sup>		CASA DO CASEIRO 93.6 m <sup>2</sup>		CASA LAR - TÉRREA 193.4 m <sup>2</sup>		BLOCO EDUCACIONAL 204.2m <sup>2</sup>		BLOCO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS 203.5m <sup>2</sup>	
1	RECEPÇÃO E BAZAR 44.5 m <sup>2</sup>	1	SALA DE ESTAR 13.9 m <sup>2</sup>	1	SALA DE TV 27.5 m <sup>2</sup>	1	RECEPÇÃO 11.3 m <sup>2</sup>	1	ADMINISTRAÇÃO GERAL 59.9 m <sup>2</sup>
2	DEPÓSITO DE DOAÇÕES / TRIAGEM 44.5 m <sup>2</sup>	2	SALA DE JANTAR 13.2 m <sup>2</sup>	2	SALA DE JANTAR E ESTAR 29.0 m <sup>2</sup>	2	BIBLIOTECA 100.8 m <sup>2</sup>	2	SALAS DIRET. E ASSIST. SOC. (2) 11.1 m <sup>2</sup>
3	COZINHA 23.0 m <sup>2</sup>	3	COZINHA 8.9 m <sup>2</sup>	3	COZINHA 14.2m <sup>2</sup>	3	BANHEIROS (2) 14.1 m <sup>2</sup>	3	SALA DE REUNIÕES 23.0 m <sup>2</sup>
4	CHURRASQUEIRA 23.0 m <sup>2</sup>	4	ESCRITÓRIO 7.9 m <sup>2</sup>	4	SUÍTE 12.7 m <sup>2</sup>	4	BANHEIROS P.N.E. (2) 3.4 m <sup>2</sup>	4	ARQUIVO 14.2 m <sup>2</sup>
5	BANHEIROS (2) 12.3 m <sup>2</sup>	5	BANHEIRO P.N.E. 7.9 m <sup>2</sup>	5	BANHEIRO 5.1 m <sup>2</sup>	5	OFICINAS 41.7 m <sup>2</sup>	5	BANHEIROS E VESTIÁRIOS (2) 13.9 m <sup>2</sup>
6	BANHEIROS P.N.E. (3) 3.1 m <sup>2</sup>	6	QUARTO 14.9 m <sup>2</sup>	6	QUARTOS (3) 20.5 m <sup>2</sup>	6	DEPÓSITO 15.6 m <sup>2</sup>	6	ALMOXARIFADO 6.0 m <sup>2</sup>
7	LOBBY 32.6 m <sup>2</sup>	7	SUÍTE 13.6 m <sup>2</sup>	7	BANHEIROS P.N.E. (2) 12.0 m <sup>2</sup>	7	VARANDA E CIRCULAÇÃO 72.7 m <sup>2</sup>	8	D.M.L. 4.8 m <sup>2</sup>
8	SALÃO DE EVENTOS 160 P. 306.1 m <sup>2</sup>	8	BANHEIRO 5.4 m <sup>2</sup>	8	DESPENSA 2.7 m <sup>2</sup>			9	COPA 7.0 m <sup>2</sup>
9	VARANDAS 199.7 m <sup>2</sup>	9	D.M.L. 2.7 m <sup>2</sup>	9	D.M.L. 2.5 m <sup>2</sup>			10	LAVANDERIA DAS MÃES 6.3 m <sup>2</sup>
10	SERVIÇO / CARGA E DESCARGA 84.9 m <sup>2</sup>	10	ARMÁRIO 2.0 m <sup>2</sup>	10	CIRCULAÇÃO 14.2 m <sup>2</sup>			11	DEPÓSITO E MANUTENÇÃO 31.6 m <sup>2</sup>
		11	CIRCULAÇÃO 3.2 m <sup>2</sup>	11	VARANDAS 17.0 m <sup>2</sup>			12	JARDIM DE INVERNO 30.5 m <sup>2</sup>
		12	GARAGEM 35.7 m <sup>2</sup>	12	DECK 7.2 m <sup>2</sup>			13	VARANDA E CIRCULAÇÃO 104.5 m <sup>2</sup>
		13	VARANDA 4.5 m <sup>2</sup>	13	JARDIM DE INVERNO 8.4 m <sup>2</sup>				

acolhimento de crianças e adolescentes  
em situação de vulnerabilidade social  
modalidade **ALDEIA DE CASAS LARES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2015.2  
**ARQUITETURA E URBANISMO**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**ALUNA AMANDA LUISA DE SOUZA DERBIS**  
ORIENTADOR ARMANDO LUIS YOSHIO ITO





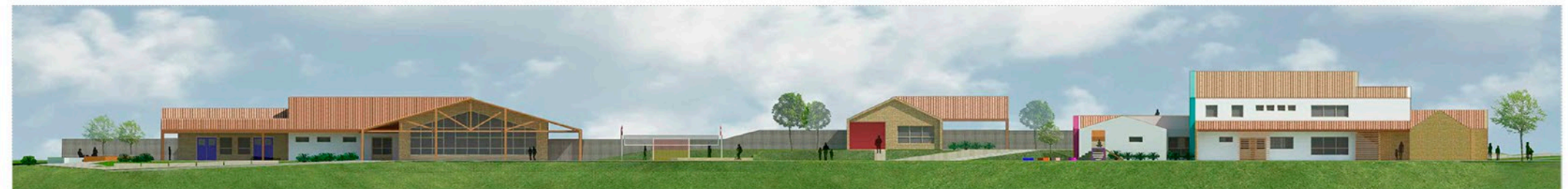
CORTE AA'  
esc. 1:250



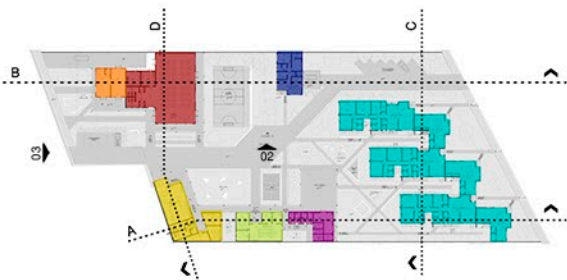
CORTE BB'  
esc. 1:250



CORTE CC'  
esc. 1:250



ELEVAÇÃO 02 - INTERIOR DO TERRENO  
esc. 1:250



- BLOCO DE EVENTOS E COMÉRCIO
- BLOCO EDUCACIONAL
- BLOCO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS
- CASA DO CASEIRO
- CASAS LARES (6)



ELEVAÇÃO 03 - RUA SILVIO CORAZZA  
esc. 1:250

